



Caleidoscópico da História da Educação

Acervos, Memória
e História

Organizadores

Daiane Dala Zen
Fernanda de Lemos
Mariane Fruet de Mello
Rafael Pinheiro
Samanta Vanz



GRUPHEIM

Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória



Caleidoscópio da História da Educação

Acervos, Memória
e História

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:

Dom José Gislon

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:

Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:

Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e

Pós-Graduação:

Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:

Terciane Ângela Luchese

Pró-Reitora de Inovação e

Desenvolvimento Tecnológico:

Neide Pessin

Chefe de Gabinete:

Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:

Simone Côte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck

Alexandre Cortez Fernandes

Cleide Calgaro – Presidente do Conselho

Everaldo Cescon

Flávia Brocchetto Ramos

Francisco Catelli

Gelson Leonardo Rech

Guilherme Brambatti Guzzo

Karen Mello de Mattos Margutti

Márcio Miranda Alves

Simone Côte Real Barbieri – Secretária

Suzana Maria de Conto

Terciane Ângela Luchese

Comitê Editorial

Alberto Barausse

Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez

Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão

Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo

Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique

**Escuela Interdisciplinar de Derechos
Fundamentales Praeeminentia Iustitia/
Peru**

Juan Emmerich

**Universidad Nacional de La Plata/
Argentina**

Ludmilson Abritta Mendes

Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró

**Universidad Nacional del Centro/
Argentina**

Nathália Cristine Vieceli

**Chalmers University of Technology/
Suécia**

Tristan McCowan

University of London/Inglaterra



Caleidoscópio da História da Educação

Acervos, Memória
e História

Organizadores

Daiane Dala Zen

Fernanda de Lemos

Mariane Fruet de Mello

Rafael Pinheiro

Samanta Vanz

dos organizadores

1ª edição: 2025

Preparação de texto: Roberta Regina Saldanha

Leitura de prova: Helena Vitória Klein

Editoração: Ana Carolina Marques Ramos

Capa: Samanta Vanz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

UCS – BICE – Processamento Técnico

C148 Caleidoscópio da história da educação [recurso eletrônico] : acervos, memória e história / organização Daiane Dala Zen ... [et al.]. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2025.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

Vários autores e organizadores.

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI: 10.18226/978558075196

ISBN 978-65-5807-519-6

1. Educação - História. 2. Educação. I. Zen, Daiane Dala.

CDU 2. ed.: 37(091)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Educação - História

37(091)

2. Educação

37

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500.

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Aos guardiões da memória, aos pesquisadores da história e a todos que reconhecem nos acervos o legado inestimável das gerações que nos precederam. Que este livro contribua para a compreensão da riqueza que reside em cada documento, objeto e lembrança, conectando o ontem ao hoje e ao amanhã.

Organizadores

Agradecimentos

À Universidade de Caxias do Sul por apoiar e incentivar as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, em sua realização e divulgação.

À coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, professora Dra. Eliana Rela, pelo incentivo à produção do *e-book* bem como pelas palavras iniciais desta obra.

Ao Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória – GRUPHEIM pelas oportunidades de estudos e pesquisas e especialmente pelas vivências experimentadas nos encontros, pela socialização de conhecimentos, pela partilha de percursos possibilitados e o incentivo à participação em eventos e produções colaborativas.

Aos professores Terciane Ângela Luchese, Eliana Rela e José Edimar de Souza, por promoverem e oportunizarem momentos de estudo e amizade. Agradecemos também pelo estímulo à produção deste *e-book* e pela escrita do posfácio.

À professora Dra. Dóris Bitencourt Almeida, pela disponibilidade e pelo interesse em escrever o prefácio desta obra.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por financiar diversas das pesquisas citadas neste *e-book* e investir na formação de novos pesquisadores em nível de pós-graduação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro à publicação.

À Editora da Universidade de Caxias do Sul, pela a publicação da obra.

A cada autor que dedicou seu tempo para a escrita destes capítulos *e-book*.

Sumário

Caminhos da pesquisa e da difusão científica • 9

Eliana Rela

Prefácio • 12

Dóris Bittencourt Almeida

Apresentação • 17

Daiane Dala Zen • Fernanda de Lemos • Mariane Fruet de Mello • Rafael de Souza Pinheiro • Samanta Vanz

Inventário das fontes da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, do município de Flores da Cunha – RS: um percurso metodológico de prática de pesquisa histórica • 25

Daiane Dala Zen • Bianca Demeda Pedrotti • Elisa Port dos Santos • Julha Alves de Jesus Kolassa • Mariana Boff

O audiovisual como fonte – novas perspectivas para as pesquisas em História da Educação • 50

Elisângela Cândido da Silva Dewes • José Edimar de Souza

O acervo da professora Arilde Cecília Chemello Bertelli: um lugar de memória no município de São Marcos – RS • 71

Eveline Fischer • José Edimar de Souza

Formação de professores na Escola Normal Assunta Fortini: práticas de um estágio docente (1965, Barão – RS) • 89

Fernanda Rodrigues Zanatta

Educação Indígena Kaingang: mediações, histórias e memórias (Canela – RS) • 107

Maria Laura Brito Ortis • Terciane Ângela Luchese

Pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira para compor a história de um professor público em Kronenthal • 127

Mariane Fruet de Mello • Fernanda de Lemos

Entre instituições e arquivos: possibilidades de pesquisa sobre a educação • 142

Rafael de Souza Pinheiro • Samanta Vanz

Repositório Ecoar: a experiência de organização de um espaço digital para preservação e acesso ao patrimônio histórico-educativo • 164

Samanta Vanz • Elisângela Cândido da Silva Dewes • José Edimar de Souza

Posfácio • 181

Prof. Dr. José Edimar de Souza • Profa. Dra. Tercianê Ângela Luchese

Sobre os autores • 186

Caminhos da pesquisa e da difusão científica

Eliana Rela¹

O *e-book* Caleidoscópio da História da Educação já se tornou uma referência para objetos de estudo que se tecem e entrelaçam com o Grupo de Pesquisa em História da Educação, Imigração e Memória (GRUPEIM).

No ano de 2025, a obra apresenta como eixo articulador Caleidoscópio da História da Educação: Acervo, Memória e História, chegando exitosa ao público, pela dedicação de mestrandos, doutorandos, mestres e doutores. A contribuição destes com o capital acadêmico construído, ao longo do período de formação, nos cursos de *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEdu – UCS), evidencia o impacto de tal formação.

A cada novo volume, a atuação dos acadêmicos envolve desde a gestão da comissão formada, passando pela escolha do título, divulgação e captação de textos, encaminhamentos com editora, revisão e publicação. A comissão organizadora do presente *e-book* foi assertiva quanto ao tema proposto, reunindo escritas acerca de Acervos, Memória e História.

A escolha foi assertiva, pois, nos anos de 2023 e 2024, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou catástrofes climáticas, afetando severamente também instituições de ensino. Dentre as consequências, muitos acervos devastados pelas águas. O que representa menor possibilidade de fontes para a escrita no campo da História da Educação.

¹ Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS).

A jovem comissão de pesquisadores, ao optar pelo assunto, demonstra o olhar atento ao tempo presente, cujas ações impactam o contexto atual e, também, o futuro dos estudos na área.

Em nome do PPGEdu – UCS, agradeço a cada membro da Comissão que mergulhou na proposta deste *e-book*, levando para a comunidade acadêmica mais do que o registro de investigações. Leva também a experiência de constituição de uma importante competência do pesquisador: promover a difusão científica do conhecimento produzido. Assim, parabeno Daiane Dala Zen, Fernanda de Lemos, Mariane Fruet de Mello, Rafael Pinheiro e Samanta Vanz.

Para finalizar, trago o poema de Vanessa Vieira:

Caminhos da Pesquisa

Vanessa Vieira

Apresento-vos um mundo
Repleto de novidades.
Aqui, em cada esquina,
Existe nova oportunidade.

Contemplem!!

Onde se abriga o coração humano,
Perguntas florescem.
Em Pés de Curiosidades!

Nesse belo ciclo,
se atensem!

Milhares de Perguntas-flores
Espalham-se no tempo.
Buscando das vozes, algumas verdades.

Na base da complexidade
Ciências se renovam
e alinhavam respostas

Observo...
Observem!

Projetos!?
Científicos!?
Pesquisas!?

Ora, vejo uma nova esquina.
E nela, um tecido infinito...
Universo de possibilidades.

Prefácio

Dóris Bittencourt Almeida²

“O historiador é um construtor do passado nas andanças do presente.”

(Albuquerque Júnior, 2007, p. 249)

O livro *Caleidoscópio da História da Educação: acervos, memória e história* apresenta resultados de estudos desenvolvidos por discentes vinculados ao Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Em comum, os capítulos inscrevem-se no campo temático de investigações da História da Educação. Portanto, é preciso destacar a iniciativa da organização da obra que põe em evidência os fazeres desses pesquisadores, identificados com essa área de conhecimento tão relevante para a Educação no país.

Considerando as singularidades de cada estudo aqui publicado, é importante dizer que, em todos eles, houve uma intenção de reverenciar memórias que poderiam estar esquecidas, adormecidas pelas camadas de tempo que constituem o presente. E, a partir dessa percepção, sou levada a pensar no filósofo Paul Ricoeur (2007, p. 100), para quem a Memória é a matriz da História, é a “guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado”.

Assim, Elisângela, José Edimar, João Carlos, Samanta, Daiane, Bianca, Elisa, Julha, Mariana, Eveline, Fernanda

² Professora Associada IV de História da Educação da Faculdade de Educação, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Memórias da Educação da Faculdade de Educação (UFRGS).

Zanatta, Maria Laura, Rafael, Mariane e Fernanda de Lemos assumem esse lugar de *guardiões das memórias*, identificam-se com a força dos gestos de guardar, demonstram uma “vontade de memória” (Nora, 1993; Vidal; Paulilo, 2020). Mais do que isso, os trabalhos aqui reunidos evidenciam uma *vontade de história*, que os guiou no desenvolvimento de suas investigações, pois, por meio das narrativas historiográficas, construíram versões da História da Educação.

Em cada texto, são abordadas temáticas conectadas à região em que o Programa de Pós-Graduação em Educação se insere. De diferentes modos, os capítulos se articulam entre si, cada autor mobiliza suas escolhas, em meio aos referenciais teóricos e metodológicos que permitiram a realização da pesquisa. Sendo assim, são apresentados *corpus* documentais diversos: fontes audiovisuais, narrativa autobiográfica, álbuns de fotografias, arquitetura escolar, memórias de professores, de estudantes e de comunidade indígena, elementos variados da cultura escolar, arquivos escolares, arquivos públicos físicos e digitais. A partir das operações historiográficas desenvolvidas com essas tipologias documentais, a obra permite conhecer diversos trabalhos, entendidos como contribuições à História da Educação.

Desse modo, o livro tem o mérito de colocar em evidência a produção desses autores, que, pelo exercício de pesquisar, dão a ver ao público os resultados a que chegaram. Entendo que a circulação da obra pode provocar outros pesquisadores, mais ou menos experientes, a vislumbrarem diálogos diante das perspectivas temáticas, teóricas e metodológicas que se revelam em cada um dos capítulos. Sentindo-me afetada pelo que li, indago: O que é possível fazer com análise de filmes em História da Educação? Quais as potências de narrativas autobiográficas e análises de fotogra-

fias escolares, com vistas a melhor compreender o passado da Educação?

Seguindo pela leitura dos resumos, ponho-me a pensar sobre o significado de desnaturalizar os elementos da arquitetura escolar e perceber a discursividade que permeia as escolhas de cada linguagem arquitetônica. Comovo-me diante de trabalhos que investem em explorar percursos de instituições escolares, bem como os itinerários de professoras e professores, talvez, porque, na maioria das vezes, trata-se de pessoas anônimas, as quais facilmente podem ser esquecidas, mas, por meio da pesquisa, é possível recuperar suas agências individuais, em meio à memória coletiva. Não menos importantes são a busca por memórias de turmas de estudantes e, ao mesmo tempo, a discussão sobre a formação docente de décadas passadas, lembrando que os estudantes costumam deixar poucas marcas nas instituições por onde passam. E que importante o livro trazer um estudo sobre a memória de uma comunidade Kaingang, valorizando suas experiências e preservação de suas histórias ancestrais! Problematizações em torno de arquivos também estão contempladas no livro, arquivos escolares, arquivos públicos e digitais, instituições fundamentais para a pesquisa historiográfica.

Ao tomar contato com essas escritas, como não pensar nas pessoas que as produziram? O que significa ser autor de um texto? A questão da autoria é algo forte na pesquisa, implica assumir a responsabilidade pelo que se escreve, seguir protocolos acadêmicos, buscar o rigor teórico e metodológico, mas sem esquecer que somos, todos nós, *contadores de histórias*. Ainda que guiados pelas mãos de professores orientadores, parece-me necessário reconhecer que somos os criadores daquilo que expressamos em palavras, e isso carrega um determinado peso.

Portanto, ainda pensando nos autores, imagino como chegaram aos temas de pesquisa, quais os desejos que os conduziram durante os anos de estudo? Como diz Renato Janine Ribeiro, “[...] nada é apenas objeto, porque, sempre, de alguma forma, tem a ver intimamente com o sujeito que o está estudando” (1999, p. 191). Ou seja, os temas da pesquisa têm a ver com nossas histórias, para uns são viscerais, para outros nem tanto, mas ninguém escapa de ter algo de si, de ter suas subjetividades presentes nos empreendimentos de estudo. Assim, como cada um encontrou seu tema de pesquisa? Que medos tiveram durante o percurso? Quantas foram as alegrias, sobretudo, quando *as coisas começaram a dar certo*? Quantos desafios os acompanharam? Todas essas questões nos constituem e, de certo modo, indicam quem somos. Portanto, os capítulos aqui apresentados, de diferentes modos, dizem algo de seus autores, da construção de suas identidades como pesquisadores da História da Educação.

Movida pelo interesse em divulgar esta obra, percebo que as reflexões desenvolvidas em seus nove capítulos, inscrevem-se em temas candentes conectados à produção contemporânea em História da Educação. Os textos constituem-se em somatórios de miradas individuais e coletivas para diferentes temas, fomentados por questões do Tempo Presente, que comparecem nas narrativas aqui escritas.

A partir de investigações mais amplas, os capítulos evidenciam a construção de inteligibilidades acerca de suas pesquisas. Como nos diz Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2009), vejo os autores como “construtores do passado”, pessoas que investiram em outras “andanças”, talvez se desviando de caminhos prováveis, aprimoraram sua formação acadêmica, ousaram adentrar nos mundos da pesquisa e da produção do conhecimento.

Encerro este prefácio com o convite à leitura, acreditando que cada escrita possa suscitar novos debates acerca das diferentes análises desenvolvidas. Como professora e pesquisadora em História da Educação, alimento o desejo de que esses autores prossigam em seus investimentos intelectuais. E, para isso, busco as palavras de Umberto Eco, em seu clássico, *Como se faz uma Tese?* Em suas palavras: “se faz a tese com gosto, há de querer continuá-la [...] Quer-se aprofundar todos os pontos que ficaram em suspenso, ir no encalço das ideias que nos vieram à mente mas que se teve de suprimir, ler outros livros, escrever ensaios. E isto é sinal de que a tese ativou o seu metabolismo intelectual, que foi uma experiência positiva” (Eco, 2008, p. 169-170).

Leitor, usufrua dessas escritas, permita-se estar junto com as “andanças” das autoras e autores, que evidenciam seus exercícios de pesquisar nas trilhas da História da Educação.

Porto Alegre, junho de 2025.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: Edusc, 2007.

ECO, Umberto. **Como escrever uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 189-195, maio 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, Andre Luiz. Arquivos e Educação: prática de arquivamento e memória. **Revista de Educação Pública**, v. 29, p. 1-17, jan./dez. 2020.

Apresentação

*Daiane Dala Zen
Fernanda de Lemos
Mariane Fruet de Mello
Rafael de Souza Pinheiro
Samanta Vanz*

A quarta edição do *e-book* do Grupo de Pesquisa História, Imigração e Memória (GRUPHEIM – UCS) reafirma o compromisso de fortalecer a produção e a socialização de pesquisas na área da História da Educação, fomentando o intercâmbio entre pesquisadoras, pesquisadores e instituições em âmbito regional e nacional. Este volume é o resultado do esforço coletivo de integrantes do grupo e convidados/as que compartilham o interesse por temas que abordam acerca de acervos, memória e história, em suas múltiplas expressões e temporalidades.

O Grupo de Pesquisa foi constituído com o intuito de ampliar os estudos sobre História da Educação realizados na Universidade de Caxias do Sul (UCS), promovendo espaços de reflexão crítica e construção de conhecimento fundamentado em rigor teórico-metodológico. Esta publicação dá continuidade a esse propósito, reunindo trabalhos que exploram percursos de investigação, desafios e possibilidades em torno da preservação, análise e uso de acervos documentais como fontes históricas.

A temática proposta – *Acervos, Memória e História* – abre um campo fértil para a compreensão das práticas educativas em suas dimensões históricas, sociais e culturais. No contexto da História da Educação, o trabalho com diferentes tipos de fontes – sejam elas documentais, imagéticas ou audiovisuais – permite lançar novos olhares sobre instituições,

sujeitos e práticas escolares, contribuindo para a valorização do patrimônio educativo e para o fortalecimento de identidades locais e coletivas. Os textos que compõem este *e-book* partem desse entendimento, revelando experiências e reflexões que articulam a preservação de acervos, a construção de memórias e a elaboração de narrativas históricas.

A proposta dá seguimento à coletânea que iniciou no ano de 2020, depois teve sua 2ª edição em 2022, e a última, no ano de 2023, denominada *Caleidoscópio da história da educação: escolarização e sujeitos escolares*, organizada por Cassiane Curtarelli Fernandes, Elisângela Cândido da Silva Dewes, Fernanda Zanatta, Manuela Ciconetto Bernardi e Mariane Fruet de Mello. Assim como registrado nos três volumes anteriores, esperamos que, após esta 4ª edição, lançada em 2025, o belo trabalho desenvolvido pelos discentes, com apoio de professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, da linha de pesquisa em História e Filosofia da Educação, do grupo de pesquisa GRUPHEIM, possa ser continuado.

No que se refere à estrutura, abrimos o trabalho com a escrita da professora Dra. Eliana Relá, que atualmente é a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul e também faz parte da Linha de Pesquisa em História e Filosofia da Educação e do GRUPHEIM. A professora esteve presente em todas as edições do *e-book* e é uma grande incentivadora desta valorosa produção, que oferece autonomia no processo reflexivo e também visibilidade aos discentes.

O prefácio escrito pela professora Dra. Dóris Bitencourt Almeida, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que carinhosamente acolheu nosso convite e é uma referência para nossas pesquisas, quando refletimos e analisamos especialmente a temática desta edição. Contamos também com o posfácio dos professores do Programa

de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEdu – UCS), Dra. Terciane Ângela Luchese e Dr. José Edimar de Souza, da Linha de Pesquisa em História e Filosofia da Educação, que também gentilmente apoiaram e acompanharam o percurso de produção desta coletânea e estão diretamente vinculados aos nossos percursos formativos.

O primeiro capítulo inicia com o texto intitulado “O acervo arquitetônico da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José do Município de Flores da Cunha/RS (1914-1991)”, de autoria de Daiane Dala Zen, Bianca Demeda Pedrotti, Elisa Port dos Santos, Julha Alves de Jesus Kolassa e Mariana Boff. O estudo discorre acerca da memória da escola Municipal São José, no que se refere ao seu acervo arquitetônico, realizada por estudantes do Ensino Fundamental sob orientação da professora de História. Os documentos mobilizados para essa escrita são duas fotografias da escola nos anos 1970 e entrevistas de ex-alunos que estão num livreto comemorativo dos 15 anos de municipalização da escola. As autoras procuram contribuir para a memória da escola São José e adensar a importância histórica e cultural que o prédio tem para a cidade de Flores da Cunha. Os referenciais teóricos metodológicos envolvem o conceito de acervo, memória e História, perpassando a História da Educação, pois o prédio original, fundado pelas irmãs de São José da França em 1914 e municipalizado em 1991, ao longo do tempo, foi transformando-se, perdendo traços e incorporando outros em sua arquitetura da memória e da cultura local. Assim pode ser considerado um patrimônio histórico material e imaterial, visto que carrega consigo um pomposo acervo que perpassa passado, presente e futuro da cidade.

O segundo capítulo, intitulado “O audiovisual como fonte: novas perspectivas para as pesquisas em História da

Educação”, de autoria de Elisângela Cândido da Silva Dewes e José Edimar de Souza, explora os filmes educativos como artefatos culturais e históricos. Fundamentado na perspectiva da História Cultural e na noção de representação, o texto analisa como o audiovisual forja estereótipos, propõe modelos de comportamento e difunde visões de mundo. Ao discutir os caminhos teórico-metodológicos para a análise dessas fontes, os autores destacam que os filmes não apenas espelham a realidade, mas também a constroem, sendo fundamentais para compreender os discursos e projetos educacionais veiculados ao longo do tempo.

Desenvolvemos aqui a ideia de que a memória, individual ou coletiva, ganha força quando se articula aos registros preservados nos acervos. Mais do que um simples exercício de lembrança, a memória é um campo dinâmico, em constante reconstrução, permeado por disputas de narrativas, esquecimentos e silenciamentos. Ao trabalhar com memórias por meio de fontes documentais e narrativas pessoais, os/as pesquisadores/as reconstróem experiências educativas que foram marginalizadas e contribuem para o reconhecimento de sujeitos historicamente excluídos. Como nos lembra Reis (2010), há uma relação profunda entre memória escrita e identidade coletiva. Nesse processo, a *escrita de si* emerge como prática potente de autoinscrição e elaboração de sentido.

Na mesma direção, mas ampliando o campo das memórias, apresentamos o capítulo intitulado “Professora Arilde Cecília Chemello Bertelli: memórias de uma intelectual mediadora”. O texto, que foi escrito por Eveline Fischer e José Edimar de Souza, evidencia a trajetória da professora Arilde Cecília Chemello Bertelli, que, nos últimos 70 anos, atuou como docente e pesquisadora da história e da educação no município de São Marcos – RS. Desde a década de 1950, Arilde passou a compor um acervo pessoal com fragmentos

de memórias e acontecimentos locais. Atualmente, o acervo conta com mais de 60 mil itens, que ajudam a compor e a preservar o patrimônio histórico educativo. Nesse sentido, valendo-se da história cultural como perspectiva teórico-metodológica e das memórias, os autores utilizaram o método da história oral e também da análise documental. Arilde pode ser considerada uma intelectual mediadora na sua comunidade, uma vez que é guardiã da memória do município e uma protagonista singular na constituição da história da educação local.

O quarto capítulo, de Fernanda Rodrigues Zanatta, tem como título “Formação de professores na Escola Normal Assunta Fortini: práticas de um estágio docente (1965, Barão/RS)”. A autora propõe uma reflexão acerca da análise dos saberes e das práticas pedagógicas desenvolvidas no período de estágio, das normalistas da Escola Normal Assunta Fortini, em Barão/RS, no ano de 1965. A Instituição, que foi fundada em 1962, apresentou, para o município, uma possibilidade de continuidade dos estudos pelo ensino público e profissionalizante e obteve grande procura a partir da profissionalização docente. Para tanto, a pesquisadora investigou as práticas instituídas no curso e quais delas prepararam para o estágio docente, avaliando as atividades de uma das normalistas em seu estágio, como disciplinas ministradas, livros utilizados na sala de aula, atividades da cultura escolar que estiveram presentes nas ações educacionais, nas comemorações, nos ritos e nas festividades.

O quinto capítulo, intitulado “Educação indígena Kaingang: mediações, histórias e memórias (Canela – RS)”, é de autoria de Maria Laura Brito Ortis e Terciane Ângela Luchese. O estudo discute como as experiências vividas e compartilhadas permitem preservar as memórias e as histórias ancestrais e também como mediam os saberes construídos para preservação cultural dos Kaingang. O

estudo analisou o processo de preservação de saberes e culturas por meio de mediações no grupo Kaingang que vive em Canela/RS, pensando nas suas tradições, memórias e histórias. Como metodologias, as autoras empregaram a pesquisa bibliográfica e entrevistas fundamentadas na História Oral. A partir das narrativas das memórias e tradições desse grupo, o qual é interligado com o cosmo, com entendimento na compreensão dos aspectos da natureza, constatou-se como os indígenas Kaingangs mantêm muito vivas em suas memórias as formas de ensinar as crianças de acordo com seus processos próprios, e isso está sendo ressignificado como um importante espaço para fortalecer a construção e o empoderamento do povo Kaingang.

Outro capítulo que corrobora a temática proposta acerca dos acervos na História da Educação foi escrito por Mariane Fruet de Mello e Fernanda de Lemos, intitulado “Pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira para compor a História de um professor público em Kronenthal”. O estudo discorre sobre a importância do acesso gratuito e digital ao acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada à Fundação Biblioteca Nacional, destacando seu papel fundamental na pesquisa histórica, especialmente na área da História da Educação. A partir da experiência metodológica de uma das autoras durante sua pesquisa de doutorado sobre o intelectual Bernardo Petry, o texto apresenta reflexões sobre o uso da imprensa como fonte histórica, exemplificando o processo de busca por documentos no acervo digital. Além disso, tece críticas à conservação dos arquivos públicos físicos e propõe um olhar sobre a imprensa não apenas como objeto de estudo, mas como instrumento de reconstrução do passado. A pesquisa também revisita o debate historiográfico sobre o surgimento da imprensa brasileira e reforça seu valor como fonte de investigação em contextos distantes no tempo.

É nessa perspectiva que se insere o artigo “Entre instituições e arquivos: possibilidades de pesquisa sobre a educação”, de Rafael de Souza Pinheiro e Samanta Vanz, que chama a atenção para o papel ativo do/a historiador/a na leitura das fontes. A análise dos documentos preservados em instituições, como o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e a Escola Estadual Frei Caneca de Flores da Cunha – RS, revela como os arquivos escolares oferecem múltiplas possibilidades investigativas e exigem escolhas interpretativas. Inspirados por Michel de Certeau, os/as autores/as nos lembram que a operação historiográfica não se resume à coleta de dados, mas implica a construção de hipóteses, a seleção de métodos e a definição de um ponto de vista. O olhar lançado sobre os acervos nunca é neutro: ele é sempre guiado pelas perguntas que se fazem, pelas lacunas que se investigam e pelo contexto de quem pesquisa. Nesse sentido, fazer história é sempre também fazer política da memória.

E por fim, compondo o último capítulo, apresentamos o “Repositório Ecoar: a experiência de organização de um espaço digital para preservação e acesso do patrimônio histórico-educativo”, escrito por Samanta Vanz, Elisângela Cândido da Silva Dewes e José Edimar de Souza, que revela a constituição de um acervo digital voltado à documentação escolar. A experiência descrita evidencia a importância da organização, categorização e disponibilização pública de documentos escolares – antes dispersos ou inacessíveis – como forma de democratizar o acesso às fontes e incentivar novas pesquisas no campo da História das Instituições Escolares. O repositório torna-se, assim, mais que um espaço de armazenamento: um agente ativo na produção e circulação de saberes históricos, fortalecendo práticas de preservação e de gestão documental.

Em conjunto, os artigos aqui reunidos demonstram como os acervos – materiais, digitais, visuais, orais ou autobiográficos – sustentam a construção de memórias e alimentam a elaboração de histórias que ampliam nossa compreensão sobre a educação. Este *e-book*, portanto, é um convite à valorização das fontes e dos sujeitos que compõem o tecido da história escolar, reconhecendo a diversidade de experiências que marcaram – e continuam a marcar – o campo educacional brasileiro.

Inventário das fontes da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, do município de Flores da Cunha – RS: um percurso metodológico de prática de pesquisa histórica

Daiane Dala Zen³

Bianca Demeda Pedrotti⁴

Elisa Port dos Santos

Julha Alves de Jesus Kolassa

Mariana Boff

Considerações iniciais

Este artigo resulta de uma prática de pesquisa histórica desenvolvida na Educação Básica, com a participação de quatro estudantes, sob orientação da professora responsável pelo Componente Curricular de História. O objeto central da investigação foi uma antiga edificação da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, em Flores da Cunha (RS), atualmente em avançado estado de deterioração. Esse cenário despertou o interesse das estudantes em compreender a trajetória do prédio e seu papel na constituição da identidade escolar e comunitária.

³ Doutora em Educação. Mestra em História. Professora da rede pública municipal de Flores da Cunha. Pesquisadora a respeito do registro: da História das Mulheres, da Educação e Ensino da História. Atua como vice-presidenta do Sindicato dos Servidores Municipais de Flores da Cunha (gestão 2023 – 2026) e é membra do Grupo de Pesquisa História, Imigração e Memória (GRUPHEIM – UCS).

⁴ Estudantes do 1º ano do Ensino Médio. Ex-alunas da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José. Participantes da pesquisa desenvolvida entre 2023 a 2025.

Realizada entre 2023 e 2024, integrada às atividades regulares da disciplina de História, a pesquisa teve como objetivo principal a identificação, coleta e sistematização de fontes documentais sobre a história da escola. O processo culminou na elaboração de um inventário histórico e na produção de novas fontes, a partir da análise do material encontrado e das vivências registradas durante a investigação.

A pesquisa revelou a significativa influência das Irmãs da Congregação de São José⁵ – de origem francesa – na formação educacional e cultural da comunidade local. O foco esteve na recuperação de parte do acervo histórico vinculado ao prédio escolar, construído em 1914 e interditado em 2021. Embora ainda integre o conjunto arquitetônico da escola, o edifício encontra-se em situação de abandono. Sua preservação, como espaço de memória, é amparada por legislações municipais de proteção ao patrimônio histórico, que visam evitar a perda de bens simbólicos antes que se reduzam a ruínas.

Como professora orientadora e autora deste relato, busco articular os fundamentos teóricos da Educação Patrimonial à prática pedagógica vivenciada pelas estudantes, evidenciando o potencial formativo da pesquisa histórica no ambiente escolar. A produção do inventário constituiu-se não apenas como exercício metodológico de investigação, mas também como processo de valorização do patrimônio

⁵ A Congregação das Irmãs de São José surgiu em 1655, com o nome de Congregação de São José de Chambéry. A partir de 1850, iniciou um impulso missionário mundial, com ações voltadas à assistência social, saúde e educação. No Brasil, estabeleceram-se na região sul para evangelizar descendentes de imigrantes europeus. As primeiras irmãs chegaram a Garibaldi (RS) em 1898, onde construíram o prédio que hoje abriga o Mosteiro Hotel de Charme. Em 1901, chegaram a Flores da Cunha e fundaram a escola primária, cuja edificação, concluída em 1914, é o objeto central deste estudo. Para mais informações, consultar o material “Memorial das Irmãs de São José de Chambéry: uma semente plantada em Garibaldi”, disponível fisicamente no Mosteiro Hotel de Charme (<https://mosteirohoteldecharme.com.br/museu-e-memorial/>) ou por meio de contato pelo telefone celular (54) 99920-5920 ou pelo e-mail: contato@mosteirohoteldecharme.com.br.

local e de fortalecimento dos vínculos identitários entre estudantes, escola e comunidade.

Nesse contexto, escrever sobre a memória revelou-se um ato simultâneo: preservação e construção. A memória, para se constituir, precisa ser registrada e fixada em linguagem – especialmente no espaço escolar, onde o passado é constantemente revisitado como estratégia de compreensão do presente. Como afirma Reis (2010, p. 45), “o trabalho da memória e a sua fixação pela escrita são indispensáveis na busca do reconhecimento de si dos indivíduos em seus grupos, dos grupos em relação aos outros e da humanidade como união universal de grupos e indivíduos”.

Destacar o inventário nesse percurso é reconhecer sua importância como instrumento de preservação da história da escola e como estratégia de resistência ao esquecimento. Ao documentar o prédio de 1914 – seus usos, registros visuais e textuais, bem como sua relevância para diferentes gerações –, ele atua como marco na construção do edifício como um patrimônio histórico da cidade, valorizado por sua materialidade e pelo significado simbólico que carrega para aqueles que o reconhecem como parte de sua história.

Nessa mesma perspectiva, é relevante mencionar que, segundo Vailatti, Paludo e Brugali (2022), o município de Flores da Cunha elaborou, em conformidade com a Constituição Federal, as Leis Municipais n. 1.061 e 1.062, que garantem a proteção do patrimônio local. Em 2012, foi criado o Conselho Municipal de Cultura, e, entre 2018 e 2019, ocorreram os primeiros tombamentos oficiais de bens históricos, incluindo o antigo cemitério de imigrantes italianos, o Museu e Arquivo Histórico Pedro Rossi, o Campanário da Igreja Matriz e o Casarão dos Veronese, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Em 2024, foi lançado o Inventário do Patrimônio Cultural Material de Flores da Cunha. Esse

documento lista edificações da história do município, entre elas, o prédio da escola, construído em 1914.

Por fim, este trabalho convida o/a leitor/a a refletir sobre o valor da cultura material e imaterial que compõe o patrimônio escolar, especialmente aquele edificado pelas Irmãs da Congregação de São José – ordem religiosa francesa que, no final do século XIX, estabeleceu-se na região com a missão de evangelizar descendentes de imigrantes italianos. A história da edificação, portanto, transcende os limites físicos do espaço escolar e inscreve-se na memória coletiva da comunidade de Flores da Cunha.

O texto está organizado em três seções principais: “Gênese do interesse investigativo e a construção da memória escolar na Escola São José”; “Caminhos da pesquisa: metodologia e desafios na elaboração do inventário”; e, por fim, “Memória, Educação Patrimonial e BNCC: produzindo fontes no espaço escolar”.

Gênese do interesse investigativo e a construção da memória escolar na Escola São José

O ponto de partida desta pesquisa foi o interesse espontâneo demonstrado por quatro estudantes do sétimo ano – Bianca, Elisa, Julha e Mariana – em relação ao antigo prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, localizada em Flores da Cunha (RS). As conversas nas aulas do Componente Curricular de História, ministrado por mim em meu primeiro ano como docente na instituição, revelaram uma curiosidade latente entre as alunas, que frequentaram a escola desde a Educação Infantil até a conclusão do Ensino Fundamental, em 2024.

Durante esses diálogos, as estudantes compartilharam informações transmitidas oralmente por familiares e membros da comunidade: relataram que, no passado, a escola

foi dirigida por freiras oriundas da França, pertencentes à Congregação de São José, e que a edificação principal – construída em 1914 – permaneceu em funcionamento até sua interdição pelo Corpo de Bombeiros, em 2021. Além disso, demonstraram conhecimento sobre o papel da escola na formação de diversas gerações da cidade, mencionando ex-alunos que hoje ocupam cargos públicos e cujas famílias mantêm vínculos históricos com a instituição.

Essa rede de memórias, transmitida pela oralidade e sustentada por afetos, associada à impossibilidade de acesso físico ao prédio interditado, ampliou o interesse investigativo das estudantes. O desejo de conhecer mais sobre a origem da escola e da Congregação que a fundou despertou nelas uma postura ativa de pesquisa. Como abordado na introdução, a percepção de que o patrimônio da instituição representa elementos relevantes da história local foi determinante para seu engajamento. A partir desse impulso inicial, estruturamos um trabalho voltado à identificação, coleta e análise de fontes documentais, cujos desdobramentos serão tratados adiante.

Conforme afirma Le Goff (1990), “a memória é a matéria-prima da história”, sendo essencialmente seletiva e sempre em disputa. Nesse sentido, o movimento de resgatar a história da escola por meio das memórias das estudantes e da comunidade local insere-se num processo mais amplo de construção de pertencimento, identidade e valorização do patrimônio escolar. Ao registrar, sistematizar e refletir sobre essas vivências, a prática de pesquisa histórica assume, como já apontado, uma estratégia pedagógica potente na Educação Básica.

A Escola Municipal São José, localizada na Rua Barros Cassal, n. 777, no bairro Centro do município de Flores da Cunha – RS, atende atualmente cerca de 560 estudantes e conta com um corpo docente composto por 39 profes-

soras/es. Sua trajetória teve início no ano letivo de 1902, em uma casa provisória de madeira, com o nome Collegio delle Suore di San Giuseppe. Na época, o município ainda se chamava Nova Trento.

Inicialmente, além da escola, funcionava no local um juvenato feminino conduzido pelas Irmãs da Congregação de São José. De acordo com o Inventário do Patrimônio Cultural e Material de Flores da Cunha – RS, o antigo prédio do juvenato era um prisma retangular de quatro pavimentos, construído perpendicularmente ao edifício, demolido em 1980 para dar lugar ao Bloco A, que foi inaugurado em 1983.

Segundo Barea (1995), O Florense (2001) e Vailatti, Paludo e Brugali (2022), a pedra fundamental do prédio definitivo foi lançada em 21 de julho de 1914. Naquele ano, a escola já atendia cerca de 110 alunos/as. Ao longo das décadas, a instituição passou por sucessivas expansões e adaptações às novas demandas da comunidade escolar. Em 16 de outubro de 1983, foi inaugurado um novo prédio, marcando nova fase em sua infraestrutura.

Até 1990, a escola permaneceu sob administração religiosa e funcionava como instituição particular. A partir de 1991, foi adquirida pela Prefeitura de Flores da Cunha, iniciando o processo de municipalização, oficialmente celebrado em 2006. Parte dessa história está registrada no livreto comemorativo dos 15 anos de municipalização (citado no subtítulo 2), bem como em um trabalho acadêmico de 2001, ambos inventariados neste estudo.

Mesmo após a municipalização, a presença das Irmãs no município continuou ativa. A casa comunitária onde residem atualmente integra o Núcleo Caminho Novo, preservando a memória e a contribuição da Congregação à educação local.

Desde então, a escola seguiu ampliando sua estrutura física. No entanto, o prédio histórico de 1914 – símbolo da atuação das Irmãs de São José – passou por um processo visível de deterioração. Composto por térreo e dois andares, o edifício abrigou, ao longo do tempo, diversas salas e serviços escolares, como o Núcleo Interdisciplinar de Apoio Educacional (NIAE), até ser interditado em 2021 por apresentar riscos à segurança.

Em 2023, foi inaugurado o Bloco B, construído à frente do antigo prédio, junto com outras melhorias estruturais, como a ampliação da cozinha e a construção de um refeitório no local, no qual, segundo relatos, funcionava a antiga horta mantida pelas religiosas.

No momento, o prédio de 1914 é utilizado como depósito e encontra-se em condições precárias. Há forte odor de urina de animais, janelas danificadas que batem com o vento, acúmulo de poeira, entulho e marcas do tempo. Ainda é possível identificar mobiliário antigo – armários e mesas de madeira –, além de elementos arquitetônicos preservados, como o vigamento extremamente baixo da escada, possivelmente indicativo das características físicas dos construtores da época.

Apesar do estado de abandono, a edificação preserva traços de sua imponência original, evidenciando o charme característico das escolas construídas no início do século XX. Sua presença física e simbólica no cotidiano escolar reforça o valor histórico e afetivo atribuído a esse espaço por diversas gerações da comunidade. Como discutido na introdução, a edificação não carrega apenas materialidade, mas também sentidos – e é justamente essa dimensão simbólica que a transforma em patrimônio. Segundo Candau (2011), a memória coletiva é constituída por experiências que se entrelaçam ao cotidiano e à cultura de um grupo, tornando-se parte de sua identidade.

Assim, ao articular memória, identidade e patrimônio escolar, esta pesquisa se alinha à proposta da Educação Patrimonial, compreendida por Fonseca (2005) como uma prática que visa fomentar, no ambiente escolar, a valorização dos bens culturais e históricos como elementos formadores da cidadania. Nesse contexto, o protagonismo das estudantes se destaca como parte essencial do processo formativo, reforçando o potencial da escola como espaço de transmissão de saberes e de produção ativa de conhecimento e de pertencimento cultural.

O capítulo seguinte apresenta a metodologia aplicada na produção do inventário, detalhando as etapas de pesquisa desenvolvidas pelas estudantes, os critérios de seleção das fontes e as estratégias utilizadas para sua organização e interpretação.

Caminhos da pesquisa: metodologia e desafios na elaboração do inventário

A investigação sobre o passado da Escola Municipal São José fundamentou-se na análise de diversas fontes históricas, com ênfase em documentos primários, como registros escritos, fotografias, mapas, objetos e elementos da arquitetura escolar. Esses vestígios foram interpretados criticamente para reconstruir narrativas e compreender as transformações da instituição ao longo do tempo.

Fontes ou documentos históricos compõem um acervo formado por construções sociais que evidenciam relações entre diferentes sujeitos, sempre marcados por seus contextos históricos, políticos e culturais. Cada documento preservado é fruto de múltiplas decisões: tanto de quem o produziu quanto de quem decidiu mantê-lo. Como observa Luchese (2015, p. 26):

[...] todas as fontes históricas que nos chegam do passado são plenas de poder, de jogos de sentido e significação,

construídas e preservadas no tempo para as gerações futuras. Memórias fragmentadas de um tempo que não conseguiremos jamais tomá-lo em sua totalidade.

Contudo, como Seffner (2005) destaca, o documento é sempre um rastro do passado, mas também um artefato construído intencionalmente, funcionando como um “engenhoso instrumento de poder da época”. Assim, ao utilizar essas fontes, é necessário reconhecer seus limites e intencionalidades. Para Reis (2010, p. 96), o historiador interpreta o passado a partir de seu presente, com escolhas conscientes que orientam a leitura dos documentos segundo suas experiências e objetivos analíticos. Essa perspectiva reforça a importância de abordar criticamente os acervos, compreendendo-os não como registros neutros, mas como portadores de intencionalidades e significados produzidos em contextos específicos.

A edificação escolar, conforme discutido anteriormente, também se configura como uma fonte histórica em si – um acervo a céu aberto. Segundo Correa (2017, p. 174), ela pode ser compreendida como a materialização da relação entre memória e história, evocando lembranças individuais e coletivas que ajudam a construir identidades compartilhadas. Nesse sentido, ao analisar os monumentos e marcas materiais do passado, Catroga (2001, p. 26) propõe refletir sobre as narrativas dominantes.

Nos séculos XIX e XX, as instituições escolares desempenhavam papel importante no controle social, como observa Stuart Hall (2015, p. 26), cuja análise sobre o poder disciplinar sugere que a criação de escolas visava manter atividades sob domínio da disciplina. Portanto, os espaços escolares e os documentos que deles emanam não são registros neutros, mas instrumentos de construção de subjetividades.

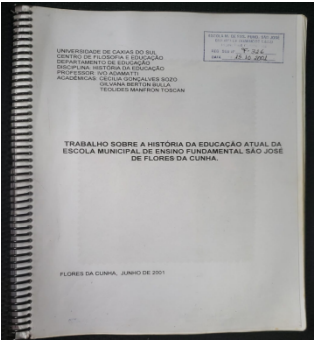


A partir da coleta das fontes – documentos oficiais como ofícios, atas, relatórios administrativos e registros escolares –, pôde-se compreender a evolução institucional da Escola São José. Por sua vez, as fotografias foram fundamentais para visualizar as transformações físicas ao longo dos anos.






A edificação de 1914, embora atualmente em processo de deterioração, é reconhecida pela sua materialidade e pelo valor simbólico que carrega. O prédio revela características de práticas pedagógicas e sociais do início do século XX, e sua análise, à luz das teorias de poder disciplinar, permite uma reflexão crítica sobre o patrimônio arquitetônico.


O envolvimento das estudantes no processo de pesquisa fortaleceu os vínculos afetivos com o objeto investigado. Em conversas informais nos corredores da escola, emergiram memórias pessoais e relatos familiares que reforçaram o interesse e motivaram a continuidade da investigação. Um momento marcante foi a descoberta de uma caixa contendo documentos antigos na Sala de Leitura. A partir desse achado, as estudantes exploraram outros ambientes da instituição em busca de novos vestígios, o que se configurou como um percurso metodológico coletivo, em que não apenas catalogaram fontes, mas também produziram novos registros.

A elaboração do inventário envolveu a identificação, categorização e descrição dos documentos, fotografias e da própria edificação, constituindo um exercício de educação patrimonial com foco na valorização da memória (Quadro 1).

Quadro 1 – Inventário de Fontes Históricas da Escola Municipal São José, Flores da Cunha/RS (1941-2006)

Quantidade	Tipo	Autores/as	Descrição	Ano	Fotografia do documento
1	Trabalho acadêmico	Professoras da rede municipal	Pesquisa acadêmica - uma versão monumental, com muitas fotografias, cópias de atas.	2001	
18	Quadros de formandos/as para paredes.	Escola São José	Montagem de fotografias feitas manualmente com o nome dos/as formandos, professoras/es e paraninfo/a.	1941 e 1942, 1946 a 1954 e 1956 e 1957.	
20	Livro comemorativo dos 15 anos de municipalização	Estudantes da 3ª série – turma 31	História do prédio, das irmãs com entrevistas de autoridades, ex-alunos e professoras/es.	2006	

1	Fotografia	Não informado	Vista do lado noroeste dos dois prédios da escola.	Provavelmente 1970	
1	Fotografia	Não informado	Fotografia que retrata os dois prédios originais da escola.	1970	
1	Fotografia	Não informado	Fundos do prédio que foi demolido. No canto direito, podemos perceber o prédio foco do nosso estudo, com janelas amarelas.	1970	
1	Fotografia	Não informado	Prédio demolido para dar lugar ao Bloco B (Prédio construído em 1983).	Não identificado	
1	Fotografia	Comunidade escolar em função dos 15 anos de municipalização.	Fachada da escola em 2006. A construção do prédio da fotografia é de 1983.	2006	

4	Quadros de turma	Alunos do Jardim, Alunos da 2ª série e Alunos da 3ª série	Inauguração do novo prédio (Bloco A) da escola. As fotografias retratam professoras e estudantes das respectivas turmas.	1983	
1	Quadro de turma	Formandos do 5º Primário	A fotografia está emoldurada, juntamente com os nomes dos/as estudantes.	1962	
1	Quadro	Banda do Colégio São José	A fotografia retrata o desfile cívico da banda da escola.	1962	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Entre as fontes históricas encontradas, destacam-se os 18 quadros de formandos distribuídos entre os andares do prédio construído em 1983 (Bloco A). Esses quadros – montagens manuais com elementos visuais de cunho religioso – apresentam os nomes de formandos, professores/as e paraninfos/as, com datas que abrangem os anos de 1941, 1942, 1946 a 1954 e 1956 a 1957. Também foram identificados quadros menores, datados de 1983, que retratam turmas da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no contexto da inauguração do novo prédio escolar. A Banda Marcial da escola também aparece regis-

trada em fotografias transformadas em quadros, datadas de 1962.

Além dessas imagens, foram localizados e inventariados materiais produzidos em diferentes períodos, como um trabalho acadêmico realizado em 2001, exemplares do livro comemorativo dos 15 anos de municipalização da escola (2006) e cópias de fotografias da década de 1970. Esses documentos, reunidos e descritos no inventário, ampliaram o repertório de fontes e possibilitaram a compreensão de distintos momentos da história escolar.

O inventário foi construído a partir de um processo investigativo desenvolvido pelas estudantes, que exploraram o prédio de 1914 e realizaram entrevistas com membros da comunidade escolar. Durante essas atividades, foram identificadas outras fontes relevantes, como os quadros de formandos expostos nos corredores do prédio atualmente ocupado pela escola, construído em 1983, além de fotografias que retratam eventos cívicos, religiosos e comemorativos guardadas no depósito da escola. Esses materiais são fundamentais para a reconstrução da trajetória da instituição.

O trabalho, orientado por mim ao longo dos anos, teve como principal objetivo proporcionar aos estudantes uma experiência concreta de pesquisa histórica, estimulando o contato direto com as fontes e incentivando a produção de conhecimento a partir de sua realidade local. Como afirma Aróstegui (2006), fonte histórica é o conjunto de materiais, instrumentos, discursos e símbolos que resultam da criatividade humana e que, ao serem interrogados por métodos específicos, permitem ao historiador elaborar interpretações sobre o passado.

A pesquisa histórica realizada no capítulo anterior permitiu uma profunda imersão nas fontes que compõem a memória da Escola Municipal São José, oferecendo um

panorama sobre as transformações institucionais e o valor simbólico de seu patrimônio material. No entanto, a memória escolar não se limita a documentos e objetos do passado, mas também se constrói e se atualiza continuamente no presente, especialmente dentro do contexto educacional.

Nesse sentido, a reflexão sobre a relação entre memória e educação patrimonial se torna essencial para compreender a forma como a escola, como espaço de aprendizagem, é também um lugar de construção de significados históricos. No subtítulo seguinte, abordaremos como a produção de fontes no ambiente escolar se conecta com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como a educação patrimonial, como prática pedagógica, contribui para a valorização e preservação da memória histórica escolar, expandindo os limites da pesquisa para a produção ativa de saberes no espaço escolar.

Memória, educação patrimonial e BNCC: produzindo fontes no espaço escolar

A pesquisa histórica realizada na Escola Municipal São José revelou a riqueza de fontes documentais e a força da memória visual como elemento central na construção da história escolar. As fotografias, como observou Correa (2017), são fundamentais para essa materialização da memória, funcionando como “lugares de memória” que transcendem o tempo e permitem uma ponte entre o passado e o presente. Nesse sentido, as imagens que emergiram durante a pesquisa documentam eventos passados e são instrumentos vivos de ensino e aprendizagem, capazes de estimular reflexões profundas sobre a trajetória da escola e sua identidade.

Uma montagem fotográfica elaborada pelas autoras é uma representação visual dessa continuidade e transformação, conectando momentos históricos distintos e

promovendo uma análise crítica sobre a evolução do espaço escolar. Essa montagem ao capturar um ponto específico da escola, revela uma transição significativa na estrutura e no uso do espaço. O local mostrado nas imagens da década de 1970, que correspondia a uma parte do pátio da escola na época, mantém uma continuidade no presente, embora com modificações visíveis.

A fotografia ilustra claramente essa mudança: no passado, o espaço era exclusivamente um pátio; atualmente, ele foi transformado pela construção de uma quadra de esportes, visível na fotografia à direita. Essa quadra se localiza à frente das colunas levemente arqueadas, que permanecem no local, ainda que adaptadas e modificadas com a adição de novos elementos arquitetônicos.

Dessa forma, conforme Barbosa (2006, p. 221), “O registro visual das comemorações ligadas a eventos da história nacional revela os rumos que, por meio de uma narrativa fotográfica do passo coletivo, determinados grupos políticos tomavam como projetos para o presente e o futuro”. A fotografia, portanto, não se limita a documentar um espaço físico ou um momento isolado; ela atua como instrumento narrativo, revelando transformações e permanências na trajetória institucional da escola. Ao mesmo tempo em que preserva a memória do passado, a imagem evidencia como a escola se adapta às novas necessidades da comunidade escolar, mantendo viva sua relevância social e cultural.

A relação entre passado e presente, mediada pelas fotografias, contribui para o entendimento da história da escola e para a valorização do patrimônio histórico da comunidade. Nesse sentido, merece destaque o conjunto dos 18 quadros de formandos/as, identificados durante a elaboração do inventário. Esses documentos visuais apresentam enorme potencial para pesquisas em História da Educação, por sua riqueza estética e simbólica: são cuidadosamente montados

à mão, com desenhos de inspiração religiosa e detalhes gráficos que evidenciam o cuidado com a apresentação e com a memória.

Nos retratos, observam-se posturas formais, com pessoas – majoritariamente mulheres, professoras, irmãs da Congregação usando hábitos religiosos e estudantes – posando em atitude de respeito. As jovens aparecem com uniforme escolar, com chapéu e cabelos cortados na altura do pescoço, o que também pode indicar normas e padrões da época. Algumas utilizam acessórios religiosos visíveis, como crucifixos e rosários, compondo uma estética disciplinada e padronizada. Os nomes das/os estudantes estão escritos manualmente, em letra decorada, assim como os nomes dos/as paraninfos/as, geralmente compostos por uma autoridade eclesiástica e outra autoridade política, quase sempre um homem – o que também aponta para relações de poder e gênero presentes no contexto escolar da época. Trata-se, portanto, de um acervo visual que pode ser explorado em diversas frentes de pesquisa: história das mulheres, cultura escolar, religiosidade, representações sociais, entre outras.

A pesquisa histórica realizada ao longo do artigo – especialmente a análise das fontes documentais e visuais – demonstrou como as imagens podem funcionar como “lugares de memória” (Corrêa, 2017), pois preservam e ao mesmo tempo atualizam a narrativa histórica da escola. Ao integrar essas fontes no processo investigativo, as estudantes não apenas resgataram o passado, mas também se tornaram protagonistas da construção da memória escolar, ao produzirem novas fontes a partir de suas próprias experiências.

Assim, as autoras constituíram-se como agentes de um conhecimento histórico que conecta vivências, espaços e tempos distintos. Entre as fontes produzidas pelas estudantes, destacam-se os diários de bordo, a cópia impressa

de atas, os vídeos e, especialmente, as fotografias. Estas desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento histórico, pois, ao documentar em detalhes significativos tanto da construção original da escola quanto do seu atual estado de deterioração, promovem reflexões críticas sobre a preservação do patrimônio histórico.

As fotografias registraram com sensibilidade o estado de abandono da edificação, assumindo uma função de denúncia e contribuindo para sensibilizar a comunidade escolar sobre a urgência de sua conservação, a fim de evitar que o prédio venha a sucumbir ao desgaste do tempo.⁶ Esse processo de conscientização culminou em uma ação concreta das estudantes: a elaboração de um abaixo-assinado. Elas redigiram um texto e mobilizaram a comunidade escolar, colhendo assinaturas com o objetivo de pleitear o reconhecimento oficial do antigo prédio como patrimônio histórico do município.

O documento foi entregue à Prefeitura e, no ano seguinte, teve repercussões significativas. Em 2024, o município deu um passo importante ao realizar um estudo oficial que incluiu todas as edificações consideradas relevantes para a história local. O prédio da Escola Municipal São José foi incorporado a esse levantamento, o que demonstra o impacto da mobilização das estudantes e reforça o valor da participação ativa da comunidade na preservação de sua memória histórica.

Por fim, destaca-se a relevância simbólica e política desse abaixo-assinado. Mais do que um documento, ele representa um movimento de mobilização e resistência, refletindo o compromisso da comunidade escolar com a preservação da história e do patrimônio da Escola Municipal São José.

⁶ As imagens do texto original foram suprimidas para atender às normas de publicação.

No Componente de História, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ressalta a importância do ensino da memória e do patrimônio como instrumentos fundamentais para a compreensão do passado, a construção da identidade e a valorização cultural. Nesse sentido, a BNCC propõe competências específicas que visam integrar a educação patrimonial no ensino de História. Uma dessas competências é a de Identidade e Cultura, que enfatiza a necessidade de reconhecer, valorizar e preservar as memórias e os patrimônios culturais, contribuindo para a construção de uma identidade histórica de maneira reflexiva e crítica.

O documento também orienta que o Ensino da História Local e Regional seja uma experiência investigativa, na qual os estudantes explorem e investiguem os patrimônios e as fontes históricas locais. Essa proposta está diretamente alinhada ao desenvolvimento de uma educação patrimonial, pois permite que os alunos se envolvam com sua própria história, entendendo os elementos que constituem seu patrimônio cultural. Outro aspecto relevante abordado pela BNCC é a Valorização da Memória Coletiva e do Patrimônio Cultural. O currículo deve incluir atividades que ajudem os estudantes a perceber a importância de conservar a memória coletiva, utilizando diversas fontes de informação – como documentos, objetos e espaços – que representam a história da comunidade.

Seffner (2017, p. 248) salienta que o uso de fontes no ensino de História amplia as possibilidades de aprendizagem: “[...] ampliam-se as produtivas possibilidades de uso de fontes no ensino de História, pois elas vão proporcionar a formação de alunos e alunas portadores de um conhecimento em História que pode fazer real diferença nas suas vidas, principalmente nos modos de compreensão do mundo que lhes rodeia”. Nesse contexto, a proposta é que os estudantes se apropriem dos elementos históricos e

culturais de seu entorno, refletindo sobre como a história local, regional e nacional é construída por meio de práticas, bens materiais e imateriais, além de tradições e símbolos que constituem o patrimônio de uma comunidade.

Por conseguinte, a prática de pesquisa histórica desenvolvida neste trabalho está em conformidade com as orientações da BNCC, especialmente no que diz respeito ao ensino da História local, à valorização do patrimônio e ao envolvimento ativo das estudantes em um processo de pesquisa histórica. A investigação realizada, ao explorar e catalogar fontes históricas da Escola Municipal São José, não apenas contribuiu para a preservação da memória escolar, mas também permitiu que as estudantes compreendessem de forma prática como o patrimônio e a história local são elementos vivos, em constante transformação, que fazem parte de sua identidade e de sua cultura.

Considerações finais

A história construída ao longo desta pesquisa evidencia a relevância da memória local e da preservação do patrimônio histórico, especialmente no que tange ao antigo prédio da Escola Municipal São José. O objetivo principal da pesquisa foi recuperar e documentar o acervo histórico relacionado à edificação, que, embora fisicamente ainda existente, foi interditada em 2021 e deixou de integrar o cotidiano escolar. A edificação, no entanto, continua a compor o conjunto arquitetônico da instituição, mantendo-se como um elo entre o passado e o presente da comunidade escolar. A recuperação desse patrimônio visa garantir que medidas de preservação sejam adotadas antes que o prédio, atualmente em estado de abandono, transforme-se em ruína e corra o risco de ser demolido. A valorização desse espaço, com o respaldo das legislações de proteção ao patrimônio

histórico, poderia ressignificar o prédio como um importante espaço de memória histórica.

Como vimos ao longo do subtítulo 2, a pesquisa baseou-se na análise de diversas fontes históricas, incluindo documentos, fotografias e objetos, que permitiram compreender a transformação institucional da Escola São José. Esse trabalho foi enriquecido pelo engajamento das estudantes, que, por meio da produção do inventário, recuperaram o passado e foram protagonistas na construção da memória histórica local. Nesse contexto, a BNCC se alinha ao trabalho desenvolvido, ao destacar a importância de integrar o ensino da História local e regional com práticas de Educação Patrimonial, como foi evidenciado nas atividades realizadas pelas alunas.

A atuação das legislações municipais, como o tombamento oficial do prédio e o reconhecimento do patrimônio local, teve papel fundamental nesse processo. O “Livro Verde” e os decretos municipais de preservação representam instrumentos legais que podem garantir a manutenção e valorização do prédio da Escola São José. Tais legislações são essenciais para transformá-lo em um espaço de memória histórica, refletindo as reflexões de Correa (2017) e Barbosa (2006) sobre a interligação entre práticas de preservação e construção de identidades coletivas.

O processo de elaboração do inventário pelas estudantes foi mais que um exercício acadêmico, foi uma prática pedagógica de Educação Patrimonial. Ao entrar em contato direto com as fontes históricas, as alunas puderam se apropriar da história local e compreender a importância da escola como patrimônio coletivo. Superando o âmbito escolar, essa atividade proporcionou a elas a oportunidade de se engajar com sua própria história, com reflexões sobre as mudanças ao longo do tempo e sobre como o espaço escolar contribui para a construção de memória e identidade.

Um dos desdobramentos significativos dessa experiência foi a produção de um abaixo-assinado, redigido pelas próprias estudantes, solicitando o tombamento oficial do prédio histórico. A entrega desse documento à Prefeitura gerou repercussão no debate público sobre o patrimônio local e resultou no reconhecimento oficial da importância histórica da edificação. Esse movimento culminou no levantamento das edificações históricas da cidade em 2024, incluindo o prédio da Escola São José, um reflexo claro da mobilização estudantil e do engajamento da comunidade escolar.

Ao refletir sobre o trabalho realizado, fica evidente que a ação de inventariar e produzir novas fontes não se limitou à recuperação do passado, mas se configurou como uma contribuição ativa para o fortalecimento da memória histórica da escola e da cidade. A pesquisa também abriu novas possibilidades de ensino de História, ampliando as práticas pedagógicas ao integrar pesquisa, interpretação e produção de documentos. Embora o prédio histórico ainda careça de ações concretas de preservação, o movimento iniciado pelas estudantes representou um passo importante para sensibilizar a comunidade escolar sobre a necessidade de conservar a história local.

Por fim, a prática docente se revelou mais do que um processo de transmissão de conteúdos. Ao proporcionar experiências significativas como a pesquisa histórica e a elaboração do inventário, os estudantes tiveram a oportunidade de compreender a importância de suas próprias trajetórias e do papel ativo que podem desempenhar na construção de sua identidade histórica. O trabalho com fontes históricas revelou-se uma metodologia eficaz para desenvolver competências de pesquisa e análise crítica, formando não apenas conhecedores da História, mas cidadãos conscientes

da importância da preservação do patrimônio e da memória coletiva.

Assim, a pesquisa realizada reflete a verdadeira essência da Educação Patrimonial, unindo passado, presente e futuro em um processo de valorização contínua da história e da identidade local. Como afirma Reis (2010, p. 45), “o trabalho da memória e a sua fixação pela escrita são indispensáveis na busca do reconhecimento de si dos indivíduos em seus grupos, dos grupos em relação aos outros e da humanidade como união universal de grupos e indivíduos”. Ao documentar, interpretar e transformar a história da Escola São José em linguagem e ação, estudantes e comunidade escolar reafirmaram seu papel como sujeitos da história – comprometidos com a preservação da memória e com a construção de um futuro consciente de seu passado.

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A fotografia a serviço de Clio: uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana (1990-1940)*. São Paulo, SP: Unesp, 2006a.

BARBOSA, Selva Guimarães. A fotografia e o ensino de História: imagens e representações. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História & imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006b. p. 213-228.

BAREA, Dom José. *A vida espiritual nas Colônias Italianas do Estado do Rio Grande do Sul*. Tradução e introdução de Mário Gardelin e Rovílio Costa. Porto Alegre, RS: Edições EST, 1995.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

CANDAU, Vera. *História da educação e educação histórica: desafios para o ensino de história no Brasil*. In: MARTINS, Maria Luiza (org.). *Ensino de História no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 2011.

- CATROGA, Fernando. História e poder: o que fazer com as fontes? In: CORRÊA, Ana Maria Monteiro; PAGNOCELLI, Simone. *Fontes históricas: teorias e métodos para o ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2017. p. 15-33.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- CORREIA, Sílvia. O monumento para uma história da guerra moderna. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *Possibilidades de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 171-192.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- FONSECA, Nilda. O ensino de História e a Educação Patrimonial. In: MARTINS, Ana Lúcia (org.). *História da educação e do patrimônio: desafios e perspectivas*. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- FLORES DA CUNHA. *Projeto Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José*. Flores da Cunha: Secretaria da Educação, Cultura e Desporto de Flores da Cunha, RS, 2024.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.
- LE GOFF, Jacques. *A história e suas imagens*. São Paulo, SP: UNESP, 1990.
- LUCHESI, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educus, 2015.
- O FLORENSE. Escola São José – 100 anos de fundação. O Florense, edição 669, 20 out. 2001.
- REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- SECRETARIA DE CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL; ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ARTE E CULTURA DE FLORES DA CUNHA. *Inventário do patrimônio cultural e material - Flores da Cunha – RS*. [S. l.]: [s. n.], [2024?]. Documento sem ficha catalográfica.
- SEFFNER, Fernando. De fontes e mananciais para o ensino de História. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *Possibilidades de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 243-264.
- SEFFNER, Fábio. A pesquisa histórica e as fontes: reflexões sobre o trabalho do historiador. In: ARÓSTEGUI, Julio (org.).

A pesquisa histórica: teoria e método. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2006. p. 199-214.

STUART HALL. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

VAILATTI, Gissely; PALUDO, Lorete Maria Calza; BRUGALI, Vania Tonietto. *História de um gigante*: Campanário de Flores da Cunha. Flores da Cunha, RS: Novo Ciclo, 2022.

O audiovisual como fonte – novas perspectivas para as pesquisas em História da Educação

Elisângela Cândido da Silva Dewes⁷
José Edimar de Souza⁸

Considerações iniciais

As fontes, sejam elas documentais ou orais, constituem-se em um bem precioso para os pesquisadores em História da Educação. Afinal, por meio delas, é possível desvelar aspectos e singularidades de um determinado objeto, em um dado contexto temporal e espacial, permitindo novas ou diferentes perspectivas reflexivas para o campo educativo.

Várias competências dos pesquisadores são colocadas em prova ao manusear as fontes de pesquisa. Muitos movimentos são realizados, a fim de dar um rigor científico para essa escolha metodológica fundamentada no uso de fontes históricas: diálogos com teóricos e outros pesquisadores possibilitados pela aproximação com estudos; capacitação técnica para o manuseio; exploração de ferramentas que auxiliem nos procedimentos; ajustes das lentes do pesquisador para um olhar minucioso sobre o que está explícito, mas também sobre o implícito. Além disso, é preciso considerar as mudanças na sociedade, não somente para fazer indagações sobre o que parece emergir; mas para uma abertura a outras possibilidades, a outras matérias-primas para a pesquisa.

⁷ Mestre e Doutora em Educação, Universidade de Caxias do Sul, PROSUC/Capes.

⁸ Doutor em Educação, Universidade de Caxias do Sul, CNPQ/Fapergs.

Nesse sentido, Burke (2017) reconhece a necessidade do uso de outras fontes, além daquelas tradicionais que foram produzidas por administrações e que se mantêm preservadas em seus acervos; porque entende que não seria praticável a pesquisa em novos campos de estudo com essa limitação. Desse modo, é justificável a ampliação dos interesses dos historiadores, incluindo aos estudos de questões políticas, econômicas e de dimensões sociais, conhecimentos sobre “a história das mentalidades, a história da vida cotidiana, a história da cultura material, a história do corpo [...]” (Burke, 2017, p. 17).

É nesse panorama que este estudo se insere, com a proposta de pensar, identificar e delinear possíveis caminhos teórico-metodológicos que auxiliem no uso de uma dessas “novas” fontes de pesquisa para a História da Educação – as do tipo audiovisual. Para além disso, tem o objetivo de realizar um exercício prático do caminho delimitado, ao selecionar algumas fontes audiovisuais para a análise e para a organização dos dados que emergirem, propondo alguns resultados da imersão.

Para tanto, realizamos uma aproximação a outros estudos que também tiveram como proposta a análise de filmes, revisando os caminhos metodológicos e teóricos trilhados, para que pudéssemos construir o nosso próprio caminho, que foi utilizado em uma segunda etapa, a da análise documental, que teve como fonte dois filmes – um produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (Higiene[...], 1954); e outro, uma produção do *The Office of the Coordinator of inter-american affairs* (Walt [...], 2023). Ambas as obras ganharam repercussão entre 1940 e 1950, período em que destacamos as ações para a nacionalização do país, para a conformação de um cidadão brasileiro com espírito patriótico, preparado para o trabalho e com condutas ajustadas a uma nova ordem de civilidade, exigida pela modernização,

e para o progresso do país; e também de intercâmbio com a nação norte-americana que tinha como foco a orientação para a modernização de práticas de trabalho e para a melhoria das condições de vida, particularmente das populações rurais.

A escolha dos filmes foi motivada pelas ações de Cinema Educativo promovidas pela Diretoria da Instrução de Caxias do Sul, no contexto das escolas rurais, com o empréstimo de filmes pelo Consulado Americano de Porto Alegre. Mesmo sem a localização dos filmes exibidos nessa região, consideramos, entre os títulos que ganharam projeção, aqueles que trabalhavam temas semelhantes aos das produções destacadas.

Essa foi uma das motivações para este estudo, que teve nascente na investigação de doutorado de uma das autoras, desenvolvida sobre o tema Cinema Educativo. Com a premissa de utilizar o audiovisual como fonte para a pesquisa, compreende-se que os filmes, como fontes que trabalham com a imagem, são representações de reflexos da realidade e de um sistema de signos, forjando estereótipos, mas também mudanças nos modos de perceber o mundo social (Burke, 2017). Nesse sentido, na crença de que as fontes audiovisuais/filmicas são produtos culturais constantes

[...] em um determinado contexto sócio-histórico [...] não poderiam ser isolados dos outros setores de atividade da sociedade que os produz (quer se trate de economia, quer de política, das ciências e das técnicas, quer, é claro, das outras artes) [...] nosso propósito será mais o de interrogar o filme, uma vez que oferece um conjunto de representações que remetem direta ou indiretamente à sociedade real em que se inscreve. A hipótese diretriz de uma interpretação sócio-histórica é a de que um filme sempre “fala” do presente (ou sempre “diz” algo do presente, do aqui e do agora de seu contexto de produção) (Vanoye; Goliot-Lété, 2012, p. 51).

Considerando essa visão, não poderíamos caminhar distantes de uma perspectiva teórica construída sobre a História Cultural, particularmente porque aqui nos posicionamos favoráveis a multiplicidade possibilitada por esse campo, especialmente permitida pela aderência a outras fontes. Além disso, apoiamo-nos em conceitos que consideramos basilares ao nos depararmos com as fontes audiovisuais, como o de representação, uma vez que a “história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler [...]” (Chartier, 1988, p. 17). Repensando o conceito das representações que ganham sentido a partir da leitura do livro; tomamos o audiovisual como um meio que também exige uma “leitura”, que projeta representações de um dado mundo social, a serem interpretadas e significadas por uma plateia com leituras de mundo e habilidades leitoras diversas.

Percursos metodológicos: inspirações para um novo caminho

Como dito anteriormente, buscamos inspiração em outros estudos para que pudéssemos construir o nosso próprio caminho em direção a explorar fontes de pesquisas em História da Educação. Compreendemos que o filme deve ser observado como uma “imagem-objeto” e que ele “não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza. A análise não incide [...] sobre a obra em sua totalidade: ela pode se apoiar sobre extratos, pesquisar “séries”, compor conjuntos” (Ferro, 1992, p. 87).

Partindo da premissa de identificar a(s) conduta(s) dos pesquisadores frente a essa fonte, concordamos com as reflexões de Vanoye e de Goliot-Lété (2012) de que é preciso

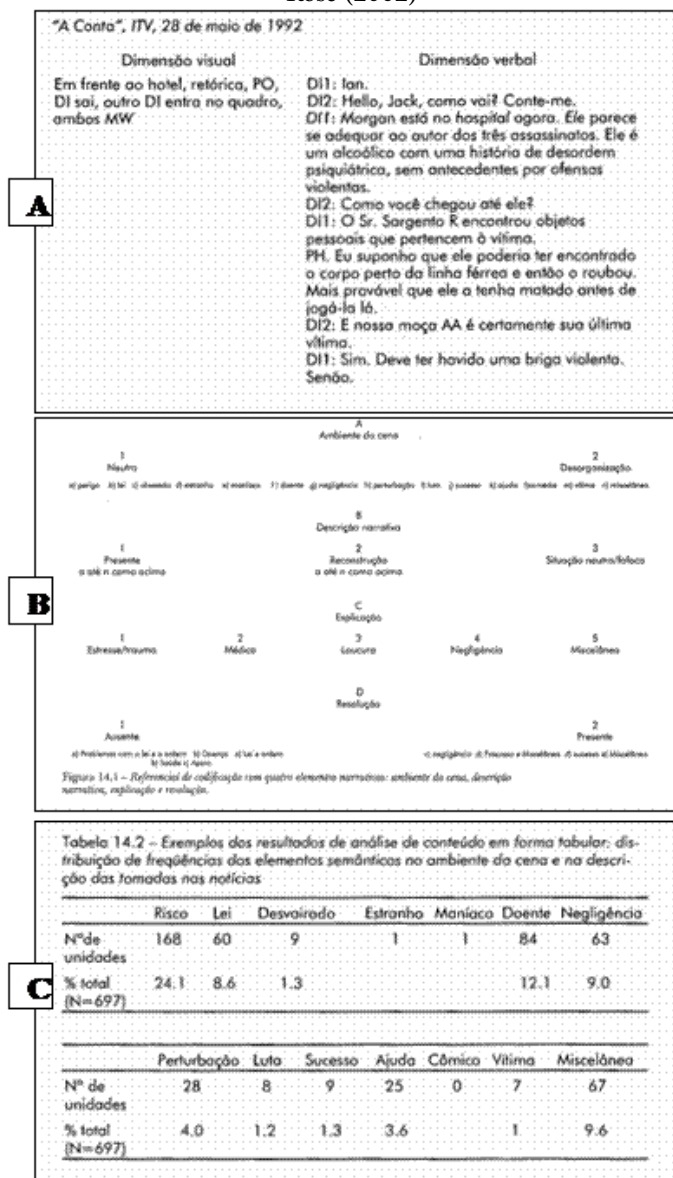
criar uma diferença entre a conduta do espectador para a do pesquisador; enquanto o primeiro está inserido em uma perspectiva de interpretar e dar sentido para aquilo que vê, ouve e lê; o segundo deve realizar uma interpretação mais crítica, buscando a melhor sistematização para tratar com os elementos que emergem do filme, articulando os possíveis sentidos produzidos ao que é expresso e ao modo como foi expresso. Nesse sentido, os teóricos propõem uma análise imbricada a três dimensões: a que considera o sentido dado pelo autor, suas intenções, que exige uma reconstrução do que se desejava exprimir; a outra que associa o sentido ao texto, e a uma coerência interna, que não necessariamente está vinculada às intenções explícitas do autor; e a última em que o sentido está no que é produzido pelo “leitor/espectador”, que utiliza valores e afetos para criar um sistema de compreensões (Vanoye; Goliot-Lété, 2012).

Um dos trabalhos que destacamos da busca pelos possíveis caminhos metodológicos é o de Rose (2002), que desenvolveu procedimentos para a análise de imagens em movimento, com foco em excertos de programas de televisão. Trata-se de um percurso fundamentado no ato de “transladar”, que se constitui em uma forma de simplificação, inserida em uma instância de escolhas – o que é selecionado e o que é deixado de fora. Estas estão vinculadas às orientações teóricas; fundamentações que refletem sobre a coleta da amostra da fonte a ser analisada, o modo de transcrever e codificar os dados que emergem. Por isso, é importante tornar esses procedimentos claros, em relação aos recursos e técnicas empregadas ao transcrever e analisar, e explicitar as articulações teóricas para a construção desse caminho.

Na descrição de Rose (2002), a primeira tarefa é a seleção de uma amostra do material, o que está vinculado ao tópico que ela pretendia analisar – termos utilizados para

tratar sobre sujeitos com alguma comorbidade mental. Em um segundo momento, ela realizou a delimitação temporal do que pretendia analisar (um recorte dos programas de televisão).. Em outro momento, ela selecionou alguns extratos de imagens que estavam relacionados ao tópico e que geraram categorias, as quais as quais foram correlacionadas ao assunto principal. Suas análises iniciam sobre duas dimensões: a “visual” e a “verbal”, que foram transcritas em uma tabela (Figura 1 A). Já, na segunda etapa (Figura 1 B), a pesquisadora elenca outras dimensões e utiliza códigos para a análise dos extratos, considerando os seguintes elementos/códigos: A2a – ambiente da cena; B2f – descrição da narrativa; C1 – explicação, estresse; D1c – resolução, ausência. Cada nova tomada da câmera é associada a um código e está conectada às categorias de análise (risco, lei, desviado, estranho, maníaco, doente, negligência, perturbação, luta, sucesso, ajuda, cômico, vítima, miscelânea). Para ela, os dois modos de análise visual e verbal são complementares, e cabe ao pesquisador identificar as contradições ou o uso de ironia, como exemplifica: cena de uma avó com uma criança no colo que é projetada enquanto o repórter fala sobre o crime que ela cometeu. Para a tabulação (Figura 1 C), considerou a recorrência de suas categorias nos extratos que foram analisados.

Figura 1 – Sistematização da análise de programas televisivos feita por Rose (2002)



Fonte: Rose (2002).

Códigos foram utilizados para a análise do ângulo da câmera, que, para ela, se relaciona ao modo/categorias como esses sujeitos eram representados: ECU = *close up* máximo; CU = *close up*; MCU = *close up* médio; MW = abertura média; WA = ângulo bastante aberto; *Tracking* = câmera seguindo a ação; ambiente = tomada que não seja uma pessoa (Rose, 2002).

Os procedimentos adotados pela pesquisadora demonstram a preocupação em mobilizar diferentes elementos empregados na produção televisiva, que contribuem para a narrativa, seja reforçando aspectos estereotipados dos sujeitos com comorbidades mentais, seja para dar um tom de ironia para a narrativa, entre outras intenções. Sua análise foi além de uma simples transcrição da imagem e das falas, ela escolheu também observar os recursos como o uso da câmera e as suas ressonâncias sobre os possíveis sentidos construídos.

Outra proposta de análise emergiu de buscas junto à página do Grupo de Pesquisa História e Audiovisual da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, coordenado pelos pesquisadores e professores Eduardo Morettin e Marcos Napolitano. A “Ficha de decupagem analítica audiovisual” (Figura 2) proposta por Napolitano (2006) é dividida em duas partes: a primeira etapa é dedicada às informações da ficha técnica do filme, como título, direção, ano da produção, equipe técnica, identidades/elenco, entre outras; e também referentes a preservação e acesso ao documento; além de informações sobre bibliografia e outras documentações associadas à produção. A segunda parte é destinada à decupagem analítica do audiovisual, apresentada na forma de tabela, dividida nas colunas: imagem, som e análise. Por fim, um item indica a lista de referências, tanto bibliográficas quanto documentais, utilizadas para fundamentar a análise.

Em um primeiro momento, a proposta de Napolitano (2006) parece ser mais fácil de ser aplicada, em comparação a de Rose (2002), talvez por apresentar uma sistematização em um único documento e por não mobilizar o uso de códigos. Mas, a sua ficha, que também é uma referência para uma análise de audiovisuais/filmes, apresenta uma complexa sistematização, por considerar aspectos em demasia, os quais são mobilizados nas produções e cooperam para reforçar intenções e para a elaboração de sentido. Mais do que uma simples transcrição das imagens, falas, trilhas, cenários, personagens, entre outros, o autor propõe a realização de apontamentos com teor analítico em cada cena selecionada para a análise, com uma ampla escolha de aspectos a serem observados nesse tipo de documentação.

Figura 2 – Modelo de ficha de decupagem analítica em audiovisual

Ficha de decupagem analítica audiovisual		
1. Dados extrafilêmicos		
1.1 Ficha técnica: Título: Direção: Ano de produção: Ano de lançamento: Duração/metragem: Suporte: Gênero: Local/país: Produção: Equipe técnica: Identidades/elenco:		
1.2 Acervo e disponibilidade: Informações sobre preservação em acervos audiovisuais e disponibilidade do título (possibilidades de visionamento, existência de cópias de acesso, de cópias comerciais, disponibilidade <i>on-line</i> etc.).		
1.3 Levantamento na bibliografia e em fontes correlatas: Fichamento das informações sobre a produção coletadas na bibliografia e em documentação correlata.		
2. Decupagem analítica audiovisual		
IMAGEM	SOM	ANÁLISE
INT./EXT. LOCAL – DIA/NOITE (minutagem): Descrição densa de todos os elementos da banda visual (enquadramentos, movimentos de câmera, justaposições, fusões, inserções, legendas, intertítulos, suportes, texturas, colorações, além de pessoas, lugares, objetos, intertextualidades, planos de fundo etc.).	Descrição densa de todos os elementos da banda sonora (diálogo, entrevista, voz <i>off</i> , voz <i>over</i> , temas musicais, trilhas incidentais, sonoplastia, ruídos, silêncios etc.).	Apontamentos analíticos sobre a cena/sequência descrita.
INT./EXT. LOCAL – DIA/NOITE (minutagem): Descrição densa de todos os elementos da banda visual (enquadramentos, movimentos de câmera, justaposições, fusões, inserções, legendas, intertítulos, suportes, texturas, colorações, além de pessoas, lugares, objetos, intertextualidades, planos de fundo etc.).	Descrição densa de todos os elementos da banda sonora (diálogo, entrevista, voz <i>off</i> , voz <i>over</i> , temas musicais, trilhas incidentais, sonoplastia, ruídos, silêncios etc.).	Apontamentos analíticos sobre a cena/sequência descrita.
lugares, objetos, intertextualidades, planos de fundo etc.).		
[...]		
[...]		
Referências: Lista de referências bibliográficas e documentais mobilizadas na decupagem analítica do filme. Com base em: NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). <i>Fontes históricas</i> . São Paulo: Contexto, 2006. p. 235-289.		

Fonte: Napolitano (2006).

Ambas propostas apresentadas anteriormente demonstram que o pesquisador, ao se deparar com um documento do tipo audiovisual, deve preocupar-se em olhar para além daquilo que emerge de forma direta em imagem e em diálogos. Desse modo, desenvolve um olhar mais técnico para tudo o que é operado na produção e finalização de uma cena e pode denunciar algumas das intenções postas sobre a produção, além de ter a possibilidade de indicar o que está em consonância ou em dissonância com a narrativa. É um trabalho minucioso, crítico e reflexivo sobre uma fonte produzida para encenar o real. Mesmo quando o gênero da produção faz referência a algo que existe ou que aconteceu, há de se considerar as escolhas de todos aqueles que trabalham para a produção do audiovisual/filme.

Conforme Vanoye e Goliot-Lété (2012, p. 28):

Em um filme, qualquer que seja seu projeto (descrever, distrair, criticar, denunciar, militar), a sociedade não é propriamente *mostrada*, é encenada. Em outras palavras, o filme opera escolhas, organiza elementos entre si, decupa no real e no imaginário, constrói um mundo possível que mantém relações complexas com o mundo real: pode ser em parte seu reflexo, mas também pode ser sua recusa (ocultando aspectos importantes do mundo real, idealizando, amplificando certos defeitos, propondo um “contramundo” etc.). Reflexo ou recusa, o filme constitui um ponto de vista sobre este ou aquele aspecto do mundo que lhe é contemporâneo. Estrutura a representação da sociedade em espetáculo, em drama (no sentido geral do termo), e é essa estruturação que é objeto dos cuidados do analista.

O ensaio cuidadoso de Vanoye e Goliot-Lété (2012) sobre a análise filmica é outro trabalho que destacamos como referência para a delimitação de procedimentos de um percurso metodológico que emprega fontes audiovisuais. Os autores fazem uma reflexão sobre os diferentes elementos que devem ser considerados, inclusive sobre os obstáculos, como os de ordem material, para a localização desse tipo

de documento, o que particularmente foi vivenciado pelos pesquisadores.

Muito mais do que um modelo do que pode ser organizado em relação à análise desse tipo de fonte, Vanoye e Goliot-Lété (2012) trazem um aprofundamento sobre conhecimentos que servem como fundamentação teórica para quem está inserido na pesquisa, o qual utilizamos neste estudo. Tratam, por exemplo, sobre as abordagens narratológicas; componentes do plano, enunciação, narrador, relações entre sons e imagens, análise e interpretação. Na análise, apresentam uma série de referências que podem guiar a prática e que ratificam o pensamento de ser um processo complexo, relacionado a um cuidado sobre todos os elementos integrantes de uma sequência, tais como: planos de câmera, profundidade, movimentos de câmera; elementos do cenário, dos personagens; posicionamentos em cena; passagens de plano; fusões; cortes; trilha, ruídos, etc.

O aporte aos estudos citados é um movimento representativo, para que elaboremos compreensões sobre as especificidades desse tipo de fonte de pesquisa e sobre as escolhas que podem ser feitas ao optarmos por trabalhar com elas. Assim como a análise de outras imagens, as fontes do tipo audiovisual exigem um reconhecimento dos “perigos evidentes” nesse procedimento. Para utilizar a evidência de imagens de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades” (Burke, 2017, p. 26). Mas consideramos que fragilidades existem no uso de diferentes tipos de fontes, e é função do pesquisador contribuir para dar mais rigor ao procedimento e seleção de documentos para a pesquisa.

Análise de filmes: uma proposta de metodologia

Entendemos que a análise do audiovisual é um processo que inevitavelmente deve ser iniciado com algumas

delimitações ou com a realização de escolhas, pela amplitude de dados que podem ser gerados a partir, por exemplo, do exame de um único filme, considerando-se todas as sequências de cenas que o compõem. Portanto, a proposta aqui é a de uma análise simplificada. A partir dos interesses que coadunam com a pesquisa e os aportes teóricos, buscamos evidenciar as representações que emergem e que traduzem aspectos de um contexto político, social e histórico que já foi brevemente citado nas considerações iniciais. Para tanto, seguimos os seguintes passos:

- selecionamos a amostra – um filme produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (Higiene..., 1954) e um desenvolvido pelo *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (Walt [...], 2023);
- assistimos às duas produções na íntegra;
- assistimos pela segunda vez para a decupagem dos trechos para a análise – trechos relacionados às categorias definidas previamente (contexto rural, saúde/higiene);
- realizamos a transcrição de imagem e som fundamentados em Rose (2003), mas adaptando o modelo para as seguintes referências (códigos): DC – descrição de cenário; DPe – descrição dos personagens; DPC – descrição dos planos de cena; TD – transcrição dos diálogos; TN – transcrição da narrativa;
- consideramos a transcrição em um modelo semelhante ao proposto por Napolitano (2006), porém optamos por utilizar um *software* que otimizasse a organização dos dados; portanto, ao invés de uma ficha de análise no formato *Word*, organizada em tabela, sistematizamos os dados em planilha no *Microsoft Excel*, conforme proposto por Dewes (2019).

Para melhor exemplificar os procedimentos adotados, realizamos o *print* de dois trechos diferentes dos dois filmes, que apresentamos na Figura 3, para esclarecer quanto ao *layout* e aos descritores que guiaram a coleta e análise dos excertos de filmes selecionados:

Figura 3 – Modelo de sistematização dos dados de documentos audiovisuais

Ficha de decupagem para documentos em audiovisual (filmes)											
Informações sobre o filme						Decupagem e análise do audiovisual (filmes)					
Título	Gênero	Produção/Criador	Ano	País	Tempo	Contextualização (países)	Elementos de imagem	Elementos de som	Análise	Categoria	
Higiene Rural – Fossa Seca	Documentário Rural	INCE - Humberto Mauro	1994		11 min.	Banco de Contextuais Culturais	[DPR] – [DPR] Plano médio de um muro de berrum, cortado aberto, dentro de uma sala, com uma iluminação, pouco de berrum [DPR], ele prende o corpo de berrum.	[TR] A perfeição no uso contínuo a terra e família nas pais desoladas e penetração dos vinhos produtores das vinícolas	A representação é de desolado, desolado não somente com a aparência, mas com o uso de elementos, acessórios para preservar a saúde, como por exemplo, na ausência de salubridade. Ela para mostrar a uma condição de vida precária, reafirmando a importância da transmissão de doenças para falta de higiene.	Saúde/higiene	
Quarentena Brings Health	Documentário Anomalia	Walt Disney - Coordinator of Inter-American Affairs (CIA)	1945	Estados Unidos	11 min.	YouTube - Keeping Walt Disney	[DPR] – [DPR] Plano médio no momento da família triste, cortado aberto, dentro de uma sala, com uma iluminação, pouco de berrum [DPR], ele prende o corpo de berrum.	[TR] Vamos voltar ao dia em que Johny ficou doente com febre, depois disso, ele estava muito organizado e para pensar a situação não havia (triste), mas havia um campo de muito onde todos iam, um conforto, mas não era um mau costume		Saúde/higiene	
Higiene Rural – Fossa Seca	Documentário Rural	INCE - Humberto Mauro	1994		11 min.	Banco de Contextuais Culturais	[DPR] – [DPR] Plano fechado nos pés de um menino, que parece ser de fossa seca, [DPR] com calçados nos pés. Na sequência, plano aberto de um ambiente em meio à natureza, onde há um pequeno recipiente onde alguém de um canal, ele se aproxima e tira os pés. [DPR] Diferente do outro menino, os roupas estão limpas.	[TR] A utilização da fossa, o uso do calçado e água para, higiene e limpeza no ambiente em recipientes protegidos de contaminação das proteínas complexas de higiene que evitam uma infecção de doenças e mais.		Saúde/higiene	
Quarentena Brings Health	Documentário Anomalia	Walt Disney - Coordinator of Inter-American Affairs (CIA)	1945	Estados Unidos	11 min.	YouTube - Keeping Walt Disney	[DPR] – [DPR] Plano médio no momento da família triste, cortado aberto, dentro de uma sala, com uma iluminação, pouco de berrum [DPR], ele prende o corpo de berrum.	[TR] O pai e o filho também sabem que a doença pode voltar a surgir e por isso lavam as mãos antes de comer		Saúde/higiene	

Fonte: elaborada pelos autores, conforme Dewes (2019).

Esclarecemos que a escolha pelo cadastro e análise dos dados por meio da planilha Excel foi motivada por experiência anterior e por um conhecimento sobre a ferramenta. Todavia, reforçamos que o uso do *software* para essa proposta não exigiu nenhum conhecimento mais aprofundado sobre os seus dispositivos, ao contrário, foram utilizados recursos de fácil acesso e manuseio. Dessa forma, corrobora-se a ideia de que ainda existem muitas possibilidades a serem exploradas na ferramenta, a fim de otimizar o trabalho do pesquisador.

Descreveremos algumas das facilidades encontradas e como foi feita essa sistematização. A Figura 3 demonstra algumas escolhas para a organização dos dados. Na linha (retângulo vermelho), estão os descritores que guiaram a coleta dos dados de cada trecho/filme: título; gênero; produção/direção; ano; país; tempo; localização/acervo; trecho; elementos de imagem; elementos de som; análise e categoria. O círculo laranja destaca a seta que indica a inserção de filtro em todos os descritores.

O filtro é o recurso que permite trabalhar com o cadastro de todos os dados, dos diferentes excertos dos dois filmes em um mesmo documento. Reconhecemos que essa é uma vantagem, porque, com isso, não há a necessidade de preenchermos uma ficha para cada filme; tampouco, de criarmos diferentes tabelas, uma para cada dado. É possível seguir com o cadastro dos excertos de diferentes filmes de forma sequencial, uma linha abaixo da outra; também realizar o cadastro ou a análise de diferentes elementos dos filmes, elencando, por exemplo, uma coluna para cada novo elemento a ser analisado. Para exemplificar, com o recurso do filtro, podemos selecionar todos os dados cadastrados em cada um dos descritores de análise de um dos filmes somente; ou filtrar todos os trechos dos dois filmes analisados que tenham sido associados a uma categoria específica, como

na Figura 3. Outros cotejamentos também são possíveis, clicando-se nas setas dos descritores e realizando seleções.

Esse caminho para uma sistematização ainda permitiria a realização do cotejamento dos dados dos filmes aos de outros tipos de documentos, que também poderiam ter sido organizados na mesma planilha, adaptando-se os descritores para que servissem a diferentes tipos. Por exemplo, a coluna “tempo” poderia ser reajustada para “total tempo/páginas”, assim, nos documentos escritos se contabilizaria o número total de páginas, enquanto nos do tipo audiovisual, os minutos totais do filme. A coluna “trecho” poderia ser substituída por “trecho/página”, identificando-se, desse modo, os minutos selecionados no filme ou a página do documento da qual foi retirado o excerto analisado.

Essa foi uma escolha fundamentada, ainda, pelos diálogos teóricos e pela perspectiva do estudo que se desenvolve na linha da história cultural. Como nosso objetivo era o de reconhecer as representações que foram associadas aos temas propostos, pelo uso de alguns recursos do filme (talvez os mais acessíveis para a bagagem destes pesquisadores), nossa escolha priorizou um tipo de análise. Outras delimitações ou, talvez, a ampliação dos elementos do filme a serem analisados possibilitaria diferentes reflexões, uma vez que “uma análise mais profunda conduziria a combinar o estudo dos fatos internos ao filme (roteiro, aspectos formais) com informações externas sobre as condições de produção, o projeto [...]” (Vanoye; Goliot-Lété, 2012, p. 55). Além disso, concordamos com Rose (2003) sobre a complexa composição desse tipo de fonte, dos desafios e de nossas limitações, ao realizarmos escolhas tentamos deixar o mais nítido possível, para os leitores, nossas motivações e argumentos.

Considerações finais

Apresentamos até aqui algumas possibilidades para a sistematização da análise de documentos audiovisuais, bem como a proposta que construímos diante das perspectivas possibilitadas por esse tipo de fonte. O exercício realizado permitiu algumas reflexões e constatações, as quais trazemos nesta última etapa do texto.

A amostra incidiu sobre duas instâncias produtoras de filmes educativos, o Instituto de Cinema Educativo (INCE) – órgão ligado ao Ministério da Saúde e Educação do Brasil, constituído durante o governo de Getúlio Vargas para atender à premissa de educar para o progresso da nação – e o *Office Cordination Inter-American Affairs* (OCIAA) – responsável pela proliferação da política da “boa vizinhança” com países latino-americanos, monitorados pelo governo estadunidense, a fim de inibir a influência de países que lutavam em um eixo contrário aos Estados Unidos durante a 2ª Guerra Mundial.

Os filmes selecionados foram feitos com uma diferença de cerca de uma década, sendo a produção norte-americana lançada preliminarmente. A análise comparativa demonstrou que, em sua essência, eles tratam sobre os mesmos assuntos, focando na proliferação de mensagens que visavam a uma mudança de condutas das comunidades rurais ou do campo, em relação às práticas de higiene e saúde.

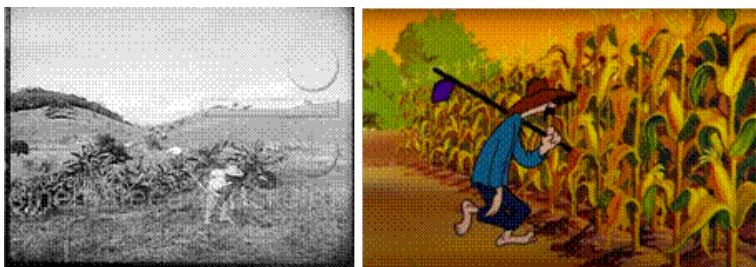
Apesar da classificação diferente quanto ao gênero dos filmes – um como documentário rural, o outro como uma animação –, há semelhanças na abordagem e na orientação sobre as mudanças nas condições sanitárias, com a sugestão e o passo a passo para a construção de “fossa seca” (filme brasileiro) e a construção de latrina (filme estadunidense). Como indicam os excertos das narrativas: “Mas vamos ver o que a família limpa fez sobre o mesmo problema. O pai

construiu uma latrina simples, aqui está como ele a construiu, primeiro ele cavou um buraco [...]” (Walt [...], 2023); e “A fossa seca deve ser localizada a dez metros, no mínimo, da casa; quinze metros, pelo menos, da fonte, lugar mais baixo do que a fonte para evitar a contaminação [...]” (Higiene [...], 1954).

As duas produções apresentam orientações para a construção do espaço, cada um com algumas particularidades no modelo proposto, mas as duas em consonância quanto a sua relevância para preservar a saúde dos habitantes rurais de doenças ocasionadas pela contaminação do solo (filme norte-americano) e da água (filme brasileiro), recursos naturais utilizados no cotidiano de trabalho das famílias que viviam nas áreas rurais.

Em relação às representações que emergem da análise das duas produções, também evidenciamos semelhanças na escolha das imagens que representam tanto o espaço quanto as pessoas residentes no contexto rural. O filme produzido no Brasil apresenta uma série de elementos que caracterizam o contexto rural, como: os animais (gado e cavalos); a agricultura e o cuidado com os animais; o trabalho doméstico associado a condições, por vezes, precárias, na lavagem de roupas em rio, no cozimento dos alimentos em fogões à lenha; em planos abertos que evidenciam um cenário em meio à natureza, com nenhuma grande edificação e moradias simples. O filme norte-americano, elaborado em desenho animado, também apresenta ilustrações que representam esse local, do homem que trabalha com a agricultura, de uma vida simples, sem muitos instrumentos e recursos para as atividades rurais e de trabalho. Esse comparativo pode ser apreciado na Figura 4.

Figura 4 – Comparativo de cenas do filme produzido pelo INCE e do filme realizado pela Walt Disney para o OCIAA



Fonte: Higiene [...] (1954) e Walt [...] (2023).

De modo similar, são utilizadas imagens para representar os sujeitos que viviam nesses espaços. Ambas as produções focam em vestimentas velhas, surradas, desabotoadas, chapéus de palha, e na ausência de parte da roupa ou de calçados nos pés, criando um estereótipo de descuido/desleixo, especialmente quando associam esses sujeitos à falta de condutas higiênicas. E, de forma semelhante, introduziram uma virada nessa imagem, quando esses sujeitos passam a adotar práticas de cuidado com a saúde, como quando demonstram preocupação com a lavagem das mãos. Nesse cenário, há uma mudança nas vestimentas, que aparecem mais alinhadas, alvas, com acessórios para uma melhor apresentação, e no uso de calçados.

Essas modificações foram desenvolvidas pela narrativa dos filmes com a intenção de mobilizar o mesmo movimento fora da ficção, promovendo reflexões sobre condutas que eram associadas a imagens de desprestígio. Contudo, ao mesmo tempo, criaram a expectativa de uma melhoria que estava acordada ao contexto rural, porque consideravam que, naquele espaço, produzia-se todo o alimento necessário para uma vida saudável. Desse modo, a apreensão de práticas higiênicas complementaria os requisitos para uma vida saudável e feliz.

Considera-se, com este breve exercício de análise de documentos em audiovisual, que essas fontes colaboram com evidências sobre o contexto que as permeava, sobre os interesses imbricados na sua circulação e sobre possíveis construções de sentido a respeito da mensagem projetavam. Portanto, são subsídios para compreensões acerca da História da Educação, e tal como com o uso de outros tipos de fontes, exigem do pesquisador um trabalho rigoroso na exploração dos acervos, na seleção dos documentos, no confronto de evidências que emergem dos documentos em audiovisual com outras fontes, na preparação para o manuseio e em relação aos aportes para a análise e interpretação dos dados. Assim, cerca-se de todos os cuidados para que se possa elaborar compreensões fundamentadas a respeito das possíveis visões de um dado “mundo social” propagadas por esse meio.

Referências

- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Unesp, 2017.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manoela Galhardo. Lisboa: Difusão, 1988.
- DEWES, Elisângela Cândido da Silva. **O despertar**: uma história das práticas da educação rural em Caxias do Sul (1947-1954). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HIGIENE Rural – Fossa Seca. Direção: Humberto Mauro. Rio de Janeiro: INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo, 1954. 1 vídeo (11 min). Disponível em: <http://www.bcc.org.br/filmes/443393>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto,

2006. p. 235-289. Disponível em: <https://historiaeaudiovisual.weebly.com/ficha-de-decupagem.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. *In*: BAUER, Martin W; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Tradução de Marina Appenzeller. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

WALT Disney Animated Short – Cleanliness Brings Health (1945) Remastered 4K 60FPS. Publicado pelo canal Public Domain Remastered. [S. l.: s. n.], 13 ago. 2023. 1 vídeo (8 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bCMnIWmd8NI>. Acesso em: 20 jul. 2024.

O acervo da professora Arilde Cecília Chemello Bertelli: um lugar de memória no município de São Marcos – RS

*Eveline Fischer⁹
José Edimar de Souza¹⁰*

Considerações iniciais

Este texto explora o acervo constituído pela professora Arilde Cecília Chemello Bertelli no município de São Marcos – RS, ao longo dos últimos 70 anos, e evidencia sua importância para a preservação da memória local, constituindo-se também como uma fonte de pesquisa para produções historiográficas. Arilde teve uma importante atuação no município, em diferentes áreas: foi professora e diretora em escolas rurais e urbanas, atuou como orientadora da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), tornou-se a primeira mulher candidata a vereadora, desenvolveu pesquisas e publicou livros sobre a história da educação do município. Concomitante a tantas funções, iniciou seu acervo ainda na década de 1950, composto por fragmentos de memórias e acontecimentos locais.

A história de vida de Arilde converge em diversos momentos com a de São Marcos, um pequeno município situado na Serra Gaúcha, com cerca de 21 mil habitantes

⁹ Mestra e Doutoranda em Educação, Universidade de Caxias do Sul. Pedagoga no IFRS, *Campus* Vacaria. Bolsista PROSUC/CAPEL. Membro do Grupo de Pesquisa em História, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: efischer1@ucs.br

¹⁰ Mestre e Doutor em Educação, Unisinos. Docente na Universidade de Caxias do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa em História, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: jesouza1@ucs.br

(IBGE, 2024). Assim como outras da região, a cidade foi colonizada massivamente por imigrantes italianos no final do século XIX, entre eles, os antepassados de Dona Arilde. Emancipou-se de Caxias do Sul em 1963, e, hoje, possui relevância nacional pela produção de uva, além de ser um importante polo metalúrgico e moveleiro. Em 2015, teve reconhecimento estadual como a Capital Gaúcha dos Caminhoneiros.

Atualmente, aos 88 anos, a professora tem sob sua guarda cerca de 60 mil itens, entre fotos, atas, artigos de jornais, documentos, revistas, livros, cartazes e objetos antigos, que ajudam a compor e a preservar o patrimônio histórico de São Marcos. Nesse sentido, valendo-se da história cultural como perspectiva teórico-metodológica e das memórias, utilizamos o método da história oral e da análise documental para tecer este artigo e narrar a trajetória de vida de Dona Arilde e a história de seu acervo.

Guardar, segundo Cunha (2019), não possui a intenção de esconder. Guarda-se para preservar o que, talvez, fosse descartado ou esquecido, como no caso de Arilde, que protege, há 70 anos, elementos constituintes de sua própria história de vida e também de São Marcos. A estruturação de um acervo requer paciência e cuidado e trata-se de um fenômeno raro, geralmente desenvolvido por pessoas que fazem parte de uma elite letrada, conforme argumenta Cunha (2019).

Para Gomes e Hansen (2016), Arilde pode ser considerada uma intelectual mediadora na sua comunidade, que, a partir do desenvolvimento de ações locais, obteve reconhecimento social. É guardiã da memória do município e uma protagonista singular na constituição da história da educação local. Por meio das pesquisas que realizou e dos documentos que guardou, possibilitou o surgimento de outras pesquisas, o que evidencia a importância de seu tra-

balho nas últimas sete décadas. Nessa perspectiva, conforme Gomes e Hansen (2016), a mediação adquire novos sentidos, uma vez que cria algo original, produzindo influências também nos debates da esfera pública, com efeitos de uma obra que alcança diferentes gerações na contemporaneidade.

O texto que segue está dividido em duas partes: a primeira dedicada à retomada da trajetória de Arilde nas escolas e na vida política de São Marcos; a segunda aborda como se deu a constituição de seu acervo.

O caminho de Arilde: trajetória

Em 1953, época em que era comum ouvir que mulher não precisava estudar, tampouco trabalhar fora de casa, Dona Arilde iniciou o ofício de professora, aos 17 anos, em função de necessidades financeiras da família. Seu pai havia falecido precocemente, e ela precisou ajudar a mãe no sustento da casa e dos 13 irmãos. Como havia cursado até a quarta série, formação suficiente naquele período para começar a lecionar, foi convidada a trabalhar em uma escola situada na zona rural, distante 20 quilômetros de sua residência, em uma comunidade que até então desconhecia.

Segundo Freire (1996), ensinar exige consciência do inacabamento e de que não há docência sem discência, o que pode ser exemplificado pela fala da professora a seguir:

Naquela época se tinha a mentalidade de que a moça que cursava até a quarta série era doutora! Era raro, era uma coisa extraordinária. Eles ficavam muito felizes porque a professora sabia tudo (risos)... A professora sabia “tudo”, eles nem imaginavam que a gente aprendia na sala de aula, a professora aprendia com os próprios alunos e com os próprios pais. Eles contavam suas vidas e a gente ia guardando as dificuldades, as alegrias deles...

Sem nunca ter ido até a comunidade em que trabalharia e sem nenhuma informação sobre a turma que a esperava, Arilde conta que, em uma segunda-feira, fez sua mala e se

colocou às margens da BR-116 para conseguir uma carona até a entrada da localidade onde lecionaria. Depois, seguiu a pé até a casa da família que a hospedaria. Ela relata que esperava encontrar uma “casinha” para dar aula, porém, surpreendeu-se ao ver que lecionaria em um capitel, no qual precisaria acomodar 14 alunos, aspecto comum para a realidade escolar primária rural nos anos 1950, como argumenta Souza-Chaloba (2023).

Sobre sua formação para atuar como professora, revela que teve uma “preparação” antes de assumir sua primeira turma, pois costumava substituir a irmã mais velha, também professora, quando ela não podia trabalhar por motivos de doença. Arilde explica: “ela podia faltar, podia comunicar, mandar um ofício, mas ela podia também arrumar alguém para substituí-la, sem precisar mandar ofício. Então eu ia na escolinha dela lecionar”.

Foi somente depois de 20 anos de profissão que conseguiu concluir o curso de formação de professores em nível técnico, em uma escola de Caxias do Sul. Arilde detalha em sua fala as dificuldades para frequentar as aulas, que ocorriam à noite. Segundo ela, não eram oferecidos cursos voltados à qualificação docente pela prefeitura de São Marcos: “naquela época não. Tendo até a quarta série era suficiente... E depois, com o incentivo da gente mesmo, a gente foi por gosto completar os estudos. Não que a prefeitura dissesse, ‘ah, se não tiver, não pode mais dar aula...’”.

Após atuar em escolas rurais nos primeiros dez anos de sua carreira, solicitou a transferência para uma unidade mais próxima de sua casa, já na zona urbana. A dificuldade de acesso a essas escolas quase a fez adoeecer, pois era necessário percorrer vários quilômetros a pé diariamente ou buscar hospedagem junto a alguma família da comunidade. Naquela época, sua família possuía apenas um cavalo, que precisava ser dividido com a irmã mais velha, que também

trabalhava em escolas do interior. Dessa forma, revezavam a cada semana quem o utilizava.

Mesmo com as adversidades, o tempo vivido em escolas com classes multisseriadas¹¹ do interior deixou marcas significativas em sua memória. Recorda, com carinho, que os estudantes levavam junto para as aulas os irmãos mais novos, pois os pais não tinham com quem os deixar enquanto trabalhavam na lavoura. Também relembra da solidariedade entre as comunidades rurais nas quais trabalhou, onde cada família auxiliava conforme suas condições permitiam, seja hospedando o professor em sua casa durante a semana, limpando a escola aos finais de semana, fornecendo itens de alimentação para complementar a merenda escolar ou mesmo ajudando a professora a prepará-la. Era comum, ainda, que as famílias fornecessem o terreno e construíssem, com seus próprios recursos, as casas nas quais funcionavam as escolas, assegurando aos filhos o acesso à educação formal.

A respeito do cotidiano de uma escola rural da década de 1950, Arilde rememora a seguinte situação a respeito do tempo de duração das aulas:

Eu não tinha hora pra começar e não tinha hora pra terminar. E os pais também não se queixavam porque eles não tinham relógio pra se basear e eu também não. Então, pra se comunicarem com São João, que era uma capela para lá do Rio das Antas, era com gritos. Eles se entendiam. Por exemplo, um senhor daqui gritou para pedir a hora e aquele lá do outro lado disse que era 13h30 da tarde, e eu estava indo pra casa aquela hora... E comida, você vai me dizer “e a fome? Não sentiam fome quando se aproximava o almoço?” Eu conto que recebia cestas de comida na sala de aula, vinha batata doce, batata inglesa, cozidas ou não, frutas... Esse capitel ficava no meio de um pomar maravilhoso, de laranjas, de pêras!

¹¹ Escolas formadas por uma turma somente, na qual estudavam juntos estudantes de 1ª a 4ª série, sob a regência de apenas um professor.

As escolas, segundo relata Arilde, eram um importante espaço de socialização para as comunidades que viviam longe da sede do município:

Por exemplo, numa escola isolada a 20 km daqui, eles não recebiam visitas, não recebiam nada, era só aquele grupinho de cinco famílias. Quando chegava alguém de fora, era uma alegria. A professora chegou, o padre chegou, a comissão examinadora vai vir nos visitar... Era um evento, então preparavam comida, da maneira deles, bolos, tortas, tudo o que fosse possível para os visitantes ficarem felizes.

Com a emancipação de São Marcos, em 1963, foi realizada a primeira eleição municipal, na qual Dona Arilde se tornou a primeira mulher candidata a vereadora, ficando como primeira suplente. Chegou a assumir o cargo efetivamente, em 1966, durante uma sessão. A partir de 1964, a trajetória da professora Arilde tomou outros rumos, agora, em escolas urbanas, onde exerceu também o papel de diretora.

Arilde atuou de 1964 até 1980 na Escola Municipal Francisco Doncatto, na qual aparece em pé na foto abaixo. No registro, é possível observar que há uma criança menor, sentada à frente das classes e sem uniforme. Trata-se de um dos filhos da professora, que a acompanhava desde muito novo à escola, pois ela não tinha com quem deixá-lo. Ainda, relembra o período em que trabalhou nas escolas rurais, quando seus alunos precisavam levar os irmãos mais novos para a aula pelo mesmo motivo.

Figura 1 – Professora Arilde na Escola Municipal Francisco Doncatto (1967)



Fonte: Bertelli (2008).

Recorda com emoção do convite para abrir o desfile de Sete de Setembro de Caxias do Sul, em 1971, junto aos estudantes de sua escola. Como ocorria o regime militar no Brasil, a Semana da Pátria era extremamente valorizada e vista como uma forma de exaltar o militarismo.

Eu fui convidada com a minha escola Francisco Doncatto para abrir o desfile militar em Caxias do Sul na Semana da Pátria, no primeiro pelotão. Isso foi em 1971 e surpreendeu a cidade toda. Porque até então não tinha havido um convite de tamanha grandeza. Então, o pessoal ficou muito admirado... Eu entrava numa loja e diziam “tu viu, a escola da Arilde...”, não diziam escola Francisco Doncatto, era a escola da Arilde.

Durante o período em que esteve na escola Francisco Doncatto, afastou-se apenas para assumir, em 1973, a função

de orientadora da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) de São Marcos, cargo em que permaneceu por três anos. Ela conta que frequentava todas as escolas municipais para distribuir itens para o preparo da merenda escolar e orientar as professoras.

A professora Arilde foi reconhecida e homenageada diversas vezes ao longo de sua vida pelos papéis que desempenhou junto à comunidade são-marquense. Entre as principais, relembra do troféu “Mulher Cidadã 2010”, recebido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; o título de “Cidadã Emérita”, em sessão solene de 2019 na Câmara de Vereadores de São Marcos; patrona da Feira do Livro de São Marcos em 2013; além de reportagens destacando sua trajetória em jornais e revistas locais. Os quadros com as fotos e dedicatórias de todos esses eventos estão destacados nas paredes do seu acervo, mostrados com orgulho pela professora.

A aposentadoria da docência chegou em 1983, mas Dona Arilde deu continuidade a outra função muito cara a si mesma: a de colecionar memórias.

O caminho de Arilde: registros do legado

O primeiro contato realizado com a professora Arilde foi em 2024, após alguns moradores locais a indicarem como referência para encontrar informações a respeito das antigas escolas isoladas que ficavam nas comunidades do interior de São Marcos¹². Ao chegar à sua residência, a porta do que parecia ser uma garagem estava aberta. Chegando mais próximo, foi possível avistá-la sentada em uma mesa quase ao centro do espaço, escrevendo. Ao perceber a presença junto à porta, convidou gentilmente para entrar.

¹² Os dados foram buscados para a pesquisa de doutorado em andamento, que tem por objetivo investigar as representações das escolas rurais para as famílias agricultoras de São Marcos – RS.

Aquele espaço – que em um primeiro momento parecia uma garagem vista de fora – era, na verdade, o seu acervo.

Nas paredes, inúmeras fotografias de família, quadros e faixas de homenagens que recebeu ao longo da trajetória profissional, como reconhecimento. Alguns objetos antigos e troféus também compunham o espaço. Ali, segundo ela, é onde desenvolve seu trabalho diariamente, verificando notícias e informações para arquivar em pastas.

Ao rememorar o primeiro item do acervo, não teve dúvidas de ser o fono¹³ de autorização para atuar como docente, datado de 1953:

Eu sempre adorei arquivar. Minha mãe recebeu um calendário e o desenho era uma noite de cor azul-turquesa, cheio de estrelinhas. E lá no fundo desse cartaz tinha um círculo grande assim (demonstrando com as mãos) com um casalzinho de namorados de pé e a moça tinha o mesmo vestido, um azul-turquesa, bem acinturadinho, um vestido bem rodado. Guardei aquilo lá. Aí quando o prefeito me indicou como professora, eu recebi o fono da 4ª D.E. de Caxias, o fono que dizia que eu podia ir lá trabalhar... Ah, não tive dúvidas, peguei aquele cartãozinho e coleí o meu fono do lado. Começou por aí... Eu tenho que estar sempre arquivando alguma coisa, até o dia de hoje.

¹³ Documento de apresentação da prefeitura para direção da instituição.

Figura 2 – Foto de parte do acervo pessoal da professora Arilde¹⁴



Fonte: Arquivo Histórico Particular Arilde Cecília Chemello Bertelli (2025).

Outro fato ocorrido no início da docência, o qual demonstra o compromisso com a preservação da história da educação do município desde então, foi não ter encontrado registros deixados pelo professor que lecionava antes de sua chegada à escola. Ao ocupar o cargo, em setembro de 1953, ou seja, já no final do ano letivo, Dona Arilde recorda, com tristeza, que não encontrou qualquer registro: *“nada escri-*

¹⁴ A pedido da professora Arilde, utilizamos uma imagem mais antiga de seu acervo com ela em frente às prateleiras, pois ainda está em fase de reorganização de seu espaço, devido às mudanças recentemente ocorridas em sua casa.

to, nenhuma ata, nenhum termo de abertura, nada. Então se perdeu isso, uma pena”.

Desde o início, estava atenta à necessidade de preservar os documentos. Os primeiros itens de seu acervo eram acomodados em sacos de sal, daqueles utilizados para alimentar as vacas, por ser o único material ao qual tinha acesso na época. Após limpar os sacos, usava ferro de passar à brasa para endireitá-los – assim, conseguia com que servissem para armazenar os documentos. Depois, passou a utilizar caixas de camisa que ganhava de conhecidos.

Olha, sinceramente é difícil explicar, porque em tudo quanto tu possa imaginar, em gaveta, caixas vazias, caixas de papelão... E antigamente tinha, é até engraçado de dizer, umas latas que guardavam querosene. Quando terminava o querosene, a gente limpava direitinho e lá dentro a gente colocava banha com carne de porco, que era cortadinha, cozida e guardada lá dentro. Mas uma dessas latas meu pai me deu. E eu ia guardando nela, por exemplo, frases que eu recebia, bilhetes, coisas que eu achava... Quando eu encontrava uma coisa que me parecia bonita, eu guardava lá dentro. A gente morava no interior, então tinha muita coisa que a gente via, coisas muito bonitas. Então, qualquer objeto que eu achava que lá dentro ficasse reservado eu botava.

Com o passar dos anos, foi profissionalizando os meios de guardar objetos e documentos e, hoje, possui grandes prateleiras, cuidadosamente organizadas com pastas, cadernos e livros que acomodam os quase 60 mil itens do acervo. Se no início guardava apenas objetos pessoais e familiares, gradativamente passou a se interessar pelo coletivo.

Me dedico às escolas, aos alunos, aos pais... Porque, graças a Deus, eu me lembro de muitos alunos. Os primeiros, então, não esqueço de nenhum! Mas os últimos eu confundo um pouco. Acho que alguém foi meu aluno, mas não foi. A gente esquece... Agora, então, eu tô com 58 alunos já falecidos. Tenho tudo anotado aqui, inclusive as professoras falecidas.

Questionada sobre como acompanha essas notícias, afirma que, geralmente, é pelo rádio ou pelos jornais, mas

também revela – de maneira inusitada – que recorre aos túmulos para obter datas: “e nos túmulos! Porque se eu quero saber quando nasceu e quando morreu uma pessoa que não consigo encontrar, eu vou nos túmulos! (risos)”.

É possível encontrar arquivos com informações dos mandatos de cada prefeito do município, reportagens, festejos, cartazes, fotos... “Olha, eu acredito que tudo que é assunto que tu possa imaginar, tem. Desde a nossa cidade, até as cidades vizinhas”. Cunha (2019), que pesquisa sobre acervos pessoais, ressalta que os chamados papéis ordinários, como muitos dos que Dona Arilde armazena, podem se tornar importantes fontes para pensar as práticas e costumes de um determinado tempo histórico. “Ao enfrentar a passagem do tempo, podem emergir como reconhecimento, como possibilidade de não esquecimento, como ‘lugar de memória’” (Cunha, 2019, p. 21).

Arilde revela que recentemente pediu ajuda a duas bibliotecárias para categorizar o seu acervo, numerando livros, pastas e objetos, para facilitar a localização das informações, visto que sua idade lhe trouxe algumas limitações de visão. “Então eu estou botando um numerozinho em cima de cada volume. Eu pego o meu papel aqui, vejo o número 50, por exemplo, e vou lá direto. Porque senão, como é que acha? É muita coisa”.

O costume de guardar memórias passou a ser compartilhado com um dos filhos, Áureo Bertelli, formado em História. Com a ajuda dele, Arilde aumentou e diversificou o seu acervo. Frequentemente, ela e o filho são procurados por pessoas que querem resgatar a sua história familiar e solicitar a cidadania italiana; além de estudantes, que buscam informações a respeito da história da cidade para desenvolver pesquisas acadêmicas sobre temas diversos.

Figura 3 – Professora Arilde junto ao filho Áureo



Fonte: Arquivo Histórico Particular Arilde Cecília Chemello Bertelli (2025).

Durante alguns anos, parte do acervo foi deslocado para a casa do filho; porém, devido a problemas de saúde, ele passou a residir novamente com a mãe, que o auxiliava em seus cuidados. Assim, todos os arquivos voltaram para o local de origem. Como o fato aconteceu há poucos meses, Dona Arilde ainda está reorganizando o material em sua casa e se mostrou desconfortável com a atual situação, segundo ela, está desorganizada. A verdade é que quem visita é contemplado com uma casa de dois andares tomada por

história em todos os cômodos, não apenas na garagem onde fica o acervo formal. Tudo em perfeita ordem e conservação.

Figura 4 – Foto de parte dos objetos encontrados no segundo piso da casa de Dona Arilde, pertencentes a seu filho



Fonte: Arquivo Histórico Particular Arilde Cecília Chemello Bertelli (2025).

Desde os sofás presentes na sala de estar e os quadros que acompanham a subida da escada para o segundo piso até os corredores e os quartos, há vestígios de móveis e objetos históricos por todos os lados. Dona Arilde faz questão de contar a origem de cada um deles, como as roupas que ficam em manequins embaixo da escada principal, feitas por sua mãe e por ela há muitos anos.

Para Cunha (2019, p. 18), “foi essa coisa de guardar que deu ao historiador de hoje as condições para reconfigurar o passado”. O *corpus* documental preservado no acervo possibilitou a escrita de três livros por Dona Arilde: em 2001, sobre a história do Clube Grêmio Americano da cidade¹⁵, feito a lápis e entregue para o filho datilografar; em 2004, escreveu a história de sua família, a família Chemello¹⁶; e, em 2005, contou a história das escolas de São Marcos, com registros de 1900 a 2005. Além da autoria dos três livros citados, teve participação no capítulo de outra obra sobre a história do município de São Marcos e do distrito caxiense de Criúva, publicado também em 2005.

O livro sobre as escolas de São Marcos precedeu uma longa pesquisa, de cerca de cinco anos, sobre todas as escolas que a região de São Marcos já teve desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos e poloneses. A pesquisa foi embasada em atas, currículos, revistas, livros e entrevistas com a comunidade; além de registrar também as escolas que foram desativadas e centralizadas. O livro é um dos poucos encontrados acerca do processo de escolarização no município.

Ao ser perguntada sobre o que considera o item mais importante de seu acervo, revelou que tudo tem importância para ela, mas fez questão de se dirigir até um quadro fixado na parede ao lado de sua mesa de trabalho. Lá, havia uma foto dela com o marido, já falecido, e dos quatro filhos. Abaixo das fotografias, a seguinte frase: “Quando o livro da minha vida se fechar, os meus filhos terão sido o capítulo mais bonito”.

Desde a aposentadoria, ela pôde dedicar mais tempo ao seu acervo e conta que sua rotina “*é ler, escrever, digitar*”. Ao ser questionada se, em algum momento, chegou a escre-

¹⁵ Livro escrito em parceria com o filho, Áureo Bertelli.

¹⁶ Livro escrito em parceria com o filho, Áureo Bertelli.

ver no formato de diários, revelou que não, mas que pensa em fazer uma escrita sobre suas memórias, registrando as experiências vivenciadas em todas as escolas em que atuou. Aproveitou a pergunta para entregar uma folha com uma pequena reflexão que escreveu, comparando a educação do passado com a educação atual.

A respeito do futuro do acervo, demonstrou o desejo de que seja assumido pela prefeitura, possibilitando o acesso público a ele.

Eu penso que vai servir pra muita gente. Vai servir pros nossos filhos, nossos netos. Eu acredito que alguma coisa se aproveitou. Olha, tem um rapaz que quando vem aqui ele se encanta. Ele gosta muito de museus, essas coisas. Então, ele olha e já bate uma fotografia. Eu digo que se eu não tivesse guardado essas coisas, ele não iria bater fotografia ali, não iria ter uma cópia disso. Então, eu tenho uma esperança muito grande que eles vão aproveitar o que a gente deixou. Não digo tudo, mas aproveitando uma frase, uma linha, um pensamento, um trabalho que eu fiz, eu já me sinto feliz. Realizada.

Considerações finais

Por meio das memórias e da construção do acervo da professora Arilde Cecília Chemello Bertelli, é possível conhecer a história do município gaúcho de São Marcos. O modo como ela articula seus “guardados” e “escritos ordinários”, como argumenta Cunha (2019), evidencia a figura de uma intelectual mediadora, que exerceu e ainda representa um papel singular na história local e da educação desse lugar.

Sua trajetória docente apresenta o interior do que se passava nas escolas situadas na zona rural. As dificuldades da profissão em função dos deslocamentos e da falta de formação, contudo, remetem a memórias afetivas da relação com os estudantes e a comunidade. Ela também traz a experiência externa, da atuação fora da sala de aula, como gestora e cidadã inserida na vida política do município,

evidenciando como cada espaço em que atuou foi representativo na construção de seu acervo.

Dona Arilde, há 70 anos, cumpre com rigor seu ofício de guardar memórias, vivenciando em sua própria residência o cuidado e o respeito pela preservação da história. Ao longo do tempo, foi aperfeiçoando seus métodos de arquivamento e ampliou o acervo, que inicialmente era restrito ao âmbito familiar, tornando-se um patrimônio de toda a comunidade. Para um município de pequeno porte como São Marcos, são raros os espaços destinados à preservação da memória local, o que torna o trabalho desenvolvido por Dona Arilde ainda mais essencial. Urge, portanto, que a administração municipal reconheça seu acervo como patrimônio público a ser preservado.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BERTELLI, Arilde Cecília Chemello. **Escolas de São Marcos, 1900-2005, um século de cultura**. Porto Alegre: Suliani, 2008.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des)Arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente**. Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Ângela de C; HANSEN, Patrícia S. Apresentação. In: GOMES, Ângela de C; HANSEN, Patrícia S. (org.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Brasileiro de 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima de. Uma década de pesquisas sobre a História da Educação Rural no Brasil (2012-2022). **Revista História da Educação (Online)**, v. 27, e129565, 2023.

ZANELLA, Eder *et al.* Arilde Cecília Chemello Bertelli: mãe, professora, historiadora, arquivista, vereadora, comerciante e

escritora. **Revista Arrivati!**, São Marcos, II edição, p. 5-9, mar./abr./maio 2017.

Formação de professores na Escola Normal Assunta Fortini: práticas de um estágio docente (1965, Barão – RS)

Fernanda Rodrigues Zanatta¹⁷

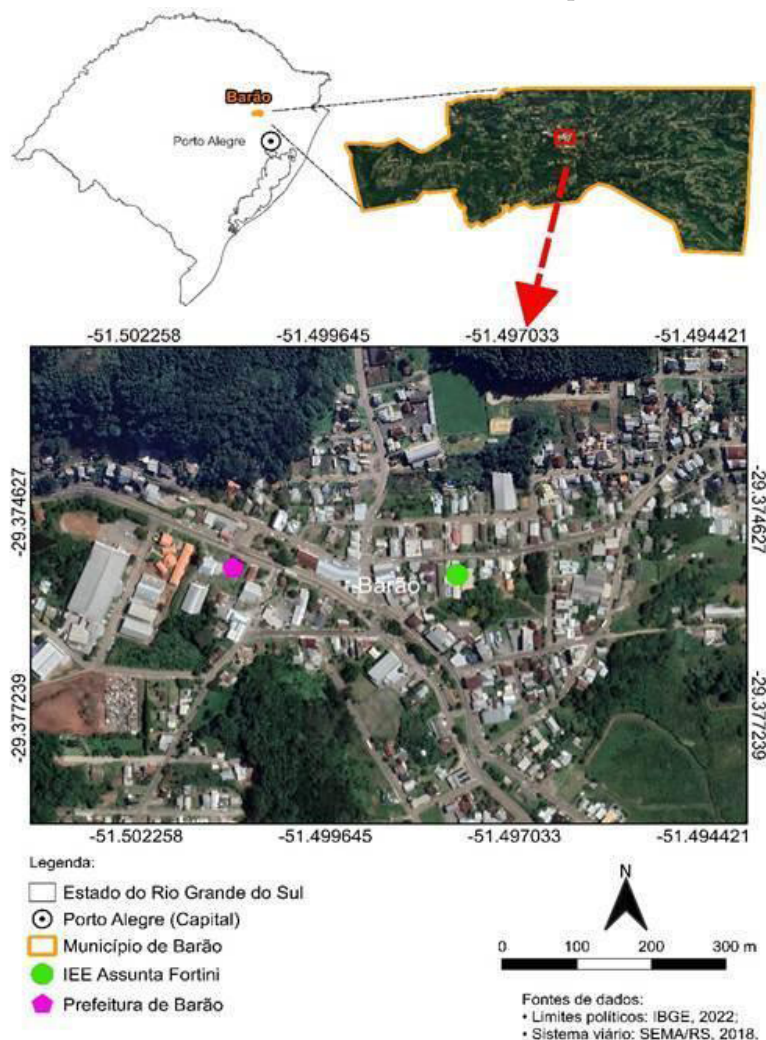
Considerações iniciais

O presente texto, parte de uma pesquisa em andamento, tem como objetivo central analisar os saberes e as práticas pedagógicas desenvolvidas no período de estágio das normalistas da Escola Normal Assunta Fortini, no município de Barão – RS, no ano de 1965. O tema apresenta-se em consonância com a análise de acervo, memória e história da educação da referida instituição e possibilita fomentar a reflexão em torno de normas e condutas exigidas das professoras normalistas estagiárias e sobre a organização e produção do material feito pelas normalistas, como o diário de estágio.

A escola foi instalada em Barão no ano de 1962, cidade situada na região do Vale do Caí, na divisa com a região da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul (RS). Na figura a seguir, apresento a localização do município, sede da escola.

¹⁷ Doutoranda em Educação, Universidade de Caxias do Sul.

Figura 1 – Localização de Barão no Rio Grande do Sul e da Escola Normal Assunta Fortini nesse município



Fonte: a autora.

O ano de 1962 foi importante para a então Vila Barão, pertencente ao Montenegro, pois foi autorizada a criação da Escola Normal, por meio do Decreto n. 14.193, de 3

de outubro de 1962, mas é no ano seguinte que se inicia o funcionamento da unidade de ensino. A instituição possibilitou a continuidade dos estudos, pelo ensino público e profissionalizante, e obteve grande procura para a profissionalização docente no espaço local e regional. Sendo assim, passou a ofertar o Curso Normal e formar professores.

No início, com poucos recursos, foram necessários arranjos entre políticos e a população para alcançar os requisitos mínimos para a escola funcionar. A mobilização local compôs a memória e o acervo para alinhar o início das atividades, conforme a temática proposta pela presente coletânea. A conquista foi celebrada pela comunidade escolar durante a aula inaugural, que representou o marco do início do curso, com a primeira turma, e de uma escola formadora de professoras. O momento contou com a presença de autoridades locais, religiosas, políticas e educacionais. A escola começou suas atividades no prédio do Grupo Escolar Professora Maria Edith Selbach. Para iniciar o curso, vieram professores de Garibaldi, Farroupilha, Caxias do Sul e até de Porto Alegre. Toda essa organização ocorreu nos três primeiros meses do ano de 1963. A primeira turma realizou o Curso Normal em um ano e meio e depois o estágio docente, como parte obrigatória da formação.

Discorrerei, aqui, também sobre a formação de professores, que aconteceu mediante a atuação nas escolas, tendo como inspiração os conceitos de Chartier (1990) de representações e práticas. Utilizo-os relacionados ao ensino, uma vez que os conceitos se configuram como suportes teóricos para a compreensão das diferentes experiências históricas e da complexidade envolvida nas relações educacionais, sociais, políticas e culturais dos sujeitos e seus respectivos grupos sociais.

Também, baseio-me em Escolano Benito (2017), que trata das culturas escolares ao analisar a atuação. Refiro o

teórico, considerando a relevância do tempo dedicado ao estágio supervisionado, para a obtenção do título de professor(a) e para a construção dos saberes necessários à formação e à prática profissional durante a preparação do(a) professor(a).

Como parte do curso, foi estabelecida para o estágio uma carga horária de 400 horas, visando à vivência e ao acompanhamento da rotina do trabalho do(a) professor(a) e de tudo associado ao ato pedagógico de lecionar, durante um período contínuo que estava estabelecido para essa finalidade. Em tal etapa, estavam previstas ações como o planejamento, a atuação docente, a formação, as reuniões pedagógicas e os compromissos com a escola, para oportunizar as experiências de docência. Concordam com esse aspecto Nóvoa e Finger (2010, p. 25):

É no espaço de cada escola, em torno de problemas pedagógicos ou educativos reais, que se desenvolve a verdadeira formação. Universidades e especialistas externos são importantes no plano teórico e metodológico. Mas todo esse conhecimento só terá eficácia se o professor conseguir inseri-lo em sua dinâmica pessoal e articulá-lo ao seu processo de desenvolvimento.

O estágio representa outro período da formação, tão importante quanto o dedicado aos estudos e à preparação do docente, mas numa dimensão diferente, na qual se ocupa outro espaço e lugar para expressar, experienciar o exercício profissional, de acordo com as representações e percepções que se constituíram ao longo do curso.

Caminhar teórico-metodológico: algumas escolhas

Ao investigar as práticas instituídas no curso que prepararam os(as) estudantes para o estágio docente, foi avaliada uma das normalistas em seu estágio, em relação a tópicos como disciplinas ministradas e atividades das culturas

escolares que estiveram presentes nas atividades, nas comemorações, nos ritos e nas festividades na escola. Ao pensar a cultura escolar, Julia (2001, p. 10) nos traz o entendimento de que

[...] pode-se descrever cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidade que podem variar segundo as épocas (finalidade religiosa, sociopolítica ou simplesmente de socialização).

Tal conceito expressa a amplitude da cultura escolar e a maneira como alguns estudos amplificaram e conceberam outras formas de multiplicá-lo, compreendendo que o universo das instituições de ensino teria outras ramificações da cultura escolar. Trata-se, então, de culturas escolares, no sentido plural que pesquisas como as de Escolano Benito (2017) e Vinão Frago (2001) indicam.

Com o entendimento de que existem muitas culturas escolares, é possível que cada instituição, com suas singularidades, tenha a sua própria cultura escolar (ou as suas próprias culturas escolares). Para Escolano Benito (2017, p. 119), a cultura empírica da escola desdobra-se em outras duas culturas: “uma que ensaiou interpretá-la e modelá-la com base nos saberes (cultura acadêmica) e outra que intentou governá-la e controlá-la por meio dos dispositivos da burocracia (cultura política)”.

Vidal e Schwartz (2011, p. 11), ao articularem seus estudos sobre culturas, tempos, disciplinas, espaços escolares, sujeitos da Educação e cultura material escolar, colaboram para tal ideia ao afirmar que

[...] formas de produção, circulação e apropriação de saberes operadas na/pela escola brasileira e das práticas de diferentes sujeitos que, ao (re)produziram gestos, ações, fazeres, em seus espaços de atuação, ilustram formas dife-

renciadas com que o contexto educacional fora pensado e apropriado.

É no fazer cotidiano, nas relações dos sujeitos, que as culturas escolares se constituem e se (re)produzem, em diferentes sentidos. E isso já foi apontado por Julia (2001, p. 10), ao assinalar que:

[...] pode-se descrever cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidade que podem variar segundo as épocas (finalidade religiosa, sociopolítica ou simplesmente de socialização).

Nesse contexto, investigo as práticas instituídas no curso, as representações docentes e o que foi preparado para o estágio docente, avaliando a atuação de uma das normalistas em seu estágio, como disciplinas ministradas e atividades da cultura escolar executadas, nas comemorações, nos ritos e nas festividades. A fim de embasar teoricamente a pesquisa, são utilizados os estudos de Julia (2010) e Chartier (2007), para refletir sobre as práticas de ensino, e Escolano Benito (2017), para tratar das culturas escolares.

No ano de 1965, a primeira turma realizou seu estágio. Ao consultar as fontes documentais, localizei alguns livros que tratam dos primeiros anos da condução do Curso Normal: 1) atas das reuniões de estágio do Curso Normal (1965 a 1968), nas quais estão registradas as reuniões entre estagiários e Comissão Supervisionadora de estágio, 2) atas de reuniões de estágio do Curso Normal (1965 a 1973), reuniões da comissão supervisionadora de estágio da Escola Normal. Com a pesquisa documental no acervo pessoal, como diários de estágio e trabalhos escolares de uma das normalistas, e no arquivo da instituição, a partir de fontes como livros de atas de reuniões de estagiárias e livros de matrículas, foi considerada a materialidade dos referidos

documentos, de acordo com os estudos de Chartier (1995), assim como a produção e o controle de escrita e registro das vivências escolares. Roger Chartier (1995, p. 182) faz o comparativo entre a norma e o vivido: “Existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações”.

Feitas as considerações do caminho teórico-metodológico, passo para a análise dos documentos para pensar as práticas e o estágio na formação dos normalistas.

Um olhar para a história das práticas vividas nos estágios de 1965

As fontes documentais mencionadas são livros de atas do tamanho de caderno pequeno, com medidas de 25cm de comprimento e 18cm de largura, capa dura, encapados. O primeiro livro de reunião de estágio foi aberto em 2 de dezembro de 1965 pelo então diretor da escola. A primeira ata consta é do dia 31 de julho de 1965, sob a coordenação da professora Maria Therezinha Schneider, lavrada pela aluna Leda Rodavelli.

No livro de atas das reuniões de estágio do Curso Normal, foram transcritos os principais temas abordados nas reuniões de estágio do ano de 1965. Considera-se como *assuntos principais* aqueles selecionados pela autora da ata, pois a análise documental nos propõe entender o documento como um texto que vai nos apresentar um conjunto de signos que podem ser interpretados e reinterpretados. Enfatizo que as fontes documentais não são um reflexo direto da realidade, mas sim uma construção que resulta de um processo de escrita e de triagem de informações. Nesse caso, a seleção foi construída pela professora que redigiu a ata, escolhendo o que era importante constar no registro, bem como o que deveria ou não ser anotado, construindo, portanto, um

texto que não é neutro, mas influenciado por diversos fatores, como a ideologia de quem escreve, o contexto social e a própria natureza do documento.

Acrescenta-se a essa ideia a noção de estratégia de análise das fontes, em que o escriba organiza uma forma de controlar e organizar a informação. Cabe-nos o papel de vasculhar, escavar, visualizar o que não foi escrito. “O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível...” (Certeau, 1996, p. 31). Nesse sentido, os documentos podem ser utilizados por aqueles que detêm o poder para impor sua visão da realidade.

Na ata n. 1 do livro de atas de reuniões, no qual se reuniram os primeiros estagiários do Curso Normal e seus professores, foram abordados os seguintes temas: leitura e explicação do decreto do governador sobre o estágio; aspectos visados no estágio; ficha da estagiária; planos de curso de unidade e diário; uso do português; assinaturas do ponto; obrigatoriedade das reuniões; visitas da comissão supervisora de estágio; distribuição dos estagiários e ofícios às diretoras; atitudes da futura professora no seu trabalho; relação com o aluno, a direção e os colegas; participação dos trabalhos curriculares e extracurriculares.

De acordo com os temas apresentados na primeira reunião de estágio, refiro-me a Chartier para tratar da representação do estereótipo da normalista e futura professora. Na ata, constam os elementos que comprovam tal perfil desejado para as normalistas, ao mencionar “atitudes das futuras professoras”, indicando que havia as atitudes adequadas às docentes e as não adequadas. A pauta da reunião proporciona a visão de que estagiárias devem se propor a ter comportamentos considerados de pessoas idôneas. As representações da docência que mobilizaram o processo de formação no Curso Normal da Escola Assunta Fortini chegavam ao estágio docente, com a expectativa de que as

estagiárias colocassem em prática o que lhes fora ensinado ao longo do curso.

Nos mesmos moldes, as atas seguintes mencionaram orientações dadas para estagiários/as sobre aspectos atitudinais que são, de acordo com o intuito das orientações, condizentes ao perfil: bons modos, vestimentas adequadas e atitudes que eram incentivadas e que configuram um perfil da imagem do/a professor/a. Tais questões estão em conformidade com as políticas educacionais propagadas ainda nos anos de 1940, nos documentos que regulamentam e/ou orientam a prática e a postura dos docentes. No ano de 1939, o secretário de Educação do Rio Grande do Sul Coelho de Souza, a partir de ofícios circulares, encaminhou orientações aos professores, inclusive sobre o modo de vestirem-se, no sentido de atribuir, dentro desse perfil profissional, qualidades morais para seguir na função docente, considerada uma “missão” a cumprir-se. Os documentos do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS) expressam claramente atributos morais necessários para o exercício da profissão docente, conforme Quadros (2006, p. 204)¹⁸.

O mesmo autor cita Amaral Fontoura, o qual apresenta uma autoavaliação num quadro de 28 atributos necessários para o bom professor, divididos em três partes, destacando ali qualidades de ordem física, intelectual e moral. Da seção de qualidades morais, a maior, destaque: espírito religioso, idealismo, amor à criança, bondade e espírito de justiça, boa conduta moral, entusiasmo, companheirismo, alegria, bom humor, autodomínio e paciência, espírito renovador, cortesia, disciplina e obediência, assiduidade e pontualidade.

¹⁸ Em sua tese de Doutorado, intitulada *Reforma, ciência e profissionalização da Educação*, o autor afirma que o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul tem normatizações e legislação no cenário educacional do estado, no período de 1937 a 1971, que colaboram para aprofundar o perfil de professor idealizado pelas/nas políticas públicas educacionais no período.

Como parte dessa autoavaliação, cada atributo apresentado na lista complementava-se com características:

- expressão do olhar: capacidade de chamar a atenção, elogiar, censurar o aluno com o olhar;
- porte correto: maneira de andar, sentar-se, não fazer gestos inadequados;
- apresentação: vestuário correto, sem modas exageradas (vestidos escandalosos, pintura excessiva) sem muitas pulseiras e joias, a professora não deve ir para a aula nem com a roupa que usa em casa, nem como se fosse para uma festa (Fontoura, 1958, p. 38 *apud* Quadros, 2006, p. 204).

Portanto, estavam ali orientadas e reguladas as posturas docentes desejadas. Complementa-se essa ideia com a observação de Quadros (2006, p. 203-204) quanto às vestimentas consideradas ideais para o professor exercer sua profissão e ocupar o espaço escolar, uma “conduta correta”: “O professor precisa se comportar com dignidade, tanto dentro como fora da escola. O mestre não se despe da sua personalidade de educador por estar fora da escola, em qualquer lugar todos apontam ‘aquele é o professor x’”.

Fica evidente que o perfil de professor(a) está associado aos atributos morais que ele(a) deve carregar, os quais tinham uma grande relevância sobre esse perfil idealizado. Os cuidados sobre os modos de ser, comportar-se e vestir-se são algumas evidências encontradas nas orientações encaminhadas para as escolas e que repercutiram no meio social, colaborando para a construção de um “ideal”, que se desdobrava nas formações de professores. Estabelecia-se, assim, a produção de um perfil profissional moral, cultural e social frente à população. Tais orientações endossam o pensamento de Chartier (1994) e Michel de Certeau (2002), ao analisar que discursos eram produzidos e disseminados numa perspectiva de governo e regulação de posturas – no caso, posturas docentes frente a suas atuações profissionais e pessoais.

Ao longo da constituição do perfil de normalista e de professor/a, foi-se relacionando uma série de atributos considerados importantes para o exercício profissional. Com isso, procurei identificar os primórdios da constituição desse perfil, que foi se constituindo ao longo do processo de formação de professores, seja durante o Curso Normal, seja no ingresso e no atuação da carreira.

O período de início de estágios está ligado à constituição de professores(as) “civilizados(as)” e com moral. As orientações divulgadas nas reuniões sinalizam práticas de condutas e valores preciosos para a formação de professores que foram propagadas em manuais nas décadas anteriores e seguiram nas pautas nos anos 1960.

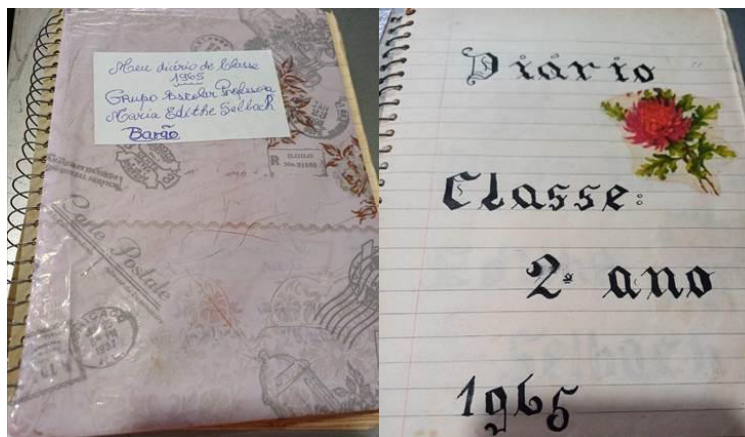
Os registros das reuniões citadas demonstram representações do interesse por boas condutas, pois destacam, nos assuntos abordados, representações do bom ensino, por meio de normas disciplinares para as normalistas, como disciplina, rigor e ordem no ambiente escolar.

Sendo assim, busquei registrar algumas percepções parciais sobre o perfil do(a) professor(a) que estava em formação, a partir da análise do livro de atas de reuniões de estágio da Escola Normal Assunta Fortini, no ano de 1965, e do diário de uma estagiária da primeira turma. As atas apresentam memórias e indícios dessa representação do perfil profissional docente idealizado, importante para entendermos a origem de pensar os modos de ser e fazer da profissão em diferentes momentos da História da Educação brasileira.

Dalva Inês Fabbrin, normalista da primeira turma, recorda-se das práticas realizadas e guarda seu diário de estágio com muito zelo. Da materialidade do diário, apresentam-se as seguintes características: caderno pequeno com dimensões equivalentes a 19cm de comprimento e 15cm de

largura, encapado com papel estampado e plástico, apresentando identificação na capa. As marcas dos seus 60 anos de existência apresentam-se por meio das folhas amareladas.

Figura 2 – Imagens do diário de classe da estagiária Dalva Inês Fabbrin, normalista da 1ª turma, em 1965, no grupo Escolar Professora Maria Edith Selbach



Fonte: Acervo pessoal de Dalva Inês Fabbrin

A análise do diário traz à cena a experiência de estágio do Curso Normal, por meio da observação e reflexão das práticas descritas pela então futura professora, estudante do Curso Normal em Vila Barão, no município de Montenegro. O intuito era perceber quais narrativas desse estágio foram selecionadas para registro e compreender o que os diários preservam, o que dizem sobre a experiência de estágio, sobre a formação vivida no curso e aplicada no estágio, que foi realizado na turma de 2º ano do Grupo Escolar Professora Maria Edith Selbach. Percebo, pois, os diários de estágio como fontes documentais para a História da Educação e a História da Cultura Escrita, por serem parte vívida da cultura escolar, documentos que representam práticas cotidianas do fazer escolar, materializados nesses suportes de escrita.

Assim, a análise documental permite tecer algumas observações, ao se localizarem os protocolos a serem seguidos na escrita e as escolhas curriculares para o 2º ano, evidenciadas pelas práticas pedagógicas desenvolvidas, muitas vezes pautadas na repetição e memorização. Pelo exame dos documentos, observaram-se a formalidade e a organização dada pelas unidades de ensino e planejamentos, permeados por tons de religiosidade e nacionalização do ensino. A descrição dos planejamentos é feita de forma manuscrita, com canetas em cores azul e rosa, e elementos religiosos e decorativos demonstram capricho, organização e obediência às normas do estágio, aos horários estabelecidos e ao segmento da proposta curricular.

Os registros no diário de classe e no diário de comprovante das aulas registradas pelos alunos apresentam a estrutura organizacional dos planejamentos solicitados pelos professores do Curso Normal. O diário de classe do 2º ano contém, na sua abertura, a identificação “Diário de classe do 2º ano – 1965” e se apresenta como um comprovante pedagógico para compor a avaliação da aluna. Sendo um instrumento avaliativo, movia os esforços da estagiária no que diz respeito à apresentação estética, ao cuidado, aos aspectos decorativos, às fontes e à caligrafia.

Na sequência das páginas, há uma mensagem intitulada “Senhor” seguida da imagem de uma santa e de uma oração. A mensagem inicial, como uma prece, anuncia o lugar e a importância da religiosidade para a futura docente. Essa ideia se renova, no decorrer das páginas, ao localizarmos várias colagens de imagens de santos. A seguir, constam os nomes dos alunos, separados por sexo. As atividades passam a ser registradas a partir do dia 2 de agosto de 1965, quando há um relato sobre a experiência e as expectativas da estagiária quanto ao que estava por vir.

Nos primeiros dias de aula, a estagiária desenvolveu atividades de sondagem, iniciando sempre seu planejamento no diário com a frase “O que fazer?”. Após a sondagem, consta a primeira unidade, intitulada “Papai”. As unidades seguem uma ordem de apresentação com os seguintes itens: identificação; unidade de trabalho; justificativa; objetivos gerais; objetivos específicos; áreas do conhecimento; fixação; material didático; atividades a desenvolver; e verificação. Ao todo, foram aplicadas cinco unidades, distribuídas de agosto a dezembro de 1965, e, em cada uma delas, foram exploradas as mesmas áreas do conhecimento, como consta no Quadro 1.

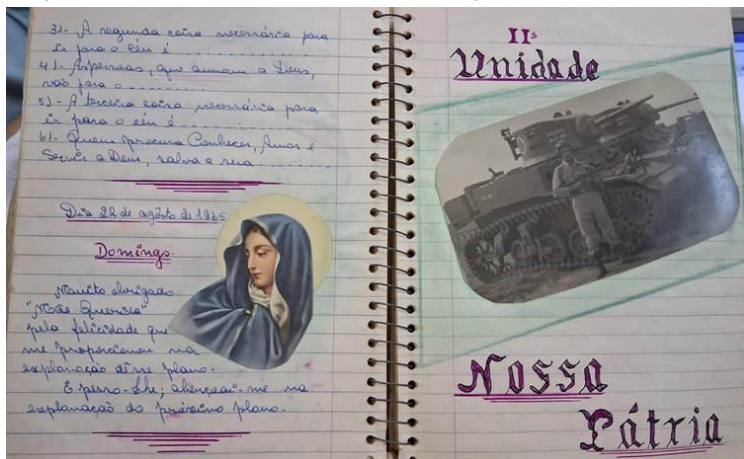
Quadro 1 – Unidades e áreas de conhecimentos aplicadas no estágio em 1965

Temas das unidades	Áreas do conhecimento
Papai	Linguagem, matemática, estudos sociais, ciências naturais, religião, trabalhos manuais, desenho, educação física, música
Nossa Pátria	
A primavera	
A criança	
O Natal	

Fonte: produzido pela autora a partir do diário de estágio de Dalva Inês Fabbrin

O tema das unidades está vinculado às datas comemorativas. As propostas desenvolvidas nas unidades e áreas de conhecimento foram homogêneas, descritivas e mais tradicionais.

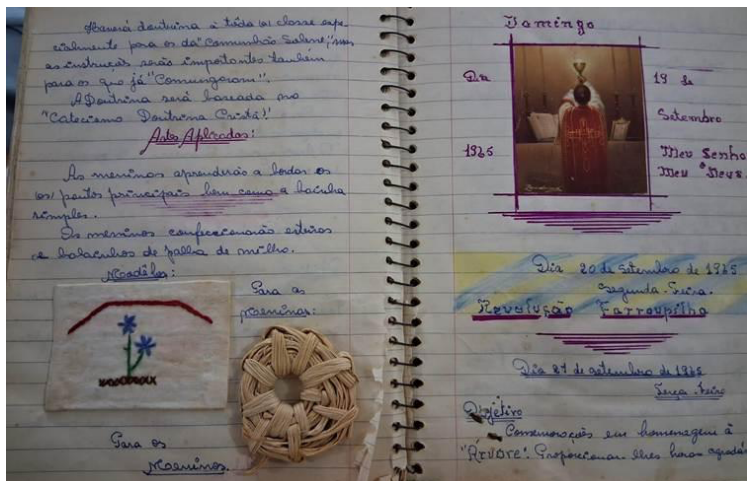
Figura 3 – Diário de classe de 1965 da estagiária Dalva Inês Fabbrin



Fonte: acervo pessoal de Dalva Inês Fabbrin.

No diário, constam páginas com frases motivacionais e 15 imagens de cunho religioso, acompanhadas de frases ou trechos de orações.

Figura 4 – Imagens do diário de classe de 1965 da estagiária Dalva Inês Fabbrin



Fonte: acervo pessoal de Dalva Inês Fabbrin

Na Figura 4, observam-se as práticas de aula de arte, com trabalhos manuais diferenciados para os meninos e as meninas. Meninas aprenderam a bordar, já os meninos fizeram uma flor com palha, trazendo indícios das atividades separadas por gênero. As práticas desenvolvidas apresentam aspectos da formação ministrada e idealizada pela formação ao longo do Curso Normal e pela percepção da estagiária, constituindo as culturas escolares que se formaram durante a profissionalização docente. Vinão Frago (1995, p. 68-69) destaca que a escola possui culturas escolares expressas em um conjunto de aspectos em torno de si, em diferentes níveis, e questões de diferentes ordens e aspectos, assim como entende “as práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar, objetos materiais, funções, usos, espaço, materialidade física, simbologia, [...]. Alguém dirá: tudo. E é certo, a cultura escolar é toda a vida escolar: feitos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer”.

Os registros dos diários, da estrutura organizacional aos aspectos decorativos, apresentam-nos elementos das culturas escolares produzidas e das representações criadas como forma de constituir a História da Educação.

Considerações finais

Faz-se necessário considerar o diário de estágio como uma forma de rastrear o passado e a História da Educação e as diferentes tipologias de fontes documentais, conforme a temática “Acervos, Memória e História”. Com relação à representação das docentes, os registros sinalizam a valorização do professor como alguém digno, que se portava assumindo boas condutas e prezava o ensinar por meio do exemplo. Civilizado, seguindo as normas, era respeitoso e respeitado, uma autoridade do saber.

Ao analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas no período de estágio de uma das normalistas da Escola Normal Assunta Fortini, em Barão – RS, no ano de 1965, constatou-se que, de acordo com o percurso da formação docente, a primeira turma obteve um ensino mais tradicional, com falta de recursos. Como resultado, as práticas de estágio seguiram esse modelo tradicional e primavam por valores sociais, morais e religiosos propostos na Escola Normal Assunta Fortini, espaço destinado à formação de professores, em consonância com os ideais das prescrições legais e as orientações do setor de estágio daquele espaço e tempo.

Referências

- BENTO, A. Escolano. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996. 2 v.
- CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/282>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.
- LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES DE ESTÁGIO DE 1965. Acervo do IEE Assunta Fortini. Barão/RS, 1965.
- LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES DE COMISSÃO DE ESTÁGIO DE 1965. Acervo do IEE Assunta Fortini. Barão/RS, 1965.

NÓVOA, Antonio; FINGER, Matthias. **O método (auto) biográfico e a formação**. São Paulo: Paulus, 2010.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação**: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria. **História das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011.

VIÑAO FRAGO. Fracasan las reformas educativas? *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (org.). **Educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 21-52.

Educação Indígena Kaingang: mediações, histórias e memórias (Canela – RS)

*Maria Laura Brito Ortis¹⁹
Terciane Ângela Luchese²⁰*

Introdução

Este artigo é o resultado de uma pesquisa mestrado recentemente concluída, a qual abordou a Educação Indígena Kaingang, em especial analisando um grupo do povo Indígenas Kaingang Konhún Mág que vive em Canela, Rio Grande do Sul, na reserva Floresta Nacional (FLONA) do IBAMA. Com intuito de investigar as mediações, as histórias e as memórias das práticas educativas vividas nesse local, foi construída a pesquisa que, em síntese, apresenta-se nestas páginas.

Uma das dificuldades enfrentadas por esse grupo é não ter uma escola própria, além da falta de professores indígenas capacitados que possam, diante da política educacional nacional, aplicar os conhecimentos e os conteúdos específicos à realidade dessa pequena aldeia.

Perante essa preocupação, bem como das práticas culturais indígenas da pequena aldeia, é que proponho a análise da preservação das práticas educativas culturais das

¹⁹ Mestra em Educação, Universidade de Caxias do Sul. Indígena do Distrito de Iauaretê, do município de São Gabriel da Cachoeira – Amazonas. A etnia Tariano, cujo significado é “filhos do sangue do trovão”, DIAPÓ DIROÁ MASÍ, de origem Aruak, tem hoje a imensa maioria dos Tariana falando a língua Tukano. Meu nome indígena é KUMATAHRO, e minha língua materna é Tukano. E-mail: mariabrito051979@gmail.com

²⁰ Professora da Universidade de Caxias do Sul e orientadora do estudo. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7640634913198342>. E-mail: taluches@ucs.br

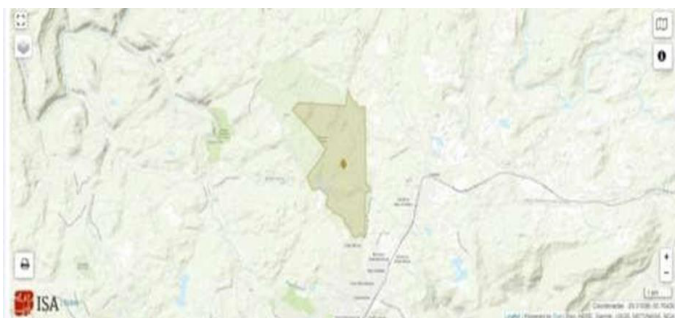
tradições indígenas e o significado da rememoração das mesmas tradições no século em que vivemos.

Considerando o meu vínculo cultural indígena e minha atuação na escola, desejo contribuir com um estudo sobre os Kaingang – suas histórias, memórias e práticas culturais – que habitam o território na Floresta Nacional do IBAMA, em Canela, Rio Grande do Sul.

A princípio, as culturas indígenas dentro e fora da escola podem ser incorporadas como uma forma de aprendizagem com suas histórias e vivências. Para isso, é necessário a construção desse processo a partir de uma pesquisa mais abrangente e a análise de quais são as mediações pedagógicas que podem contribuir para a vivência da cultura e educação indígena.

Para compreender a delimitação espacial do campo investigativo, menciona-se que o grupo habita a Floresta Nacional, localizada no Bairro Ulisses de Abreu, anteriormente denominado Tiririca, no município de Canela, Rio Grande do Sul, conforme as Figuras 1,2 e 3.

Figura 1-2 – Mapa da visão real e localização da Floresta Nacional de Canela – RS



Como me disponho a compreender as memórias e as histórias que se vinculam hoje à cultura do grupo específico, julgo importante explicitar um pouco esses conceitos, mesmo considerando necessário, na continuidade da pesquisa, aprofundar os estudos e as leituras.

Um dos conceitos centrais mobilizados nesta pesquisa é o de memória, elemento fundamental para a compreensão das narrativas produzidas pelos participantes. Conforme argumenta Pollak (1992), nas pesquisas baseadas em história oral – especialmente aquelas que utilizam entrevistas de história de vida –, o material obtido corresponde, em grande medida, a memórias individuais. Quando as entrevistas são realizadas em grupo, essas narrativas podem adquirir um caráter mais coletivo. O desafio metodológico, portanto, consiste em estabelecer critérios rigorosos para a interpretação desse conjunto de lembranças, reconhecendo tanto sua subjetividade quanto seu potencial de revelar experiências sociais mais amplas.

Halbwachs (2006, p. 14), quando relata as memórias coletivas, ajuda a situar a aventura pessoal da memória:

[...] a sucessão dos eventos individuais, da qual resultam mudanças que se produzem em nossas relações com os grupos com os quais estamos misturados e relações que se estabelecem entre esses grupos. Proust não nos deu uma descrição dessa busca, por vezes lúcida e angustiante; ele vê se afastarem as lembranças mais íntimas (a imagem de sua avó, de sua mãe, de albertine), com tanta inquietude, que carrega com uma emoção presente a constatação implícita da distância que o separa daqueles que ele ter perdido, mas seu ser “histórico” contradiz o ser íntimo que ele trai necessariamente socializando-se.

É importante ressaltar que as lembranças destacadas em primeiro plano na memória de um grupo social são aquelas que foram vivenciadas por uma maior quantidade de integrantes desse grupo. Existe, então, uma estreita relação entre memória coletiva e memória individual.

Quanto à memória individual, diz Maurice Halbwachs:

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (Halbwachs, 2006, p. 72).

Por isso, podemos afirmar que as memórias podem se basear em fatos reais ou não. O processo de constituição das lembranças dá lugar a invenções, confusões, imprecisões, projeções e incoerências, o que pode ocorrer de modo deliberado ou não, envolvendo ainda silêncios e esquecimentos, que se dão de modo consciente ou inconsciente.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto (Pollack, 1989, p. 6).

Este artigo é de cunho qualitativo, contempla a metodologia da História Oral, com o intuito de escutar e valorizar os indígenas – de modo especial os Kaingang – incluindo a oralidade, os costumes, a cultura e a tradição. O conhecimento a respeito desses aspectos é repassado de geração em geração por meio da oralidade, assim, os mais antigos transmitem os mitos, os modos de vida, os ensinamentos sobre as tradições e a língua Kaingang. No século XXI, percebe-se a preocupação dos Kaingang em registrar, a partir da escrita, a memória ancestral, visto que os mais antigos, conhecidos como bibliotecas vivas, estão com tempo cada vez mais exíguo, de forma que se torna urgente a realização de registros, para que não se percam as histórias dos indígenas.

Outra preocupação dessa população é o contato com os não indígenas e a inserção da escrita no ambiente escolar

e no seio da comunidade. Nesse contexto, muito da cultura está sendo reelaborada, adaptando-se também a essa modalidade de transmissão do conhecimento, oriunda do mundo ocidental, escolarizada. Os relatos registrados em livros e artigos sobre a história do povo Kaingang possibilitam às gerações futuras o acesso ao conteúdo de sua oralidade, como já acontece em inúmeras publicações realizadas por nós indígenas, bem como por teóricos não indígenas que trabalharam noções de educação diferenciada.

Entender que o caminho de volta aos conhecimentos tradicionais está próximo é o mesmo que encontrar resposta para o problema de pesquisa, ou seja, é fazer reverência ao ensino não escolar que possibilita registrar saberes a partir da escrita, bem como a conclusão da Dissertação. A imagem 4, marca o momento de diálogo da autora com as mulheres indígenas Kaingang Marlene Salvador e Juliana Lopes.

Imagem 4 – Diálogo da autora com as mulheres do grupo Kaingang.



Fonte: acervo pessoal.

A presença indígena no território que hoje chamamos de Brasil é muito antiga. No caso do Rio Grande do Sul, as pesquisas sinalizam para o povoamento ao longo de doze milênios (Kern, 2009). Na dissertação de Braga (2015), reconhece-se que

O indígena era visto como um sujeito sem história pela historiografia brasileira. E a matriz teórica deste pensamento, que tem suas origens no século XIX acabava condenando o nativo brasileiro ao desaparecimento e seus principais fundadores foram os pioneiros da historiografia no Brasil. Essas ideias encontraram espaços em setores da sociedade, se cristalizaram ao longo das décadas e ainda hoje se fazem presentes (Braga, 2015, p. 15).

Nos séculos passados, o povo Kaingang teve, sistematicamente, seus territórios diminuídos, ocupados pela colonização. Durante o processo, houve muita resistência em defesa de suas terras, talvez porque seja um povo que, mitologicamente, explica a sua origem vinda da terra.

A tradição dos Kaingang afirma que os primeiros da sua nação saíram do solo; por isso têm cor de terra. Numa serra, não sei bem onde, no sudeste do estado do Paraná, dizem eles que ainda hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea; essa parte se conserva até hoje lá e a ela se vão reunir as almas dos que morrem, aqui em cima. Eles saíram em dois grupos chefiados por dois irmãos, Kayrú e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe consigo um grupo de gente. Dizem que Kayrú e toda a sua gente eram de corpo delgado, pés pequenos, ligeiros, tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamê e seus companheiros, pelo contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos e resoluções (Gaudêncio, 2012, p. 108).

Na mitologia Kaingang, dois irmãos são primordiais: Kamê e Kajru. Juntos, produziram não apenas divisões entre a humanidade, mas também divisões entre todos os seres do cosmos: o Sol é Kamê, e a Lua é Kajru; o Jémũje (lagarto) é Kamê, o Kajêr (macaco) é Kajru; persistência é

Kamê, inovação é Kajru; objetos compridos são Kamê, objetos redondos são Kajru; Fág (pinheiro) é Kamê, Kēnhkórá (Grápia) é Kajru. Assim, todos os seres (animais, vegetais, celestiais), objetos, relações, sentimentos e formas estão ligados à ancestralidade Kamê ou Kajru.

Comunidade Indígena Kaingang da Serra Gaúcha

O processo de migração possibilitou e fez surgir grandes transformações na vida e cultura dos povos indígenas na serra Gaúcha.

Por ser uma região que recebeu milhares de imigrantes europeus desde 1824 até o início do século XX, é altamente povoada e possui centros urbanos significativos, tanto na bacia do Guaíba, nos Vales e na Serra. No processo de constituição da sociedade brasileira nessa região, a história dos povos indígenas que ali habitavam e ainda habitam é comumente esquecida. Isso é particularmente grave em relação aos povos Jê, os Kaingang e Xokleng.

Os Kaingang da aldeia Konhún Mág estão organizados em torno desse passado. Estão conscientes da legislação e lutam junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) pela demarcação da terra indígena, contudo, sempre fazem questão de frisar que a legislação é um processo do colonizador, pois o seu território é constituído por marcas e vínculos que foram elaborados ao longo de gerações. A essência desse espaço está no espírito dos seus antepassados, independentemente de decisões judiciais que tentam apagar a sua História e Geografia.

Vale salientar que, apesar da perda desses referenciais, o amplo território tradicional Kaingang permanece vivo nas memórias e no imaginário desse povo indígena. Nesse sentido, as diversas retomadas territoriais recentemente

efetuadas por coletivos Kaingang convergem para a reapropriação de espaços de uso ancestral, feito a Floresta Nacional de Canela. Esta, conforme a história oral dos indígenas, há muito tempo é habitada por sua comunidade.

O cacique Vên Tanh (Mauricio) afirma que:

Na Floresta Nacional, os espíritos dos Kaingang estão presentes e os guiam, através dos sonhos, para dentro de parcelas de seus territórios ancestrais, os espíritos dos antepassados assassinados no Poço dos Caixões, neste território, através dos kujá (lideranças políticas-espirituais) os chamaram de volta, em sonho, e orientaram a liderança a retornar ao território do qual tinham sido expulsos a finais do século XIX. Aqui existia um território tradicional, o Kaigang, e se dava o nome, na época, de o Konhún Mág, que é a erva pequena, e que é o nome hoje que a gente deu para o nosso posto de saúde. Então, nesse território, o Konhún Mág, ele era uma das comunidades, como a gente mencionou antes (Vên Tain – Mauricio, 20/03/2024).

No local, ainda habitam poucas famílias. Todavia, segundo o Cacique Mauricio, deseja-se constituir uma comunidade grande. Os que vivem na Terra Indígena dedicam-se à confecção e à venda do artesanato, que faz parte da rotina diária do grupo. Seu comércio auxilia nas despesas dos moradores, e o artesanato carrega com ele a história e a cultura de seus produtores.

A educação dentro das terras indígenas é – sempre importante lembrar – um processo amplo, contínuo ao longo do tempo. Sabemos que a escola é uma instituição que congrega grandes relevâncias na modernidade em sociedades ocidentais. Também, consagrou-se como um espaço principal de socialização da pessoa e de aquisição de conhecimentos relevantes para inserção do indivíduo no mundo do trabalho.

Notzold (2012, p. 17) afirma que

A educação indígena nas comunidades é um compromisso social, pois o conhecimento tem que ser útil para garantir a sobrevivência do grupo, para o bem estar comunitário.

Assim o é em relação a tudo o que se passa dentro da comunidade/aldeia. Todos são responsáveis pela educação das crianças, todos têm o compromisso de ensinar e aprender.

Os processos de aprendizagem, no entanto, do povo indígena foram subestimados e considerados invisíveis aos olhos dos portugueses desde a sua chegada, no século XVI, e durante o período colonial. Com isso, houve um processo desagregador para os indígenas, que destruiu as formas tradicionais de educação. Essa prática se fez presente ao longo do processo de construção do Brasil, ora com missões religiosas, ora com órgãos protecionistas do Estado (Serviço de Proteção de Índios – SPI e Funai) ou organismos estatais de formulação de Políticas Públicas.

Notzold (2012, p. 17 *apud* Rosa, 2009, p. 63) ensina que:

A escola se faz presente nas comunidades indígenas com trajetória histórica singular, mas características semelhantes. Pensar-se a educação não é apenas como valor cultural e étnico, mas do ponto de vista do ensino, da educação institucionalizada pela escola e que teoricamente contempla os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Na história milenar dos povos indígenas, a escola é uma instituição relativamente recente e exógena.

Em algumas aldeias, a escola está presente desde o início do século XX, quando era responsabilidade do SPI. Após a extinção desse órgão, ela passou a ser responsabilidade da Funai, entretanto, continuou com o objetivo de gradativa assimilação e integração dos povos indígenas à comunhão nacional.

Nesse processo, a instituição escolar passa a se constituir como um meio de acesso à sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais e ainda como um espaço de luta e diálogo para garantia de direitos. É uma forma de revitalização linguística, para o fortalecimento cultural,

para a construção de projetos futuros, especialmente para interlocução com o mundo fora da aldeia.

É importante lembrar que, no conhecimento tradicional, cada coisa existente – seja ela uma pedra, uma árvore, um rio ou um ser humano – é possuidora de um espírito que a anima e a mantém viva, nada escapa disso. Também, considera-se que é preciso reverenciar a Terra como uma grande mãe, a qual nos alimenta e acolhe; ninguém foge do seu destino.

O aprender de crianças indígenas ocorre por meio das brincadeiras, no imitar o que os adultos fazem. Essas práticas para a boa educação iniciam-se muito cedo, ainda durante a gestação, mediante procedimentos que a mãe deve adotar para que a criança nasça saudável e forte para enfrentar a vida na terra.

O início de todo ensinamento é dentro da nossa habitação, dentro da casa. Dali que já tem que sair um pouco dessa base desse ensino. O que a gente percebe das escolas não indígenas é um ensinamento diferenciado. Não é esse ensino que a gente vai estar ensinando para os nossos filhos, mas ensinando o meu filho a ajudar o amigo mais próximo, a prender a fazer um artesanato. Aprender a usar as ervas medicinais. Aprender a cuidar bem da natureza. Respeitar mais os velhos. Sim, respeitar os velhos, respeitar o abrigo. É um ensinamento de respeito com todo mundo. É isso que a gente busca (Vên Tain Salvador – Maurício, 20/03/2024).

Ressalta-se que a cultura indígena é ensinada e aprendida em termos de socialização integrante. Nesse processo, a cultura atua sobre os membros da sociedade para criar indivíduos que possam conservá-la, principalmente no que se refere à língua materna. Tais saberes são transmitidos durante as atividades do dia a dia ou em momentos especiais, como os rituais e as festas.

Na convivência com os mais velhos, aprende-se o jeito certo de se comportar e de se relacionar com todos da

família e do grupo. Dessa forma as crianças aprendem, quem são as pessoas que devem ser tratadas como irmãos e irmãs, como tios e tias, com quem poderão se casar no futuro. Desse jeito entendemos a importância em viver na comunidade, dentro da aldeia (Alexandre Tomas Pereira²¹, 2024).

A mediação cultural se estabelece como diálogo, conexão e troca entre gerações para a aprendizagem e construção identitária na continuidade da vida e da tradição. Na cultura Kaingang, ao longo dos tempos, assim como para outros povos indígenas, foram criadas formas de educação baseadas na sua tradição, articulando e dando significado às suas percepções culturais junto às crianças das comunidades. Os ensinamentos dos Kaingang para as crianças foram sempre para garantir sua autonomia.

Memórias e vivências das práticas tradicionais

A voz da ancestralidade está presente nas histórias que rememoram os antepassados, porque trazem costumes e ensinamentos de vida transmitidos de geração a geração. Diante disso, os avós indígenas são considerados figuras de respeito importantes para os povos originários, pois os anciãos resgatam as memórias. Os conhecimentos ancestrais também são transmitidos pelo caminho, uma vez que, em cada etapa da trajetória, novos conhecimentos são adquiridos.

O relacionamento dos povos indígenas com a natureza e com a terra foi baseado no equilíbrio e no respeito, aspecto que difere significativamente do modo de exploração desenfreada que caracteriza as sociedades capitalistas, para as quais as terras e os recursos naturais são vistos como bens para consumir, mesmo que isso signifique destruir. Na concepção da maioria dos povos, a terra é mãe, e como tal

²¹ As falas de Alexandre Tomas Perrira presentes neste estudo foram extraídas de entrevista concedida em 15/05/2024.

precisa ser cuidada e protegida. Os Kaingang, por exemplo, alicerçam seus modos de vida na terra, porque é dela que se faz toda a existência e sobre ela residem todas as coisas, inclusive as espirituais.

Pode-se perceber que as matas são importantes, devido à espiritualidade dos ancestrais que se manifesta a partir dos cosmos da natureza, com intuito de aconselhar sobre os melhores percursos para os povos originários.

A singularidade do povo Kaingang, surgido do interior da terra, como descreve simbolicamente Nötzold (2006, p. 25), “está em pequenos gestos, como a atenção e o respeito com os mais velhos, com as crianças e com a natureza. Está nas histórias contadas por nossos Kofa ag, em nossos ritos, em nosso jeito de estar no mundo”. Então olhar para a nossa cultura, seja ela material ou imaterial, significa conhecer as singularidades daquilo que compartilhamos, o que nos diferencia de outros povos e da sociedade não indígena.

O surgimento do povo Kaingang, de acordo com Nötzold (2006, p. 23), deu-se da seguinte forma:

Segundo os mais velhos (Kofa ag), na terra ainda não existia o ser humano. Certo dia, bem de manhãzinha quando o sol estava nascendo, a terra se abriu formando um buraco e nasceu um grupo, olharam e viram o arredondado do sol e deram o nome de kanhru. À tarde, quando o sol estava se pondo, a terra tornou a se abrir, formando outro buraco e nasceu outro grupo, que olharam e viram os raios de sol e deram o nome do grupo de kamé. Esses dois grupos se uniram e estão vivendo até hoje e por isso o povo Kaingang tem a cor da terra.

Entende-se que preservar a natureza é essencial para os indígenas, pois existe uma conexão de afeto e respeito com o lugar sagrado. O espaço natural é considerado como família, e a relação dos com ele, ao fazerem uso dos seus recursos e dos seus bens da natureza, é de respeito. Contudo, as pessoas que estão divorciadas dessa conexão não têm qualquer

compromisso com os aspectos sagrados da natureza, por isso, extraem dela os recursos de forma irracional. Enfatizo que a natureza é para todos, mas não pode ser exaurida de modo predatório. Nesse sentido, Krenak (2019, p. 44) argumenta que:

Somos alertados o tempo todo para as consequências dessas escolhas recentes que fizemos. E se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir nossa mente para alguma cooperação entre os povos, não para salvar os outros, para salvar a nós mesmos.

A organização social Kaingang, segundo Nimuendajú (1993, p. 59), caracteriza-se pela existência de metades concebidas idealmente como exogâmicas, denominadas kamé e kairu, existindo entre elas uma relação assimétrica e complementar, a metade kamé sendo considerada primeira, porque possui “mais força” que a metade kairu. Cada metade comporta uma subdivisão ou seção: os veineky e os votôro, associados respectivamente aos kamé e aos kairu. Uma criança pertence automaticamente à metade de seu pai e deve em princípio casar-se na outra metade, embora, hoje em dia, observa-se cada vez menos a regra da exogamia. Para entender essas características dos irmãos ancestrais expõe-se que a metade Kanhru é de caráter fúgado, tem o corpo esbelto e leve, é capaz de decisões rápidas, no entanto, é instável. Já a metade Kamé é pesada tanto de corpo como de espírito, mas é perseverante.

Ressalto aqui, como em todas as culturas indígenas, na minha cultura também segue-se essa mesma perpetuação, a etnia do pai. Tanto homens quanto mulheres são batizados com o nome indígena paterno. Assim, conserva-se a linhagem da sua etnia. Para preservar a própria cultura, entra a questão do casamento. Na cultura Kaingang, para casar, é necessário ser de metades ou de marcas diferentes, ou seja, kamé só pode se casar com kanhru e vice-versa, ainda

que excepcionalmente aconteçam casos em que as mesmas metades se casem. O casamento entre duas metades iguais é considerado incesto: como se fosse uma relação entre parentes, não necessariamente por serem consanguíneos, mas devido à marca com que são identificados.

O relacionamento, casamento, tem que ser Kamé com Kairu. Tem que ser oror com oratei, daí. Pra sair bem o casamento. Porque Kamé com Kamé, daí já não dá certo. Praticamente, tá casando com irmã ou com irmão. E para o casamento dar certo tem que ser até com o roror, que é o meio cairudo. A gente já cresce sabendo a marca da gente. Se eu sou um homem, o pai me ensinou que eu não posso perder a risquinha. Não posso mudar, porque aquilo lá já vem de nascença. Eu não posso mudar minha marca. Se eu sou risquinha, eu não posso dizer que eu sou a bolinha. Aí não vai dar certo. Porque o parentesco já sabe a minha marca. É isso aí que a gente não pode perder. Já é uma coisa que faz parte da cultura da gente. Que a gente tem que preservar muito isso daí (Pêjó Juliana Lopes²², 2024).

Sabemos que, durante séculos, comunidades indígenas e locais do mundo todo adquiriram, usaram e transmitiram para novas gerações conhecimentos tradicionais. Estes centram-se em seus modos de existência: cosmogonia, natureza, oralidade, memória e sonhos, pois, na ciência indígena, o conhecimento é apreendido por meio da conexão astral sobre a natureza.

Os intelectuais da cultura ocidental escrevem livros, fazem filmes, dão conferências, aulas nas universidades. Um intelectual, na tradição indígena, não tem tantas responsabilidades institucionais, assim tão diversas, mas ele tem uma responsabilidade permanente que é estar no meio do seu povo, narrando a sua história, com seu grupo, suas famílias, os clãs, o sentido permanente dessa herança cultural (Krenak, 1992, p. 1).

Portanto, “os saberes nos atravessam em qualquer latitude, todas as culturas, todos os povos, todos os corpos são veículos, são potências de afetação no campo das ideias,

²² As falas de Pêjó Juliana Lopes presentes neste estudo foram extraídas de entrevista concedida em 15/05/2024.

da criação e, no meu entendimento, é isso que constitui saberes” (Krenak, 2021, p. 159).

Ainda sobre a sabedoria indígena:

Devemos nos inspirar e acreditar em nossas sabedorias ancestrais para orientar um viver humano em harmonia com a cosmogênese, baseada na equivalência de culturas e cosmovisões, na nossa sabedoria de intimidade e participação no funcionamento do mundo natural; na sabedoria das mulheres em unir conhecimento do corpo com o da mente, da alma com o do espírito, a intuição com a razão, a consciência com o conhecimento intelectual (Baniwa, 2008, p. 32).

Os conhecimentos vieram da necessidade de adaptação ao ambiente em que vivem, dos saberes dos antepassados e da sua troca com outros povos e comunidades.

Quando um indígena Kaingang entra na floresta ou no mato, precisa pedir permissão para os espíritos Nân tã e respeitar seus territórios, assim não correrá nenhum risco, como, por exemplo, de se perder e ficar vagando, sem saída. De acordo com Ferreira (2024, p. 8): “muito respeito é quando indígena Kaingang vai tirar remédios para fazer seus rituais de cura: antes de cortar, tirar a raiz, folhas, casca da árvore, precisa conversar com ela, relatando a sua importância para fazer a cura, num gesto de respeito com a ancestralidade presente na natureza”. Nessa relação, não existe uma separação entre homem e natureza, numa resistência ao dualismo novo e radical que separa a natureza da sociedade, o corpo da razão.

Para os Kaingang, toda educação, em primeiro lugar, vem de casa. As crianças indígenas, aprendem muita coisa com seus pais e parentes mais próximos, como os irmãos e os avós. Os conhecimentos são transmitidos durante as atividades do dia a dia ou em momentos especiais, durante os rituais e as festas.

Todos os meus ensinamentos passaram pela minha mãe. E claro que meu pai também me ensinou boas maneiras. Mas a minha educação, principalmente como eu nasci e vivi na aldeia, foi... 80% eu diria que foi passado pela minha mãe. E o meu pai complementava os outros 20%. Eu valorizo bastante na minha cultura a língua materna falada, as comidas típicas, os rituais, as danças, as ervas medicinais. Tudo relacionado à minha cultura Kaingang eu valorizo muito (Josemari da Silva Corrêa²³, 2024).

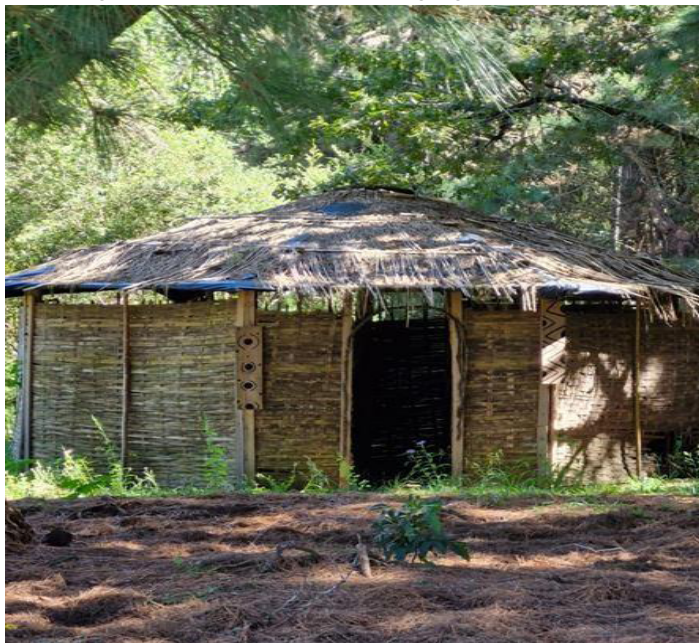
Aprende-se, por conseguinte, pela convivência com os mais velhos, o jeito certo de se comportar. Aprende-se a respeitá-los e a se relacionar com todos da família e do grupo. Dessa forma, as crianças desenvolvem a compreensão de quem deve ser tratado como irmão e irmã, como tio e tia e de com quem poderão se casar no futuro. Com isso, vão entendendo qual a sua importância na comunidade.

Meus pais me educaram muito bem, mas me educaram mais o respeito. Respeito para o mais velho, respeito para o mais jovem. Me ensinou. A educação que ele me deu foi muito importante para mim, por isso que eu cheguei tão longe até aqui (Vén Kág – Alexandre Tomás, 2024).

Para passar esses conhecimentos, cada cultura tem uma casa que se chama a casa do saber, maloca do saber ou casa da reza. O local é um importante espaço de aprendizagem na aldeia, visto que, nele, os indígenas ouvem os mais velhos, aprendem sobre sua cultura e recebem os conselhos dos pajés. É nesse espaço que ocorre a comunicação com o mundo espiritual, havendo as revelações, ou seja, os conhecimentos e as informações enviadas pelo mundo espiritual. Por essa razão, a casa de reza é vista como a primeira escola, lugar onde se aprende a ser e a estar no mundo de acordo com a cultura.

²³ As falas de Josemari da Silva Corrêa presentes neste estudo foram extraídas de entrevista concedida em 15/05/2024.

Imagem 5 – Casa de reza dos Kaingang, em Canela – RS.



Fonte: acervo pessoal.

Portanto, as práticas culturais são dinâmicas e se caracterizam por sua dimensão coletiva. Porém, elas vêm sofrendo transformações, em decorrência de que, nesta terceira década do século XXI, há poucos momentos de vivências entre pais e filhos.

Considerações finais

Diante das experiências com o grupo de indígenas Kaingang da aldeia Konhún Mág, em Canela, nos momentos das entrevistas, pude perceber que, mesmo sendo ainda um grupo com poucas famílias, são muito unidos, principalmente quando se fala de manter a cultura dos Kaingang viva, das suas tradições e da preservação das memórias de suas ancestralidades. Para eles, o território tradicional é sa-

grado, e tudo é diferente em comparação com outros lugares ocupados pela população não indígena

Eu, como pedagoga indígena e pesquisadora, com a experiência que tenho na educação, destaco a importância da questão indígena, que precisa ser vista como uma pauta nacional. Trata-se de uma existência que não pode ser invisibilidade e apagada. Ela precisa ser respeitada em suas próprias formas de existência, de pensar e de viver a cultura, as quais estão ancoradas na ancestralidade. Para os indígenas, a legislação garante o direito sobre o território onde habitam.

Diante disso, cabe pensar como inserir as políticas públicas voltadas à educação indígena em sala de aula, focadas na interdisciplinaridade, de acordo com a realidade da comunidade Kaingang, pois entende-se que o ensinamento já começa dentro das casas, no espaço de convívio, mas o desenvolvimento acontece dentro da escola indígena.

Acredito que a história do grupo de indígenas Kaingang continua, porque retornaram ao espaço (Floresta Nacional) que acreditam que os espíritos dos Kaingang estão presentes e os guiam. Como disse o Cacique Mauricio Vên Tain Salvador, é o lugar adequado para criar e educar os seus filhos e jovens, conforme as tradições e os valores culturais. Eu, como indígena, percebo que a nossa cultura é rica e diversa, porque cuidar das nossas tradições e manter as memórias dos nossos ancestrais é registrar conhecimentos que, aos poucos, estão sendo esquecidos.

Referências

BRAGA, Danilo. **A história dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002).** Terra Indígena Serrinha. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BANIWA, Gersem. Gersem Baniwa para as pessoas que sonham um outro Brasil. In: COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael (org.). **Cartas para o Bem Viver**. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2020. p. 25-35.

FERREIRA, Bruno. **Caminhos da ancestralidade**: a sustentação das existências epistemológicas Kaingang. Goiânia: Cegraf UFG, 2024. [E-book].

GAUDÊNCIO, Jéssica da Silva. **O saber indígena Kaingang**: historiografia, etnociência e educação científica. 2022. Tese (Doutorado em História das Ciências e Educação Científica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KERN, Arno Alvarez. Pré-História e ocupação humana. In: KERN, Arno Alvarez; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau. **Povos indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009. p. 15-61. 5 v.

KRENAK, A. Antes, o mundo não existia. In: Vários autores. **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KRENAK, A. Casa como um corpo vivo. In: OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao Machado de; WUNDER, Alik (org.). **Casa dos saberes ancestrais**: diálogos com sabedorias indígenas. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2020. p. 144–160.

NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (org.). **Ouvir memórias contar histórias**: mitos e lendas kaingang. Santa Maria: Palotti, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 3 set. 2023.

Pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira para compor a história de um professor público em Kronenthal

Mariane Fruet de Mello²⁴

Fernanda de Lemos²⁵

Considerações iniciais

Este estudo nasce com o objetivo de evidenciar a importância do acesso às plataformas digitais especialmente da Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada à Fundação Biblioteca Nacional, que disponibiliza aos pesquisadores acesso ao acervo digital de periódicos, jornais, revistas e outros documentos, de maneira livre e gratuita. Também, realizamos uma crítica em relação à preservação, manutenção e conservação dos arquivos públicos físicos. Ainda, destacamos que a motivação para mencionar especialmente a Hemeroteca Nacional, justifica-se por ter sido uma das plataformas digitais utilizadas por uma das pesquisadoras deste estudo, na sua trajetória metodológica durante o percurso do Doutorado, momento que pesquisou informações a respeito da atuação do intelectual Bernardo Petry, professor público em Kronenthal, atual São Sebastião do Caí, entre os anos de 1900 a 1930.

Para tanto, inicialmente serão tratados conceitos básicos a respeito da imprensa como fonte para a História da Educação, e, após, descreveremos as trilhas e os caminhos percorridos durante a elaboração da investigação, demons-

²⁴ Doutora em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS).

²⁵ Doutoranda em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS).

trando as possibilidades de busca na plataforma e ilustrando o procedimento adotado para localizar documentos nos periódicos disponíveis na hemeroteca.

Este estudo não tem a pretensão de abordar de forma pormenorizada a imprensa, mas, sim, elucidar alguns conceitos necessários que visem contribuir para a nossa compreensão a partir deste veículo de comunicação que produz relações com a sociedade nacional.

Há, portanto, estudos que informam que a imprensa brasileira nasce em 1808, porém existe uma divergência quanto ao local e ao jornal, pois Sodré (1999) informa que o primeiro jornal nacional teria sido a Gazeta do Rio de Janeiro, sendo impresso em setembro de 1808. Entretanto, Martins e Luca (2013) indicam que a imprensa brasileira nasceu com a publicação do Correio Braziliense em junho de 1808, com sua publicação em Londres. Ainda de acordo com Martins e Luca (2013, p. 3), “somente em São Paulo foram registrados cerca de 1.500 títulos no fim do século XIX. Em geral, jornais simples com duas páginas, eles foram ganhando simpatia da população letrada”.

Há de ressaltar, portanto, que a imprensa se transfigura como fonte para diferentes estudos e pesquisas em algumas áreas do conhecimento humano, por isso, podemos deslocar da História da Imprensa para a História contada por meio da Imprensa, uma vez que, como percebido neste estudo, por ser um período distante da atualidade, ou seja, mais de cem anos, esta compreensão se esculpe como específica fonte acessível que proporciona subsídios para que o pesquisador se aproxime do panorama que investiga (Zicman, 1985).

Para tanto, Luchese (2014, p. 149) diz que: “Todos os documentos que nos chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação, construídos e preservados no tempo para as gerações futuras”. Por isso, a

busca pelos documentos vai além de pensar se o pesquisador irá utilizá-los ou não. Segundo Belusso (2020, p. 38), o encontro com esses materiais é o primeiro passo do processo de pesquisa, pois:

envolvem uma leitura atenta, uma nova seleção, categorização, interpretação do seu contexto de produção, atenção para o período histórico dessa produção, observação da posição que ocupa o produtor do documento, a quem é destinado, qual sua intencionalidade, sua circulação, sua materialidade, as relações que se podem estabelecer entre este documento e outros ou tensionamentos, tudo isso faz-se incumbência do historiador.

A pesquisa no acervo da Hemeroteca Nacional Digital

Compreendemos que todo documento permite a construção de uma nova narrativa histórica. As maiores adversidades encontradas pelo pesquisador, na História da Educação, são o acesso às fontes de pesquisa, devido à falta de existência de espaço para o armazenamento, a preservação e, principalmente, a conversão de documentos que chegam até o investigador.

Não podemos deixar de considerar o momento histórico que vivenciamos no Rio Grande do Sul, especialmente no mês de maio de 2024, com a maior tragédia climática registrada no estado, amplamente noticiada. Por isso, destacamos a utilização dos acervos e plataformas digitais em pesquisas na História da Educação.

O caminho de cada pesquisador é singular. Conforme Bica (2013, p. 31), a coleta é uma garimpagem que vai fazendo a pesquisa, dado que “Os procedimentos de coleta, de procura e de ‘garimpagem’ nos arquivos, estabelecem a costura dessa colcha de retalhos, alinhavados pelo problema da pesquisa e pela perspectiva da análise documental”.

Portanto, há de se considerar que, além das buscas na Hemeroteca, estas também ocorreram em diversos arquivos físicos no Rio Grande do Sul. Uma delas aconteceu no Museu Histórico do Município de São Sebastião do Caí, que foi um dos mais atingidos pela enchente na região. Devido à localização do Museu estar em uma região geográfica de maior altitude, não houve registro de que o local tenha sido atingido pelas águas, preservando-se, assim, o pouco de fontes físicas existentes e disponíveis para as futuras pesquisas.

No decorrer da investigação na Hemeroteca, partimos do nome do professor Bernardo Petry. Por se tratar de um intelectual que atuou como docente público no início do século XX, conforme evidências das poucas fontes documentais legíveis encontradas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, iniciamos as procuras na Hemeroteca na temporalidade de 1900 a 1930²⁶, como os descritores “Bernardo Petry”, seguido da expressão “Kronenthal²⁷”.

Ao investigar o professor Bernardo Petry, sob o ponto de vista da Hemeroteca Nacional, descrevemos o percurso realizado na plataforma a partir da busca textual pelo nome do docente, sem delimitarmos por periódicos, apenas pela temporalidade – entre os anos de 1900 a 1930 – e pelo local – Rio Grande do Sul. Para este estudo nos amparamos na compreensão de Le Goff (1990) acerca das fontes enquanto documento monumento, bem como Zicman (1985) e Luca (2005) para tratarmos o uso das fontes na historiografia brasileira.

²⁶ A temporalidade que permeou os anos de 1900 a 1930, se deu a partir das primeiras informações levantadas sobre a data de início de atividades do professor Bernardo que foi registrada em 1905 e também com a data de seu falecimento em 1928.

²⁷ Se refere ao nome que os primeiros moradores denominaram a localidade. Esse termo será melhor explicado no desenvolvimento do texto.

Nessa busca, individualizamos vários documentos interessantes, que fizeram pensar na atuação de Bernardo Petry não só na escola como um intelectual mediador, mas também na sociedade como um mediador cultural. Para melhor elucidar, demonstramos com a tela de acesso à Hemeroteca, conforme Figura 1.

Figura 1 – Layout da página

Fonte: Hemeroteca Nacional Digital (2025).

Ao iniciar a pesquisa na Hemeroteca, selecionamos o período de 1890 a 1899²⁸, local Rio Grande do Sul, sendo marcada a opção “todos os periódicos” e, entre aspas, o termo “Bernardo Petry”. Para esse período, não apareceu nenhuma ocorrência. Novamente, inserimos os anos que abrangem 1900 a 1929. Com isso, apareceram trinta ocorrências (Quadros 1, 2, 3 e 4): dezesseis no periódico *A Federação: Orgam do Partido Republicano RS (1884-1937)*;

²⁸ A temporalidade que permeou os anos de 1890 a 1929 ocorre a partir das primeiras informações levantadas sobre a data de início de atividades do professor Bernardo, que foi registrada em 1899 com sua nomeação para professor estadual e também com a data de seu falecimento em 1928.

nove no periódico *O Republicano (RS) de São Sebastião do Cahy – 1908 a 1911*; e cinco no *Correio do Município – de São João de Montenegro (Montenegro-RS) – 1912 a 1917*.

Quadro 1 – Periódicos consultados para a pesquisa

Periódico	Período de circulação	Cidade da publicação	Linha editorial	Fundadores diretores	Local da pesquisa
<i>A Federação</i>	1884-1937	Porto Alegre – RS	Órgão Oficial do PRR	Venâncio Aires	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
<i>O Republicano</i>	NE ²⁹	NE	NE	NE	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
<i>Correio do Município</i>	NE	São Leopoldo	Orgam Republicano	Octavio Ferraz e. J. M Magalhães	Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 2 – Documentos encontrados no periódico *A Federação*

PERIÓDICO A FEDERAÇÃO – ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO				
Periódico/ ocorrência	Período	Edição	Data	Observação
A Federação	1900 a 1909	XVII 0031	07/02/1900	Chamamento para quadro da 2ª região escolar 12ª aula, sexo masculino, professor Bernardo Petry, colônia de Kronenthal em 1ª entrância São Sebastião do Cahy.
		XVII 0244	23/10/1900	Instrução pública: Convocação do Inspetor Geral de Instrução Pública para os exames do concurso para preenchimento definitivo de diversas escolas públicas. Aconteceu em 10/09/1901. Bernardo Petry 2ª região, sexo masculino da Kronenthal em São Sebastião do Cahy.
		0025	23/01/1903	Ato do governo – Decreto 587 de 23/01/1903. Determina que as aulas devem funcionar durante o corrente exercício, na 2ª região escolar. Quadro das aulas da 2ª região escolar São Sebastião do Cahy – 1ª entrância 12ª, sexo masculino, professor Bernardo Petry, colônia de Kronenthal (art. 36).

²⁹ A designação “NE” significa “não encontrado”. Por mais que se colocasse esforços na busca por informações, não foram localizados mais dados referentes a esses periódicos.

	XXI 25	29/01/1904	Ato do governo – Decreto 689 de 28/01/1904. Determina que as aulas devem funcionar durante o corrente exercício, na 2ª região escolar. Quadro das aulas da 2ª região escolar São Sebastião do Cahy – 1ª entrância 12ª, sexo masculino, professor Bernardo Petry, colônia de Kronenthal (art. 36).
	XXI 175	30/07/1094	Nomeação de cidadãos para alistamento militar – Município de São Sebastião do Cahy – Bernardo Petry.
	XXI 298	27/12/1904	Edital - Instrução Pública – Convocação do Inspetor Geral de Instrução Pública para provimento efetivo, por concurso das escolas vagas e interinamente providas. 2ª Região 12ª, masculino, Kronenthal Município de São Sebastião do Cahy Alfredo Waldomiro Fischer ³⁰ – Bernardo Petry.
	XXI 299	28/12/1904	Edital - Instrução Pública – Convocação do Inspetor Geral de Instrução Pública para provimento efetivo, por concurso das escolas vagas e interinamente providas. 2ª Região 12ª, masculino, Kronenthal Município de São Sebastião do Cahy Alfredo Waldomiro Fischer – Bernardo Petry.
	XXII 2	02/01/1905	Edital - Instrução Pública – Convocação do Inspetor Geral de Instrução Pública para provimento efetivo, por concurso das escolas vagas e interinamente providas. 2ª Região 12ª, masculino, Kronenthal Município de São Sebastião do Cahy Alfredo Waldomiro Fischer – Bernardo Petry.
	XXII 117	20/05/1905	Instrução Pública – Despacho – Com a mensagem: Inscreva-se – Bernardo Petry.
	XXII 171	24/07/1905	Instrução Pública – Chamamento do Inspetor Geral de Instrução Pública para a realização dos exames orais que se realizou a partir do 27/07/1905 a partir das 12 horas. O exame do Bernardo aconteceu no dia 16/08/1905.
	XXII 221	22/09/1905	Professores Públicos: Nomeação do professor Bernardo Petry aprovado em concurso.
1910 a 1919	XXIX 51	29/02/1912	D'A Federação – Ata de Reunião do Partido Republicano. Bernardo Petry esteve mencionado na ata.
1920 a 1929	XXXVII 1920	09/03/1920	Arquivo público – Despacho.

³⁰ Percebe-se que aparece um segundo professor, Alfredo Waldomiro Fischer. Não houve relatos a respeito desse professor.

		XL 238	13/10/1923	Comunicação por cartas, telegramas e cartões aos congressistas da assembleia republicana registrados em listas especiais – Bernardo Petry como representante do Partido Republicano em São Sebastião do Cahy.
		XLI 248	24/10/1924	Despacho concessão de licença.
		XLV 169	23/07/1928	Necrópsia – Nota de falecimento de Bernardo Petry.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 3 – Documentos encontrados no periódico *O Republicano na Hemeroteca Nacional*

Período	Edição	Data	Observação
1900 a 1909	Ano IV, num. 166	07/06/1908	“O major César José Centeno – presidente do Conselho Municipal de São Sebastião do Cahy, faz público, na forma do art. 3º do decreto nº 20, em reunião, nomeou por ato mesários efetivos e suplentes para servirem na eleição de intendente e conselheiros municipais no dia 09/01/1909 (3º Distrito – Feliz).”
	Ano IV, num. 194	20/12/1908	“O Capitão Achylles Taurino de Resende – intendente provisório do Município de São Sebastião do Cahy, faz público na forma do art. 3º do decreto nº1360 de 10/08/1908, do RS, nomeou, por ato, mesários efetivos e suplentes para servirem na eleição de intendente e conselheiros municipais no dia 09/01/1909 (3º Distrito – Feliz)”
	Ano IV, num. 196	03/01/1909	O Capitão Mamede Ferreira Borges – presidente da comissão de alistamento de eleitores municipais – faz público o aditamento do edital publicado a 20 do corrente ano elo qual são convidados os eleitores municipais a comparecerem na eleição do dia 09/01/1909.
	Ano IV, num. 199	24/01/1909	Nota sobre excursão política em 1909.
	Ano IV, num. 203	21/03/1909	O major Carlos Candal Junior – presidente do Conselho Municipal de São Sebastião do Cahy, faz público na forma da lei nº 18 de 12/01/1897 que, em reunião do Conselho municipal, foram eleitos os mesários efetivos e suplentes que devem servir na próxima eleição de deputados estaduais. 3º Distrito Feliz.
	Ano V 215	30/05/1909	Registro do nascimento de Marta, filha de Bernardo Petry.
	Ano V 227	22/08/1909	Nota de falecimento de Catarina Stoffles, sogra de Bernardo Petry.

	Ano V 241	28/11/1909	Exames das aulas públicas – Bernardo Petry como membro da comissão que avaliou aula em Kronenthal.
	Ano VII 346	03/12/1911	Membro integrante da diretoria da Cooperativa Agrícola de Kronenthal.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 4 – Documentos encontrados no periódico *Correio do Município*

Periódico <i>Correio do Município</i>			
Período	Edição	Data	Observação
1910 a 1920	Ano XII N° 254	08/08/1912	Convite para Bernardo Petry fazer parte como membro titular mesário no 8° distrito de Montenegro – São Salvador, funcionamento na casa de Pedro Nedel
	Ano XI N° 256	11/08/1912	Convite para Bernardo Petry ser membro titular mesário no 8° distrito de Montenegro – São Salvador, funcionamento na casa de Pedro Nedel
	Ano XIV N° 08	29/11/1914	Editais – Exames Escolares – Aula em que Bernardo Petry foi examinado na data de 2 de dezembro de 1914. E a aula em que Bernardo era o examinador em 3 de dezembro de 1914.
	Ano XIV N° 09	01/12/1914	Editais – Exames Escolares – Aula em que Bernardo Petry foi examinado na data de 2 de dezembro de 1914. E a aula em que Bernardo era o examinador em 3 de dezembro de 1914.
	Ano XVII N° 219	02/12/1917	Editais – Exames Escolares – Aula em que Bernardo Petry foi examinado no dia 01/12/1917, e aula em que Bernardo era o examinador no dia 01/12/1917.

Fonte: elaborado pela autora.

Ao me deparar com esses “achados” na Hemeroteca Digital e ao fazer a escolha de pesquisar em periódicos, compreendi que *A Federação* tratava de questões relacionadas ao âmbito político. Considerando isso, Luca (2005) diz que a imprensa não é isenta e que o movimento jornalístico tem suas “raízes políticas”. Portanto, é interessante pensar que, nesse meio, há uma propagação de manifestações devidamente direcionadas a grupos sociais que estão vinculados a questões políticas, econômicas e religiosas, por exemplo.

O periódico *A Federação* teve seu estabelecimento muito relacionado ao Júlio Prates de Castilhos e surgiu como órgão

oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1884, em Porto Alegre (POA), capital do RS. Suas publicações não eram de âmbito literário e havia posicionamento rigoroso contra os adversários políticos (Dillenburg, [19--]).

O periódico *A Federação* foi considerado um importante meio ideológico da imprensa do Partido Republicano Rio-Grandense. Em suas páginas, demonstrou a importância dos acontecimentos políticos durante o período de sua circulação, tornando a propaganda partidária republicana com maior ênfase. O periódico perdurou com o ardor partidário por cinquenta e três anos, encerrando suas atividades em 1937, por questões de ordem financeira.

Em *O Republicano*³¹, que circulou especialmente no município de São Sebastião do Caí, também havia a manifestação de propaganda partidária republicana em suas páginas. Nesse periódico, encontramos várias menções a Bernardo Petry, com nomeações de mesários efetivos nas eleições de intendentes e conselheiros municipais do 3º Distrito (Feliz), alistamentos de eleitores, nota sobre excursão política, entre outros, descritos no Quadro 3.

No periódico *Correio do Município*, foram localizados editais com convocação para exame das aulas públicas do Estado, no período de 1914 a 1917. No mesmo ato, estava descrito que a aula de Bernardo seria examinada³² por outros professores, e também que este era o examinador. Ainda, havia duas menções, em datas diferentes, sobre Bernardo ter sido convidado a ser membro titular-mesário no 8º distrito de Montenegro – São Salvador, funcionando na casa de Pedro Nedel. Não encontramos mais informações acerca desse periódico, como por exemplo tempo de circulação.

Vale esclarecer que a intenção de pesquisar na Hemeroteca Nacional foi para verificar as menções efetuadas

³¹ Não foi possível obter mais informações sobre o referido periódico.

³² Examinada no sentido de ser avaliada.

acerca de Bernardo Petry, especialmente a respeito de sua atuação como professor. Porém, fomos surpreendidas com relatos que remeteram à sua atuação como representante do Partido Republicano Rio-Grandense. O intuito da busca não foi tratar o conteúdo, tampouco informações sobre o periódico, mas sim investigar sobre o professor Bernardo.

Diante desses documentos encontrados na plataforma da Hemeroteca Digital Nacional, começamos a refletir sobre a potencialidade da imprensa como fonte para pesquisas na História da Educação. A plataforma é um importante meio de acesso a documentos de um tempo passado, que permite o prosseguimento de investigações.

Cabe, também, destacar a facilidade de acesso proporcionada pelas fontes digitalizadas disponíveis nos repositórios. Um exemplo disso diz respeito ao período vivenciado pela pandemia da covid-19³³, entre 2019 e 2022. Por conta do isolamento social e cuidados de higiene, muitos pesquisadores foram impossibilitados de continuar com suas coletas de dados em razão do fechamento de acervos físicos. Outro ponto importante a mencionar é a facilidade para as pesquisadoras que são mães e encontram-se com limites quanto à rede de apoio, o que, muitas vezes, impede o acesso a um acervo físico.

Ademais, não podemos deixar de considerar o momento histórico que vivenciamos nos últimos tempos aqui no RS, especialmente no mês de maio de 2024, período em que ocorreu uma das maiores tragédias climáticas dos últimos anos no estado, noticiada amplamente nas mídias. Por

³³ Conforme Brasil (c2025, n. p.): “A covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos”.

isso, enfatizamos que a utilização dos acervos e plataformas digitais em pesquisas na História da Educação são fundamentais para a efetivação de estudos futuros.

Após fazer esse empreendimento acerca das fontes documentais, compreendemos que todo documento oportuniza a construção de uma nova narrativa histórica possível, e as maiores adversidades encontradas pelo pesquisador na História da Educação são o acesso a fontes de pesquisa, uma vez que há falta de espaço para o armazenamento, a preservação e, principalmente, a conversão de materiais que chegam até o pesquisador.

Cabe a este empreender uma crítica, entendendo que, consoante Le Goff (1990, p. 545), “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Assim sendo, a análise documental contribui para a investigação dos processos de permanência e mudanças dos sujeitos, grupos, instituições, conhecimentos, práticas, entre outros (Cellard, 2008).

Sobre o documento, de acordo com Le Goff (1990, p. 546):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Entre os elementos que requerem cuidados na averiguação dos documentos, Cellard (2008, p. 303) cita que estão os “da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave”. Ainda, segundo o autor, são essenciais, para a análise documental, a investigação do âmbito histórico e social em que a fonte foi constituída, além da introdução dos

autores desses registros em um contexto e os destinatários dos documentos. Por conseguinte, procura-se “apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos” (Cellard, 2008, p. 299).

No âmbito da História da Educação, a imprensa tem sido percebida como uma relevante fonte que concede ao pesquisador subsídios que irão possibilitar o entendimento das dinâmicas sociais existentes, dos debates e das ações de âmbitos políticos e intelectuais que orientaram a educação nos distintos tempos e espaços.

Ao realizarmos a pesquisa na plataforma da Hemeroteca Digital, a qual nos trouxe um grande suporte para a realização desta escrita, sentimos a necessidade de fazermos uma crítica em relação às políticas voltadas à preservação e conservação dos documentos que se encontram em arquivos físicos públicos no Brasil, normalmente localizados em lugares inadequados, sem a mínima organização necessária. Como exemplo, podemos citar o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, onde os documentos armazenados encontram-se em precário estado de conservação, sem evidências de que haja os cuidados necessários para mantê-los em condições para pesquisas.

Diante disso, a existência das plataformas digitais se torna importante alternativas para os pesquisadores, portanto. Na Hemeroteca Nacional, a qual faz parte da Fundação Biblioteca Nacional, e na Biblioteca Nacional Digital, ambas com objetivo de preservação da memória cultural brasileira, o acesso ao acervo já existe.

De acordo com Cunha (1999, p. 258), no final do século XX, “o conceito de biblioteca digital aparenta algo revolucionário, mas na verdade ele é resultado de um processo gradual e evolutivo”. Isso decorre do crescimen-

to das tecnologias, do desenvolvimento de ferramentas e equipamentos apropriados para a captura e tratamento das imagens e da alta procura por acervos dentro da fase digital, singularizando a sociedade atual.

Considerações finais

Este estudo procurou demonstrar a potencialidade da imprensa como fonte para pesquisas na História da Educação. Com isso, buscamos demonstrar que a plataforma da Hemeroteca Digital é um importante meio para acesso a documentos de um tempo passado, que, por vezes, torna difícil o pesquisador alcançar. Também destacamos que as plataformas digitais facilitam o acesso às fontes digitalizadas disponíveis nos repositórios. Um exemplo disso foi o período vivenciado na pandemia causada pela Covid-19, quando muitos pesquisadores foram impossibilitados de continuar com suas coletas de dados pelo fechamento de acervos físicos. Outro ponto importante a mencionar é a facilidade para as pesquisadoras que são mães e encontram-se com limites quanto à rede de apoio, muitas vezes impedindo de acessar um acervo físico.

Referências

BELUSSO, Gisele. **Farroupilha RS e a Educação (1934-1948): um município Pedagógico**. 2020. 505 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6808>. Acesso em: 4 mar. 2024.

BICA, Alessandro de Carvalho. **A organização da Educação Pública Municipal no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS**. 2013. 301 f. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4760>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Covid-19. **Gov.br**, Brasília, c2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/Wb33LWZdjFTqxTrRhpDbwcp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2024.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Quatro publicações marcantes no jornalismo do Rio Grande do Sul**. Nova Petrópolis: Amstad, [19--].

HEMEROTECA DIGITAL. Biblioteca Nacional Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Acervo. Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 1 jan. 2025.

LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990. p. 535-553.

LUCA, Tânia Regina. A história da imprensa, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154.

LUCHESI, Terciane Ângela. Modos de fazer história da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43. p. 145-161, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/09.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia de. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP**, São Paulo, n. 4, p. 90, 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Entre instituições e arquivos: possibilidades de pesquisa sobre a educação

*Rafael de Souza Pinheiro*³⁴

*Samanta Vanz*³⁵

Considerações iniciais

Os arquivos escolares tornaram-se, nos últimos anos, importantes instrumentos de investigação para a História da Educação. Eles são constituídos de diferentes documentos e registros produzidos no cotidiano escolar em diversos períodos e carregam em si signos do tempo, marcas do passado em que foram produzidas.

Segundo Mogarro (2005), os arquivos escolares trazem consigo informações relacionadas ao funcionamento das instituições educativas. Vidal (2005, p. 24) explica que

[...] o arquivo escolar pode fornecer elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a freqüentaram ou freqüentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere).

Os arquivos podem dessa forma (re)construir o itinerário da vida e cotidiano escolar, com base nos mais diferentes documentos encontrados ou disponíveis nas escolas. Entre eles, podem ser citados os livros de matrículas e atas, chamadas, livros ponto, regulamentos, cartilhas, normas, boletins, diários de classe, fotografias e outros registros. Assim, há

³⁴ Mestre em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS).

³⁵ Doutora em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS).

uma diversidade de documentos e registros que marcam e constituem a memória dessas instituições.

Nesse sentido, as fontes historiográficas devem ser tomadas como construções de uma época, carregadas de intencionalidade e, portanto, imbuídas de transmitir determinada imagem social ou política. Para Barros (2012, p. 418):

O documento que hoje o historiador examina como fonte para o seu estudo histórico, um dia foi monumento através do qual aqueles que o escreveram ou produziram procuraram impressionar, manipular, convencer, mover, comover outros homens de sua própria época (ou mesmo de gerações futuras).

Consideramos que a pesquisa com as fontes documentais também é um trabalho com a memória. Ao observarmos esses documentos produzidos pelas instituições escolares, estamos também aprendendo, por meio das memórias arquivadas, sobre algumas representações da cultura da escola – seus sujeitos, seus tempos, seus espaços, seus ritos, seus modos de vivenciar e governar a escola (Escolano Benito, 2017).

Essa memória coletivizada, registrada e arquivada pode ser mobilizada de diferentes formas pelos pesquisadores, uma vez que toda a memória é seletiva, como nos alerta Pollak (1992). Portanto, os documentos, as memórias arquivadas, também o são.

Neste artigo, objetivamos refletir sobre a importância dos arquivos na construção de uma memória educativa, a partir dos documentos presentes e preservados em diferentes instituições. Trata-se de uma discussão baseada em nossas experiências de pesquisa: a constituição de um arquivo a partir das possibilidades de fontes preservadas em uma instituição centenária, a Escola Frei Caneca, em Flores da Cunha, e a busca nos arquivos catalogados e preserva-

dos no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), em Caxias do Sul.

A pesquisa em História da Educação a partir dos arquivos escolares

Nos anos 1990, com a influência da História Cultural, as pesquisas a respeito das instituições escolares foram ganhando espaço na historiografia brasileira. Com isso, pesquisadores se voltaram para os arquivos e fontes oriundos das escolas.

Os arquivos, considerados como núcleos de referência ao acesso às fontes, possibilitam o contato com documentos selecionados e até mesmo restaurados. Consolidando-se como fonte de investigação, eles passaram a assumir um papel de privilégio no acesso às fontes documentais. Para Luca (2020, p. 41), os documentos encontrados nas instituições de guarda,

(arquivos, museus, bibliotecas, fundações, coleções particulares etc.) resulta[m] da classificação e seleção feita pelos contemporâneos e evidencia[m] uma aposta, sempre incerta, em direção ao futuro, na tentativa de prescrever a maneira como as gerações seguintes deveriam compreender esses documentos, além de carregar rastros da leitura que faziam sobre o passado, mesmo os silêncios, as exclusões e as depurações podem ser intencionais, e isso precisa ser considerado quando se cruzam as portas desses edifícios [...].

Esses espaços de preservação, sejam físicos ou digitais, representam a potencialidade das pesquisas da área da História da Educação e da História das Instituições Escolares. Para Foucault (1987), ao mudar sua posição perante o documento, a história passa a elaborá-lo e trabalhá-lo em seu interior, não mais em busca de uma verdade, mas para analisá-lo em suas diferentes dimensões. Essa abordagem de observação das fontes documentais a partir de uma nova perspectiva reforça o valor da preservação de documentos

produzidos pelas/sobre as instituições escolares, permitindo o acesso a uma miríade de informações que dão forma ao cotidiano escolar.

Conforme Magalhães (2004), ao investigar a história de uma instituição educativa, um pesquisador considera os aspectos subjetivos de sua constituição, moldados por circunstâncias históricas e pelas experiências individuais e coletivas dos indivíduos, suas imagens e representações. Olhamos para a materialidade, seu funcionamento e organização, as práticas, a apropriação, as tradições, as memórias. Quando optamos por investigar uma instituição educativa, precisamos nos atentar para o “triplo registro de conhecimento do passado, problematização do presente e perspectivação do futuro” (Magalhães, 2004, p. 71). Na abordagem historiográfica, a metodologia da análise documental histórica requer um saber-fazer investigativo e também discursivo, marcado tanto pela construção de novos campos e objetos de investigação, como pela renovação epistemológica e conceitual. Magalhães nos diz:

A História das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar (Magalhães, 2004, p. 98).

Segundo Gatti Júnior e Vale Gatti (2018), o conjunto expressivo de fontes mobilizadas para as pesquisas em História da Educação, como documentos produzidos no campo da cultura escolar, traz novas dificuldades para as bases teórico-metodológicas das investigações, envolvendo uma melhor formação teórica dos pesquisadores, como a perspectiva de preservação de organização das fontes. O tra-

balho de preservação³⁶ e organização dessas fontes se faz não apenas necessário, mas essencial no cenário da História da Educação brasileira, tensionado e mobilizado muito pelos grupos de pesquisa e por centros de estudo espalhados pelo país, além de um intercâmbio entre pesquisadores do mundo todo.

Nessa perspectiva, Peres (2019, p.18) destaca que os arquivos não são resultados de “juntar” documentos, mas um movimento de preservação e manutenção, uma “ação política e científica deliberada, refletida e democraticamente socializada”.

O uso dos acervos escolares para a investigação da história das instituições ainda apresenta um outro paradigma teórico importante: todo o documento é um monumento, e sua preservação não se dá de forma aleatória, sendo o resultado de um conjunto de escolhas de quem os elabora e de quem opta por sua preservação. Para Le Goff (1990, p. 470): “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. É a sua análise como monumento que permite seu uso de forma científica, considerando suas múltiplas dimensões.

A construção da heurística da investigação historiográfica elabora-se a partir de três momentos: a construção de um *corpus* documental, o tratamento da informação e o cruzamento da informação (Magalhães, 2004). Nessa concepção, a pesquisa em história da educação é tanto uma construção quanto uma representação do objeto epistêmico, sendo que as fontes (informação, arquivos, coleta de infor-

³⁶ Nessa mesma visão, compartilhamos os estudos de Bacellar (2008, p. 50), que afirma: “Em todo esse universo documental, o historiador encontra, quase sempre, um relativo descaso pelo patrimônio arquivístico. Documentos mal acomodados em instalações que chegam a ser precárias sofrem rápida deterioração e podem se perder em definitivo. Infestados por brocas, cupins e traças, sofrendo incêndios ou alagamentos, expostos a condições ambientais desfavoráveis, dificilmente sobrevivem”.

mação e tratamento de dados) compõem uma das dimensões fundamentais para a narrativa historiográfica. Ainda, para Magalhães (2004), ao se pesquisar a história das instituições escolares, diferentes registros são observáveis: escola, cultura escolar, gramática escolar; institucionalização das culturas, dos valores, saberes e saber-fazer; a representação social e individual dos modelos escolares e das aprendizagens e qualificações.

O olhar do investigador em uma análise dos acervos é sempre levado pelos componentes hermenêuticos da pesquisa: a problemática, as hipóteses, o arcabouço teórico e a projeção de sentido. De acordo com Bacellar (2008, p. 50), o “interesse pela pesquisa empírica deve, assim, instrumentalizar as atenções para a importância dos documentos, em um esforço contínuo que sempre deveria nortear a ação e o discurso do historiador”. Na perspectiva de Saviani (2004), as fontes são a base da construção historiográfica. Nelas apoiamos nosso conhecimento produzido a respeito da história, e elas podem ser encontradas nos mais variados tipos de acervos. É o historiador, ao formular seu problema, que dá sentido ao uso de determinados materiais.

Assim, na História da Educação, mais precisamente, na história das instituições escolares, os acervos ganham diferentes perspectivas, e o interior das próprias escolas passa a apresentar uma riqueza documental. Sobre isso, Luchese (2018) afirma que as possibilidades surgem a partir de uma observação do patrimônio histórico-educativo e institucional na forma de objetos, livros, registros internos da escola, atas, correspondências, fotografias. De certa forma, “as fontes para a história das instituições escolares compreendem todos os registros, dos mais variados tipos, que podemos encontrar” (Saviani, 2004, p. 31).

Podemos pensar a partir de três diferentes instâncias de relação sobre essas fontes, como nos aponta Ragazzini

(2001): a primeira relativa à produção do documento; a segunda que estabelece sua seleção, catalogação e preservação; e a terceira que está ligada ao leitor e intérprete – o pesquisador. Quando observamos os diferentes tipos de acervos que temos à disposição para a pesquisa das instituições escolares, o primeiro nível e o segundo nível de relação podem ser alterados: primeiramente, essas fontes foram produzidas pelas instituições escolares (seus sujeitos) ou sobre as instituições escolares (sujeitos de fora das instituições)? Por que certas fontes foram preservadas em detrimento de outras? Quais os discursos que os sujeitos do passado optaram por produzir/reproduzir ao selecionar determinados documentos para salvaguardar? Sujeitos, intencionalidade, tempo: são atores que também interferem nos acervos. A escola é tempo e lugar de emoções e memórias, como nos diz Escollano Benito (2021).

Ao pensarmos neste estudo, propusemo-nos a olhar para duas configurações diferentes da pesquisa em acervos para constituir uma história das instituições escolares: olhar para dentro de uma escola centenária e para toda a potencialidade de pesquisa existente nos documentos ali preservados (intencionalmente ou não); e olhar para dentro de um arquivo histórico, cujo papel de preservar documentos de escolas que não mais existem dá possibilidade de pesquisas sobre a História da Educação e da escolarização de um passado que, de outra forma, seria inacessível.

Vasculhando os arquivos na construção do centenário: Escola Frei Caneca

Os registros e vestígios que marcam a passagem humana em um determinado espaço escolar são vistos pelos historiadores da educação como importantes fontes de pesquisa e investigação, pois reconstroem o cotidiano escolar.

Pesquisar sobre escolas torna-se uma oportunidade para conhecer o seu dia a dia e sua realidade, por meio de suas práticas e dos seus ritos, caracterizando a cultura escolar nesse espaço de interação social.

Segundo Carvalho (1998, p. 32), é necessário “penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas”. Vascularizar os diversos registros presentes nessa instituição é desbravar e conhecer o passado, para entender tais metodologias desse local que está em constante movimento e transformação.

Os arquivos escolares localizados na Escola Frei Caneca, por meio dos livros de atas, registros diversos, fotografias e outros, apresentam diversos momentos da vida escolar, principalmente pelas datas festivas de cunho nacionalista – desfiles e eventos cívicos, músicas e hinos nacionais, hasteamento da bandeira e outros.

Os Grupos Escolares, nesse contexto, eram instituições da república, ligados à ideia de modernidade e de progresso, em um debate modernista. Os seus prédios estavam inseridos em uma localização privilegiada, nos centros dos núcleos. Sua inserção altera a paisagem e ganha notoriedade, pois é um espaço de destaque em relação às demais construções e prédios públicos.

A Escola Frei Caneca de Flores da Cunha³⁷ foi inaugurada em setembro de 1925, de modo que, em setembro de 2025, comemora seu centenário de criação. A sua história está entrelaçada ao contexto histórico-social em virtude da emancipação política ocorrida em 1924. Com base nos documentos e registros encontrados na instituição, percebeu-se que, em seus cem anos de história, a escola passou por diversas transformações e presenciou inúmeros

³⁷ Ver estudos de Pinheiro (2021).

acontecimentos, sendo principalmente palco e espaço de festividades e cultos nacionalistas, marcas do período.

A Figura 1 retrata o encontro de algumas fontes históricas localizadas na instituição. Entre elas, constam diversos livros de atas sobre o cotidiano escolar, além de fotografias, livros cívicos e livros ponto.

Figura 1 – Fontes encontradas no acervo escolar



Fonte: Acervo Escolar da EEEMFC (2021).

Conforme já citado, os acervos escolares constituem-se, para o pesquisador da educação, em importantes instrumentos de reconstrução do itinerário e do cotidiano da vida escolar. Além disso, segundo Sobreira (2020, p. 94), são “lugares de memória, ricos em informação, que disputam para construir suas identidades”.

Nessa mesma linha, Mogarro (2005, p. 104) destaca que as informações contidas nos documentos compreendem “os vários discursos produzidos pelos actores educativos – professores, alunos, funcionários, e autoridades locais e nacionais, pois têm representações diversas sobre a escola”.

Um exemplo que pode ser elaborado, tendo como base os registros e documentos produzidos e resguardados pela

instituição, é a organização de quadros sobre as nomenclaturas do grupo, desde a sua criação até a nomenclatura atual. Percebe-se assim que os nomes eram uma forma de enaltecer sujeitos/pessoas ligadas de alguma forma à República.

Quadro 1 – Denominações do Grupo Escolar

Denominação	Período
Grupo Escolar General Osório	1925 – 1927
Grupo Escolar Silva Jardim	1927 – 1936
Grupo Escolar Eduardo Marques	1936 – 1940
Grupo Escolar Frei Caneca	1940 – 1970
Escola Estadual Frei Caneca/ Escola Estadual de 1º Grau Frei Caneca	1970 – 2000
Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca	2000 – 2012
Escola Estadual de Ensino Médio Frei Caneca	2012 até os dias atuais

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir do encontro dos mais diversos documentos e registros dispostos dentro do espaço escolar, pode-se fazer articulações com as ideias de Le Goff (1990, p. 107), sobre o papel do historiador: “tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada acrescentar ao que neles não esteja contido. O melhor historiador é o que se mantém mais perto dos textos, que os interpreta com mais correção [...]”.

Outro elemento que foi possível de ser explorado e analisado são as festividades internas, muitas delas relacionadas à República, pelo enaltecimento de símbolos nacionais, uma marca do período.

Os sujeitos também merecem destaque, pois evidenciaram e estiveram presentes dentro do espaço das mais diversas formas. Nesse contexto, foi possível verificar e conhecer os nomes dos ex-diretores e ex-diretoras da instituição, sendo alguns bastante conhecidos: Apolinário Alves dos Santos e Maria Dal Conte. Santos foi o primeiro diretor da instituição e posteriormente convidado a assumir a delegacia regional de ensino; e Dal Conte, diretora que

permaneceu por mais tempo à frente da escola, conforme apresentado abaixo.

Quadro 2 – Diretores e período de atuação

Nomes dos diretores	Período à frente da instituição
Apolinário Alves dos Santos	1925 – 1926
Maria Dal Conte	1939
Maria Dal Conte	1942 – 1943
Maria Dal Conte	1943 – 1960

Fonte: elaborado pelos autores.

Analisar e problematizar os documentos, fazer aproximações com outras fontes de pesquisa é necessário nesse processo de (re)conhecer, (re)construir o passado e o cotidiano escolar. Sendo assim, os arquivos apresentam-se como fragmentos e vestígios de diferentes temporalidades, tornando a instituição escolar um local de investigação e pesquisa na busca de gerar conhecimento e contribuições significativas para a ciência e a humanidade.

Salvaguarda do passado: a pesquisa no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Iniciar uma pesquisa requer um passo importante, que é a localização das fontes. Para Bacellar (2008), quando o pesquisador propõe um tema, é preciso verificar quais os conjuntos documentais podem ser investigados, e, claro, como acessá-los. A história das instituições escolares nos dá um subsídio interessante, que são os documentos preservados na própria escola. Mas, e se as instituições estudadas não mais existirem? Nesse cenário, os espaços institucionalizados de preservação de documentos se fazem imprescindíveis.

Ao propor uma narrativa historiográfica sobre os grupos escolares municipais de Caxias do Sul, entre os anos

de 1943 e 1951³⁸, as possibilidades de observar fontes produzidas pelas próprias escolas dependia fundamentalmente dos documentos preservados em arquivos, visto que esses grupos escolares, localizados em áreas rurais do município no recorte temporal do estudo, passaram por situações diversas: fechamento, estadualização, alteração de localidade, entre outras³⁹.

Segundo Ragazzini (2001), a história das escolas também depende de um conjunto de fontes que vão além dos intramuros institucionais: fontes que falam da administração pública, da economia, do cenário político, articulando a história da educação com questões da própria sociedade do período. Essa análise é possível graças à postura interrogadora do pesquisador, pois, de acordo com Cellard (2008, p. 295), “graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc.”. Olhar para um acervo constituído não é um trabalho de juntar diferentes fontes e escrever uma narrativa a partir do que se encontra, mas de analisar, verificar e desestruturar o documento por meio de questionamentos; entender o que falam, mas também seus silêncios.

O Arquivos Histórico João Spadari Adami (AHMJSA), localizado em Caxias do Sul, é um espaço de preservação de documentos e da memória do município, sendo oficialmente instituído em 5 de agosto de 1976, por meio do Decreto

³⁸ Este estudo faz parte da tese de doutoramento intitulada *Grupos escolares municipais de Caxias do Sul (1943-1951): espaço, tempo e culturas escolares* (Vanz, 2024).

³⁹ O estudo investiga sete grupos escolares municipais de Caxias do Sul: G.E.M. Santos Dumont, G.E.M. José Bonifácio, G.E.M. Olavo Bilac e G.E.M. Carlos Gomes, localizados no 1º Distrito; G.E.M. Getúlio Vargas e G.E.M. General Osório, localizados no 2º Distrito (hoje, o município de São Marcos); e o G.E.M. Marechal Deodoro, localizado no 5º Distrito (Vila Seca). Esses grupos escolares municipais foram inaugurados a partir dos movimentos da Cruzada Nacional da Educação, em 1943.

nº 4047, embora seu acervo tenha começado a ser reunido ainda em 1975, durante as comemorações do Centenário da Imigração Italiana. Em 1997, por meio da Lei nº 4.704, o Arquivo passou a homenagear o pesquisador João Spadari Adami, adotando sua atual denominação (AHMJSA, 2005). O AHMJSA é composto por três unidades: Arquivo Público, Arquivos Privados e Banco de Memória Oral⁴⁰.

Todas as fontes disponíveis para consulta passaram por tratamento arquivístico, sendo que uma visão prévia dos documentos disponíveis pode ser acessada no repositório digital do Arquivo. Vale ressaltar que há um trabalho contínuo sendo desenvolvido para que o maior número possível de fontes seja digitalizado, procurando oportunizar o acesso para a pesquisa. Ao buscar pelas fontes, o pesquisador se depara com informações sobre os órgãos produtores da documentação, com a tipologia do documento já caracterizada, sendo que o direcionamento já ocorre para a consulta de fundos e séries documentais específicas – “sem perda de tempo no trabalho de detetive”, que muitas vezes cabe ao pesquisador (Bacellar, 2008, p. 52).

Pensar a pesquisa no âmbito das instituições escolares é reconhecer de fato a importância desses espaços não apenas em seu valor educativo, mas também social e cultural, de modo que a mobilização das fontes exige um olhar tanto para os intramuros quanto os extramuros das instituições escolares.

Para esta pesquisa, a consulta ocorreu primeiro de forma digital, acessando as fontes já digitalizadas e categorizadas. Uma consulta também aos fundos documentais foi

⁴⁰ O acervo conta com diversos documentos e mantém também filmes de origem pública e privada, com destaque para temas como Festa da Uva, Imigração, Administração Pública, vida privada, entre outros; coleção de livros e publicações que se relacionam com a história de Caxias do Sul; coleção de periódicos editados em Caxias do Sul, disponíveis para consulta no *site* do Centro de Memória da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul.

feita digitalmente, a fim de facilitar a solicitação na visita física. Com a lista de fundos documentais a ser consultada, fez-se diversas visitas ao acervo do AHMJSA. “Diversas” não é um exagero: a cada solicitação de fundos documentais e da identificação das séries⁴¹, mais possibilidades e necessidades surgiam, sendo que ao todo foram consultadas as seguintes séries de documentos:

- a) Fundos PM – Arquivo da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul;
- b) Subfundos 6 – Educação Pública;
- c) Grupo 1 – Rede Municipal;
- d) Séries 1 – Escrituração;
- e) Séries 2 – Abertura e funcionamento de escolas;
- f) Séries 4 – Registro de movimento escolar;
- g) Séries 5 – Regulamentos e Estatutos;
- h) Séries 9 – Correspondência recebida e expedida;
- i) Séries 11 – Relatórios de atividades da Educação;
- j) Séries 12 – Recursos humanos e materiais;
- k) Consulta às pastas individuais das escolas municipais.

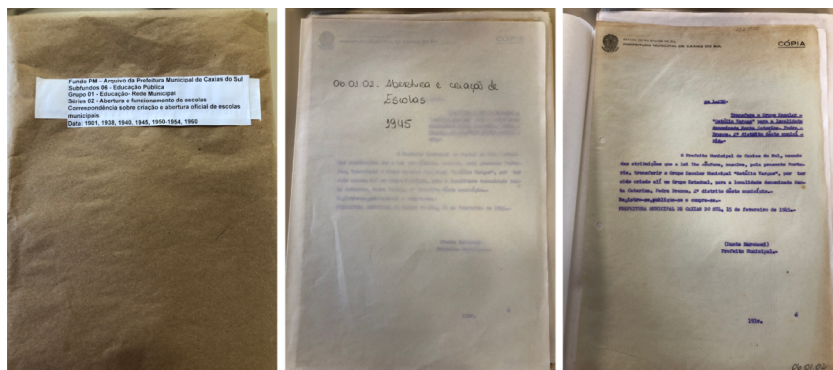
Como alerta Bacellar (2008), o manuseio de todos esses documentos exigiu precauções: uso de luvas e a digitalização (fotografia) sem uso de *flash*, cuidado ao manipular as folhas de papel frágeis e também atenção na devolução dos documentos às suas caixas, sem retirá-los de ordem ou desorganizar. Ler, selecionar e digitalizar, todo esse processo é trabalhoso, visto que a cada documento acessado, é importante verificar se o conteúdo pode ser de interesse, e a cada fotografia retirada, é preciso verificar se a qualidade e o enquadramento estão apropriados para a sua leitura posterior. Sem dúvidas, a facilidade em acessar as fotografias em um banco próprio de documentos extraídos do Arquivo dá

⁴¹ São sequências de um mesmo tipo documental (Ragazzini, 2001).

liberdade de escrita e de revisitar informações, de triangular dados, tarefa que seria mais difícil de ser realizada *in loco*.

Na Figura 2, apresentamos um compilado com alguns registros dos documentos feitos no AHMJSA, sendo que, no processo de fotografar, há um cuidado em manter a mesma ordem apresentada nas pastas e caixas, de forma a fidelizar o trabalho arquivístico já realizado e também facilitar o acesso das informações em consultas posteriores.

Figura 2 – Sequência de documentos fotografados no AHMJSA



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos documentos do AHMJSA (2022 – 2024).

A fotografia digital, como uma opção no processo de pesquisa, tem facilitado não só o acesso, em razão de dispensar deslocamentos e agendamentos de visitas, mas também a leitura das imagens, haja vista a possibilidade de reproduzir as imagens com ampliação. Segundo Bacellar (2008, p. 60), “as dificuldades de locomoção até o arquivo, aliadas à comodidade de se trabalhar em outro ambiente, em horários alternativos” justificam a possibilidade de copiar documentos.

A mesma situação ocorre com os documentos que já são disponibilizados digitalmente pelo AHMJSA, como é o caso dos álbuns fotográficos utilizados na pesquisa dos

grupos escolares municipais. Ao todo, foram digitalizados todos os álbuns fotográficos produzidos pela Diretoria da Instrução Pública, entre 1943 e 1973, totalizando 1352 fotografias. Todas em alta qualidade e com a possibilidade de *download*, com identificação de produção, data e breve legenda. Todo o trabalho arquivístico realizado pelo AHMJSA agiliza a tarefa do pesquisador, incluindo a contextualização dos documentos utilizados.

A consulta ao Banco de Memória Oral dá-se apenas fisicamente, com a opção de cópias das transcrições das entrevistas disponíveis por meio de requerimento. O Banco de Memória Oral iniciou suas atividades em 1980 e, desde então, vem ampliando continuamente seu acervo com registros da memória de diferentes sujeitos e comunidades. Esse material é produzido a partir de entrevistas semidirigidas, nas quais os participantes compartilham experiências de vida, contribuindo para a preservação da história local. A metodologia adotada é a História Oral, baseada na realização e transcrição de entrevistas com pessoas que viveram ou herdaram relatos sobre acontecimentos de seu tempo (AHMJSA, 2025).

Destaco, portanto, as diferentes fontes mobilizadas, a partir dos Arquivos Públicos e do Banco de Memória (Quadro 3):

Quadro 3 – Fontes acessadas no AHMJSA

Unidade	Fontes
Arquivos Públicos – Físico	Relatórios e correspondências da Cruzada Nacional de Educação
	Decretos Municipais
	Relatórios da Inspeção do Ensino e da Diretoria da Instrução Pública
	Programa de Ensino e Regimento Interno
	Circulares e correspondências
	Estatísticas escolares
	Registro de professoras
	Atas de exames finais e livro de registro de atas
	Livro de registro de corpo docente
	Livro Hora Cívica
	Livro de termos de visita
	Boletim mensal de frequência
	Livro de registro de correspondência expedida
Arquivos Públicos – digitalizado	Álbuns fotográficos
	Periódico pedagógico <i>O Despertar</i>
Banco de Memória Oral	Entrevistas professoras e diretoras e com a orientadora de ensino

Fonte: elaborado pelos autores.

A experiência de pesquisa no AHMJSA demonstra como os arquivos são espaços fundamentais para a preservação da memória coletiva e para a construção de narrativas históricas comprometidas com os processos sociais e educativos. Ao reunir, tratar e disponibilizar documentos públicos, privados e relatos orais, o Arquivo viabiliza o acesso a um acervo diverso e detalhado, criando um território de en-

contro entre o passado e o presente, no qual o trabalho criterioso dos arquivistas dialoga com a postura analítica e questionadora do pesquisador. A organização, digitalização e preservação desses acervos potencializam a pesquisa acadêmica e contribuem para a democratização do acesso à informação, possibilitando que novos olhares se debrucem sobre os documentos, renovando as interpretações sobre a história da educação.

Acessar arquivos físicos, poder fotografar as séries documentais necessárias para a pesquisa, acessar arquivos disponibilizados em repositórios digitais fazem parte do processo da pesquisa historiográfica e permitem ao pesquisador que enriqueça seu *fazer*, seja na construção de um *corpus documental* robusto, seja no revisitar e revisar essas fontes para uma melhor articulação entre teoria e empiria.

Considerações finais

Conforme apresentado, os arquivos escolares constituem registros fundamentais do cotidiano e da vida nas instituições de ensino. Mais do que simples repositórios de documentos, esses arquivos representam oportunidades valiosas para acessar e compreender as dinâmicas internas da escola, extrapolando os limites físicos da instituição. São, portanto, testemunhos materiais do período e do contexto histórico-social em que foram produzidos. Por meio desses acervos, é possível observar e analisar diversos aspectos da organização e do funcionamento escolar, incluindo suas práticas pedagógicas, administrativas e culturais. No caso específico da Escola Estadual de Ensino Médio Frei Caneca, localizada em Flores da Cunha – RS, muitos documentos oferecem descrições detalhadas do cotidiano escolar. Livros de atas, diários escolares, sabatinas, registros de exames, eventos e festividades, formaturas, além de documentos referentes ao início e encerramento do ano letivo, são

exemplos de fontes que permitem reconstruir práticas e trajetórias educacionais ao longo do tempo.

Outro aspecto relevante a ser considerado diz respeito à conservação e preservação desses documentos. Com a aproximação do centenário da Escola Frei Caneca, torna-se urgente implementar ações voltadas à salvaguarda desse acervo, garantindo sua integridade física e longevidade. Trata-se de um patrimônio documental de inestimável valor para a memória da educação no município e para a compreensão dos processos de escolarização na região.

A pesquisa realizada no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), em Caxias do Sul – RS, evidencia o papel essencial das instituições arquivísticas na preservação e na disponibilização de fontes documentais imprescindíveis à reconstituição da história da educação. O AHMJSA abriga um acervo diversificado, resultado da produção de diferentes instituições de ensino, o que possibilita o acesso a documentos que, de outra forma, estariam indisponíveis. A criteriosa organização e catalogação desses materiais permitem identificar vestígios de trajetórias escolares, compreender políticas públicas, práticas pedagógicas e representações educacionais ao longo do tempo.

Nesse sentido, o arquivo configura-se como um espaço estratégico para investigações historiográficas que buscam compreender a constituição da cultura escolar e os processos de escolarização em Caxias do Sul e região. A partir das experiências de pesquisa desenvolvidas tanto na Escola Frei Caneca quanto no AHMJSA, evidencia-se a riqueza dos acervos escolares como lugares de memória e fontes privilegiadas para a investigação histórica. Enquanto a escola preserva parte de sua história por meio dos documentos ainda mantidos em seu espaço físico, o arquivo histórico garante a continuidade das pesquisas sobre instituições que

foram extintas ou passaram por profundas transformações, evitando que suas histórias se percam com o tempo.

Além disso, os documentos localizados nesses dois espaços representam importantes fontes para futuras investigações, sejam elas de cunho local, regional ou nacional. A articulação entre esses diferentes registros possibilita o surgimento de novas problematizações e olhares sobre o passado educacional. A valorização, a organização e a democratização do acesso aos arquivos escolares devem ser compreendidas como ações políticas e científicas fundamentais para a construção de uma memória educativa plural, crítica e inclusiva. Cabe aos pesquisadores, às instituições e aos sujeitos envolvidos com a educação o compromisso com a preservação desses acervos, reconhecendo neles não apenas registros do passado, mas instrumentos essenciais para a compreensão do presente e para a projeção de futuros possíveis no campo educacional.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. **AHMJSA**, Caxias do Sul, c2021. Disponível em: <https://sites.google.com/view/arquivohistoricojsa>. Acesso em: 2 abr. 2025.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v. 25, n. 2, jul./dez. 2012.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Por uma história cultural dos saberes pedagógicos**. São Paulo: Escrituras, 1998.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, Augustín. **Emoções e educação: a construção histórica da educação emocional**. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GATTI JÚNIOR, Décio; VALE GATTI, Giseli Cristina do. História e historiografia das instituições escolares: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos. *In*: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (org.). **Instituições, histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2018. p. 23-53. 1 v.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

LUCHESE, Terciane Ângela. História das instituições escolares, um olhar teórico-metodológico. *In*: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (org.). **Instituições, histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul: EducS, 2018.

LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (org.). **Instituições, histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul: EducS, 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 16, n. 1 (46), jan./abr. 2005.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como pesquisar**. Campinas: Alinea, 2013.

PERES, Eliane Teresinha. A constituição de um arquivo e a escrita da história da educação: do gesto artesão à prática científica. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-23, 2019.

PINHEIRO, Rafael de Souza. **Processos de escolarização em Flores da Cunha/RS: o Grupo Escolar Frei Caneca (1925-**

1940). 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?. **Educar em revista**, Curitiba, n. 18, p. 13-28, 2001.

SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006.

SOBREIRA, Fernanda Roma. **A contribuição do Colégio Cruzeiro para as dinâmicas de manutenção da identidade cultural germânica no contexto escolar brasileiro (1914-1945)**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

VANZ, Samanta. **Grupos escolares municipais de Caxias do Sul: espaço, tempo e culturas escolares**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2024.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. *In*: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa. **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

Repositório Ecoar: a experiência de organização de um espaço digital para preservação e acesso ao patrimônio histórico-educativo

Samanta Vanz⁴²

Elisângela Cândido da Silva Dewes⁴³

José Edimar de Souza⁴⁴

Considerações iniciais

Preservar acervos de patrimônio histórico-cultural das instituições escolares evidencia a valorização da memória como dimensão fundamental das pesquisas em História da Educação. Representantes da cultura escolar, os documentos organizados e categorizados em repositórios possibilitam o acesso a fontes diversas, assim como diferentes possibilidades de leituras, interpretações e usos. Sobre a importância do local de preservação desses materiais, Magalhães alerta:

Frequentemente, historiar o local (território educativo, instituição, município pedagógico) é defrontar-se com uma ausência de documentação ou informação pouco representativa, a que acrescem dificuldades em contrapor ao historiográfico, efeméride, à memória, a visão do coletivo baseada em fontes arquivísticas e na dialética entre memória e arquivo. A preservação e a organização das fontes locais estão condicionadas pela associação que os membros das comunidades regionais e locais estabelecem entre memória e construção historiográfica (Magalhães, 2010, p. 30).

A identificação e a catalogação dos documentos, e aqui nos atentamos aos produzidos pelas e sobre as instituições

⁴² Doutora em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS).

⁴³ Doutora em Educação, Universidade de Caxias do Sul (UCS).

⁴⁴ Doutor em Educação, Universidade de Caxias do Sul, CNPQ/Fapergs.

escolares, facilitam o trabalho de historiadores, potencializando as possibilidades de pesquisas e a ampliação do uso das fontes no trabalho da História da Educação. Esses acervos constituem um campo fértil de apropriações e criações, no qual a memória escolar se entrelaça, constituídos de diferentes temporalidades e espacialidades.

Este estudo se estabelece na relação entre a memória e o documento – “Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente”, lembra-nos Le Goff (1990, p. 47) –, desenvolvendo-se a partir da temática da História da Educação e com o propósito de entender como os repositórios de documentos escolares podem contribuir para pesquisas na área da História das Instituições Escolares e colaborar para a valorização do patrimônio histórico-cultural.

O objeto de estudo é o Repositório Ecoar, resultado do trabalho conjunto de diferentes pesquisadores, que investigaram instituições escolares, por meio de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs)⁴⁵, projetos de pesquisa coordenados pelo Prof. Dr. José Edimar de Souza. Nesses estudos, parte-se do entendimento de que analisar as escolas permite aprofundar a compreensão sobre o processo de escolarização, as relações humanas no interior desses locais, os rituais, as práticas, a materialidade e os modos como professores e alunos estabelecem diálogos com essas instituições e com a sociedade. Para Souza (2023, p. 8), “a história das institui-

⁴⁵ Este estudo está ligado aos seguintes projetos de pesquisa: Grupo Escolar no Vale do Sinos e na Serra Gaúcha no Século XX: histórias, culturas e práticas; Grupo Escolar no Rio Grande do Sul no Século XX: culturas e práticas em perspectiva regional; Histórias da escola: modos de recompor identidades em contextos de desastres climáticos.

ções perpassa nossas histórias pessoais, de vida e produzem marcas indeléveis em nossa trajetória”.

Para fundamentação teórica, partimos da premissa, dada por Magalhães (1998, p. 61), de que, “no plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciadas”. Amparamos este estudo, portanto, no diálogo entre a História Cultural e a História da Educação.

Segundo Cunha (2015, p. 294), os espaços de preservação da memória escolar compõem um movimento importante para a pesquisa na área da Educação:

Organizados na clave de uma lógica memorial e emocional, na maior parte das vezes a partir de experiências e esforços pessoais, se impõem como espaços de pesquisa imprescindíveis. Sua importância para a pesquisa se configura como um modo privilegiado de acesso a vestígios de sensibilidades, de encenação de atos rituais, de reconhecimento de diferentes práticas de sociabilidades geracionais.

Preservar, no sentido do compartilhamento social, é uma forma de se preocupar com a memória e o patrimônio cultural, histórico e educativo. Para Magalhães (1998, p. 61), esse movimento se dá a partir de uma “história construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória”. Essa abordagem respalda um olhar investigativo que estabelece o percurso das instituições escolares em seus contextos, olhando também para os extramuros da escola como componentes de uma investigação acerca da educação.

Destacamos o percurso do desenvolvimento do Repositório Ecoar como uma construção histórica social, na qual a participação social e cultural se faz com um profundo significado pedagógico (Magalhães, 2010, p. 30). Para Cunha e Campos (2020, p. 5), organizar um acervo articula a dimensão das escolhas, “das práticas culturais representadas

na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade que merecem ser preservadas”.

Nossa perspectiva teórica metodológica está situada na História Cultural. Procuramos evidenciar, a partir de um relato de experiência, a institucionalização de um acervo histórico cultural de instituições escolares, que foi organizado com o suporte da Análise Documental e da História Oral, para a sua preservação e seu compartilhamento. Conforme Silva (2006), os acervos não se limitam a depositários da memória local; é necessário que estejam em constante movimento e sintonia com a memória coletiva. Sendo assim, cada documento foi considerado como o resultado de um conjunto de escolhas – dos sujeitos que os elaboraram, dos sujeitos que os preservaram e dos sujeitos que os selecionaram como parte integrante de um espaço de memória.

Destacamos, ainda, que a construção do repositório mobilizou saberes em diferentes áreas, articulando, por exemplo, a História, a Arquivologia, a Biblioteconomia e as Ciências da Informação. Nesse sentido, “a informação como centro das discussões acerca do objeto de estudo da Arquivologia e da Biblioteconomia, onde é extraída de documentos e a qual define se o documento em questão é arquivístico ou Bibliográfico [...]” (Rabelo; Cé, 2023, p. 3).

O caminho teórico-metodológico foi construído para nos ampararmos frente ao desafio de oferecer um novo espaço digital para fomentar as pesquisas em História da Educação; diante do avanço de um cenário digital no contexto das pesquisas históricas; da demanda por espaços com um compromisso ético na gestão de documentos; bem como, em face do desejo de democratizar as fontes que foram exploradas e que até então estavam pouco acessíveis ou restritas a acervos particulares.

Ecoar: constituindo um repositório acerca da história das instituições escolares

A criação do repositório digital foi articulada a partir de três diferentes áreas do conhecimento: a História da Educação, a Arquivologia e a Informática. Consideramos, como procedimentos da constituição do repositório, etapas que envolveram: a coleta de documentos, registro fotográfico/gravação, organização, catalogação e viabilização dos acervos.

O primeiro passo do processo foi a coleta dos documentos e a realização das entrevistas com os sujeitos de interesse. Nessa parte, foram investigados documentos como fotografias, atas escolares, periódicos, cadernos de docentes e discentes, registros fotográficos de objetos escolares, entre outros. Para o registro das memórias orais, foram entrevistados sujeitos que rememoraram a passagem por diferentes instituições educativas situadas na região do Vale dos Sinos e da Serra Gaúcha.

Ao longo de quatro anos, durante o desenvolvimento dos projetos de pesquisa *Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha – práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX* e *Instituições Escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha: práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX* (2019 – 2022), foram reunidos tanto os documentos quanto as memórias orais. A articulação entre documentos e memórias orais permitiu a construção de um arquivo dinâmico, plural em perspectivas e significados, que permanece acessível a outros pesquisadores interessados na temática e que serviu, durante esse período, como fontes para a elaboração de diferentes estudos, tanto em caráter nacional como internacional. Como resultado, houve participação em eventos,

organização de livros, capítulos de obras e publicações em revistas na área da História da Educação.

Com os projetos de pesquisa, identificou-se a necessidade de democratizar o acesso às fontes que foram encontradas a partir das visitas às instituições escolares e do encontro com os sujeitos de pesquisa. A preocupação com o que fazer com um acervo rico, e, muitas vezes, inacessível, foi antecessora à própria organização do repositório. Como uma instituição de guarda de documentos, o repositório fornece não apenas uma forma de preservação, mas também de visibilidade para esses materiais, que, muitas vezes, encontram-se em acervos pessoais e escolares, portanto, sem terem sido explorados por pesquisadores.

Para isso, foi necessário realizar a escolha e aquisição de equipamentos que colaborassem para a digitalização das fontes, além do respaldo ético para seus usos, com a coleta das autorizações para a utilização na pesquisa. Essa etapa exigiu planejamento para a organização do repositório a partir de critérios de catalogação e indexação dos dados à plataforma *online*, objetivando facilitar sua busca e localização no *site*, considerando que essa organização é um alicerce fundamental para a acessibilidade dos acervos. Para Vidal (2005), essa preocupação com a ordenação do acervo digital e com como os pesquisadores poderiam lidar com os arquivos escolares é suscitada pela inquietação a respeito da preservação dos documentos escolares, seu arquivamento, conservação e descarte.

A sistematização das fontes e a realização de um inventário de documentos foram os passos seguintes, que exigiram a mobilização e estruturação de uma equipe de trabalho, integrada tanto por pesquisadores de diferentes instituições (vinculados aos grupos de pesquisa) – Grupo de Pesquisa Rede Internacional de Pesquisas e Estudos em Educação, Cultura, Espiritualidade e Religião (REDIPE-EDUCERE),

Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM) e Educação no Brasil: memórias, instituições e cultura escolar (EBRAMIC) – os quais colaboraram com suas pesquisas para a efetivação do repositório, quanto por uma equipe de bolsistas de iniciação científica, cujo trabalho foi o desenvolvimento da plataforma e a indexação das fontes ao repositório. Para a sistematização do ambiente *online*, foram considerados itens como: a facilidade do acesso e a usabilidade; o design e a funcionalidade, o que resultou em uma proposta visual para o repositório; e a catalogação dos documentos por instituições e tipologia das fontes – atividade que foi realizada fora da plataforma, com a criação do inventário de documentos por meio do *Microsoft Excel*. Posteriormente, realizou-se a criação de metadados e a indexação dos documentos no espaço digital, etapa que ainda está em andamento devido à quantidade de documentos coletados.

A proposta do repositório também envolveu a definição de um nome e a criação de uma identidade visual, acompanhada pela especialista em design gráfico, Samanta Vanz (2024), também vinculada à área da Educação. A opção pelo nome “Ecoar” deu-se a partir da ideia de “resposta”, “repercussão” e “permanência”; não apenas no sentido de emitir algo, “reverberar”, mas de atravessar o espaço e o tempo. “Ecoar” como algo que não se dissipa, mas se multiplica. A proposta é apresentada da seguinte forma, articulando seu valor conceitual e seu valor gráfico (Figura 1):

Figura 1 – Apresentação da identidade visual do Repositório Ecoar



Fonte: Vanz (2004).

Esse processo foi fundamental para estabelecer uma conexão clara e coerente com o propósito do espaço e para aproximar pesquisadores e usuários, por meio de uma identidade visual e conceitual que favorecesse o reconhecimento da plataforma e fortalecesse sua presença no ambiente digital, incentivando o engajamento e a colaboração no repositório.

A etapa de categorização dos documentos foi essencial para a estruturação do repositório, visto que sua execução serviu para a organização do acervo. Esse trabalho ainda está em andamento e passa pela ordenação e agrupamento em categorias, temas e tipos de documentos. Atualmente, todo o trabalho de catalogação dos documentos e arquivos foram digitalizados e salvos no formato PDF. Até o momento, esse processo possibilitou organizar as seguintes coleções (Quadro 1):

Quadro 1 – Categorização dos documentos disponíveis

Categoria	Subcategoria
Almanaques	Revistas produzidas por órgãos de ensino
Periódicos	Jornais comerciais e pedagógicos
Acervos escolares	Cartilhas e livros escolares
	Iconografia
	Documentação escolar
	Materiais escolares
Livros de atas	Instituições escolares e órgãos de ensino
Relatórios	Instituições escolares e órgãos de ensino
Coleções de <i>e-books</i>	<i>E-books</i>
Banco de História Oral	Entrevistas

Fonte: elaborado pelos autores.

As coleções de documentos acabam por revelar informações importantes acerca das instituições escolares, sua organização administrativa e didático-pedagógica. Para Cunha (2015, p. 295), “documentos escolares antes tratados pela sua utilidade passam, cada vez mais, a valerem pela sua capacidade de remeter a outra coisa – valor de signo – e para a compreensão do conjunto de fazeres praticados no interior da escola”.

As coleções apresentadas anteriormente fazem parte da seção “Acervos”. Ao todo, a hierarquia do repositório está organizada da seguinte forma:

- **Início** – apresentação do projeto;
- **Equipe** – relação dos participantes (pesquisadores colaboradores e bolsistas);
- **Histórico** – história do repositório e sua vinculação aos projetos de pesquisa, imagens das divulgações feitas;

- **GRUPHEIM** – apresentação do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória e suas respectivas produções;
- **Acervos** – organização e acesso dos documentos;
- **Teses e dissertações orientadas** – lista das produções acadêmicas orientadas pelo Prof. Dr. José Edimar de Souza relacionadas à temática dos grupos escolares;
- **Mais** – aba que organiza o espaço para as doações de mais documentos, eventos realizados, ações desenvolvidas, livros resultados das pesquisas e *links* similares que levam a outros repositórios.

A preocupação em criar uma experiência fácil para os pesquisadores foi o conceito norteador para hierarquia de navegação: o foco esteve em construir uma plataforma simples, intuitiva e funcional, que facilitasse a busca por documentos, a visualização e o *download* dos arquivos. Na Figura 2, é possível observar a organização das categorias com suas respectivas *thumbnails*:

Figura 2 – Seção “Acervos” do Repositório Ecoar



Fonte: elaborada pelos autores.

Em cada uma das categorias presentes na seção “Acervos”, existe a possibilidade de navegação por toda a base de documentos, assim como o uso de “Busca” ou de “Filtros”, que foram pré-estabelecidos a partir dos metadados.

Como afirma Bacellar (2008, p. 51), “o iniciar de uma pesquisa exige a localização das fontes”. Ao passar as fontes por um tratamento arquivístico prévio, objetiva-se organizar e identificar todo e qualquer documento cujo *upload* se realiza no repositório, disponibilizando-o irrestritamente para qualquer pesquisador em escala global. Toda a modelagem no banco de dados e o gerenciamento dos arquivos possibilitam que se tenha desempenho no modo de visualização do visitante, permitindo que este navegue da forma que desejar pelos acervos, além de oportunizarem, no modo de edição, a inserção de dados, que pode ser feita a qualquer momento, para atender quaisquer necessidades que forem surgindo no decorrer do desenvolvimento do repositório. Na Figura 3, apresentamos um exemplo de como os documentos são organizados na página dos respectivos acervos, observando que, na parte esquerda, ficam os filtros:

Figura 3 – Organização da categoria Acervos Escolares

ECOAR

INICIO

Equipe

HISTÓRIA

Gráficos

Acervos

Telex e Dissertações Orientadas

Mais

Acervos Escolares

HOME

ACERVOS ESCOLARES

ITEM

Busca

Filtros

Metadados disponíveis

Ordenar por

por

Data de criação

Visualização

Telex

Ver item...

Filtros

Resumo geral

Estado de conservação

Documentos Registrados

10

Imagem

2

Item

2

Item

2

Tipos de acervo

Documentos

10

Imagem

2

Item

2

Local em que o documento foi originalmente armazenado

Grupo Escolar João Thome Centro do Sul

10

Telex

2

Imagem

2

Item

2

Tipos de documento

PDF

10

Item

2

Ver a lista - certificação original e cópia - disponibilizada em 15 folhas

João Thome do Sul

Documental

Veramente Legado

Grupo Escolar João Thome Centro do Sul

Colégio Estadual Pedro Collection - Documento semestral

João Thome do Sul

Imagem

Imagem

Colégio Estadual Pedro Collection

Colégio Estadual Pedro Collection - Documento de comemoração dos 50 anos

João Thome do Sul

Documental

Imagem

Colégio Estadual Pedro Collection

Colégio Estadual Pedro Collection - Livro de Caderno de Colégio Estadual Pedro Coll.

João Thome do Sul

Documental

Item

Colégio Estadual Pedro Collection

Colégio Estadual Pedro Collection - Livro de livro de história

João Thome do Sul

Documental

Item

Colégio Estadual Pedro Collection

Colégio Estadual Pedro Collection - Livro de material escolar

João Thome do Sul

Documental

Item

Colégio Estadual Pedro Collection

Colégio Estadual Pedro Collection - Livro de notas pessoais dos alunos

João Thome do Sul

Documental

Item

Colégio Estadual Pedro Collection

Colégio Estadual Pedro Collection - Livro de atas das reuniões pedagógicas

João Thome do Sul

Documental

Item

Colégio Estadual Pedro Collection

Colégio Estadual Pedro Collection - Livro para o ensino auxiliar

João Thome do Sul

Documental

Paralelamente Registrado

Colégio Estadual Pedro Collection

Edição Item 1 de 1 de 10

Item por página: 12

2 para página: 1


1

Fonte: elaborada pelos autores.

Ao entrar em um documento de interesse, o pesquisador tem acesso a mais informações, identificadas como “Metadados”, que trazem uma contextualização do documento: título e descrição; responsável pela coleta e digitalização; ano de produção; tipo de acervo; estado de conservação e local em que o documento foi coletado e/ou produzido.

Como sinaliza Ferreira (2024, p. 155), os repositórios estão sujeitos “às especificidades de uma instituição, um grupo, uma rede de pesquisa, outras instâncias ou da própria equipe que o coordena”. Nesse sentido, possibilitar a visualização dos metadados do documento antes mesmo de seu *download* facilita o acesso à informação científica específica de cada material, tornando o ambiente digital seguro para o pesquisador efetuar sua coleta de dados. A visualização prévia serve para a verificação do conteúdo por parte do pesquisador antes do *download* (Figura 4). É nessa etapa que o pesquisador pode verificar as condições do conteúdo dos documentos, visto que os manuscritos ainda apresentam, muitas vezes, dificuldade em sua leitura (Bacellar, 2008).

Figura 4 – Apresentação do documento com suas respectivas informações


[Início](#)
[Equipe](#)
[Histórico](#)
[Grupheim](#)
[Acervos](#)
[Teses e Dissertações Orientadas](#)
[Mais](#)

Ler a Jato – cartilha para crianças e adultos – alfabetização em 15 folhas

repositoriogrescolar@gmail.com / março 5, 2025

Documento

Cartilha-in...

1 / 12

24%

+


📄

🔗


⬇️

🖨️


⋮




1



2





Metadados

Título Ler a Jato - cartilha para crianças e adultos - alfabetização em 15 folhas	Ano 1968
Descrição cartilha incompleta 1968 - páginas faltantes : 12,13,17,18,19 e 20 Autor: Glida de Freitas Tomatis	Tipo de acervo Documental
Responsável José Edmar de Souza	Estado de conservação Parcialmente Degradado
	Local em que o documento foi exarado/evento ocorreu Grupo Escolar João Triches Cavais do Sul

Fonte: elaborada pelos autores.

Na digitalização, buscou-se preservar, sempre que possível, as fontes em sua totalidade. No entanto, muitos documentos apresentavam trechos danificados ou, no caso de séries documentais, como livros de atas e cartilhas, páginas ausentes. Durante a etapa de organização, foi dedicada atenção especial à avaliação do impacto dessas lacunas na compreensão e análise do conteúdo. Com base nisso, optou-se por incluir os documentos no repositório – com a

devida sinalização das ausências – ou, quando necessário, deixá-los de fora.

Esse fluxo de produção técnica interna, feito pela equipe do repositório, organiza os documentos a partir de seu estado de conservação em: intacto, bom, parcialmente degradado ou degradado. Essa classificação não é apenas uma etapa operacional, mas um procedimento para assegurar a qualidade, a transparência e a confiabilidade do acervo digital. Ao indicar com clareza as condições físicas de cada documento, o repositório fornece aos usuários informações para a análise crítica das fontes, alertando sobre eventuais perdas de conteúdo, falhas de leitura ou riscos de interpretação equivocada.

Essa identificação também contribui para a preservação da memória institucional, ao documentar o estado atual dos acervos e possibilitar o monitoramento de sua degradação ao longo do tempo. Além disso, permite que se reflita sobre futuras ações de conservação e restauro, contribuindo para a sustentabilidade do acervo a médio e longo prazo. Ao integrar esse cuidado técnico à curadoria digital, o repositório fortalece sua função educativa e de apoio à pesquisa, promovendo o acesso responsável e contextualizado às fontes históricas.

Na operacionalização do repositório, o espaço criado com um formulário para que pessoas interessadas possam doar documentos é uma forma de ampliar e diversificar o acervo já existente, reforçando o compromisso com a preservação da memória coletiva. Por meio desse canal, pesquisadores e a própria comunidade são convidados a participar ativamente do processo de construção do acervo. Esses materiais passam pela fase de triagem técnica e curatorial, respeitando os mesmos critérios de avaliação e classificação de conservação adotados com os demais arquivos.

A experiência até aqui tem evidenciado que o repositório representa uma possibilidade para pesquisadores da área da Educação, ao viabilizar o acesso a documentos e informações anteriormente pouco explorados. Além de tornar visível a trajetória das instituições escolares, o repositório atua como um espaço de preservação da memória por meio de conteúdos manuscritos, iconográficos, impressos ou orais. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que amplia o campo de investigação e contribui para a valorização e a salvaguarda do patrimônio educacional.

Considerações finais

O Repositório Ecoar exemplifica como a articulação entre História, Arquivologia e Informática pode gerar um espaço de memória acessível, que promove o aprofundamento do conhecimento sobre as instituições escolares. Oriundo das pesquisas que objetivavam compreender e preservar a memória escolar do começo do século XX na região do Vale dos Sinos e da Serra Gaúcha, o acervo reúne documentos e memórias orais, possibilitando novas leituras e interpretações das práticas educativas. Para Cunha (2025, p. 15), os arquivos em papel perpetuam uma prática que foi comum: a de “preservar e proteger algo que, com a passagem do tempo, poderá ser esquecido, destruído e mesmo descartado, tornando-se lixo”. Ao digitalizá-los, procurou-se conservar algo que se deteriora e se perde com o tempo, além de democratizar o acesso a essas fontes, muitas vezes, difícil.

O esforço empreendido por pesquisadores, ao explorar novos acervos em busca de vestígios sobre a História da Educação, e pela equipe do repositório, ao fazer o trabalho de organização, foi um compromisso com o ofício do historiador, viabilizando novas pesquisas – e também novos desafios. Preservar e compartilhar são formas de valorizar

os documentos como fontes de memória e de história da escolarização.

A catalogação, a digitalização e a criação de metadados fizeram parte da operacionalização técnica do processo de construção e manutenção do repositório, garantindo a organização eficiente do acervo. Como resultado, estabeleceu-se uma navegação intuitiva, com uma fácil busca pelos documentos de interesse. A plataforma, ainda em fase de expansão, reflete o compromisso com a continuidade da preservação e o incentivo à pesquisa na área.

Ao articular acervo e curadoria, o Repositório Ecoar frisa a importância da preservação do Patrimônio Histórico-Educativo para as pesquisas e para a divulgação científica de estudos no campo da História da Educação e da História das Instituições Escolares, disponibilizando documentos que testemunham práticas, discursos e políticas educativas de diferentes períodos e espaços.

Referências

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Arquivos pessoais de educadores catarinenses (século XX e XXI): a que será que se destinam? *In*: CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; FERRONATO, Cristiano (org.). **Explorando fontes, arquivos e repositórios para a escrita da História da Educação**. Aracaju: Criação, 2025.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos escolares: olhares ao passado no tempo presente. **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 293-296, set./dez. 2015.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CAMPOS, Emerson César de. Um itinerário de pesquisa: aspectos sobre a temática patrimônio histórico-educativo na história da educação (2000-2015). **Revista. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 6, p. 1-16, 2020.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Acervo e Repositório Digital – ARA: Memória e História da Educação no Centro-Oeste e

Norte Brasileiros. **Revista Momento – diálogo em educação**, v. 33, p. 150-168, jan./abr. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES, Justino. **Da cadeira ao Banco: Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)**. Lisboa: Educa & Ui&dCE, 2010.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. *In*: SOUSA, Cinthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

RABELO, Natália Bruno; CÉ, Graziella. Repositórios Digitais: especificidades e proximidades sob a ótica da Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science: research trnds**, v. 17, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/13103/12636>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SILVA, Zélia Lopes da. Os acervos históricos: guardar para que e para quem?. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 2, p. 13-24, 2006.

SOUZA, José Edimar de. **Os Grupos Escolares – Memórias, Trajetórias e Culturas**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2023.

VANZ, Samanta. **Identidade visual do Repositório Ecoar**. Caxias do Sul, 2024.

VIDAL, Diana Gonçalves. Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 5, n. 2, p. 71-73, jul./dez. 2005.

Posfácio

“O presente é a soma de nostalgias, agora irremediáveis. A memória suporta o passado por reinventá-lo incansavelmente. Tento espantar o presente balbuciando uma nova palavra. Tudo é maio, tudo é seco, tudo é frio” (Queirós, 2017, p. 59-60).

O tempo vivido no presente guarda camadas do ontem, de passados mais recentes e mais antigos, bem como prenuncia os amanhãs, como refere Koselleck (2014). A História se ocupa do passado humano a partir de perguntas do presente, construindo objetos investigativos, pensados sob fundamentos e referenciais teórico-metodológicos. Já a memória, entre individual e coletiva, reinventa o passado constantemente, como refere Queirós (2017). Entre nostalgias e ressignificações, a memória é objeto da História.

Esta é produzida pelo exercício de organizar, recortar e dispor de outras maneiras documentos de diferentes naturezas para compor narrativas de distintos espaços e tempos. Nesse sentido, os autores da obra *Caleidoscópio da História da Educação: acervos, memórias e História*, buscaram contribuir, com suas escritas, para a valorização e preservação do nosso patrimônio histórico, mobilizando conceitos que nos convidam a refletir sobre nosso lugar na História; reunindo depoimentos orais que traduzem experiências e práticas do cotidiano escolar e de seus desdobramentos. Assim, tematizando suas pesquisas, correlacionando-as a escritas colaborativas.

A História da Educação, como campo de investigação, é um campo fértil na diversidade de temáticas. O olhar para o passado educacional no Brasil e para além dele nos permite vislumbrar nuances potentes e novas perspectivas de objetos, mas também de documentos e referenciais teóri-

cos. Os trabalhos reunidos nesta obra se estruturam pelo viés da memória: iconográfica, oral ou arquivada. É pela memória que acessamos um universo de lugares e também conseguimos, no tempo presente, reconhecer os percursos e processos construídos. Entendemos como Gomes (1996), que a memória é um trabalho, ela refaz o passado segundo imperativos do presente e exige do pesquisador escolhas, negociações na guarda e na manutenção de grupos, de representações e de ações que traduzem uma cultura.

A cultura é uma forma de leitura e de tradução da realidade que se mostra de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada. Williams (1994, p. 196) acrescenta que “[...] la organización social de la cultura, como sistema signifiante realizado, está inserta em toda uma gama de atividades, relaciones e instituciones [...]”, estruturada por um conjunto de práticas, usos e valores. A cultura é, pois, uma tradução do mundo em significados, não é o reflexo da realidade.

É pela socialização do indivíduo, que, no interior do seu grupo de pertencimento, são interiorizados modelos culturais, ou impostos a ele pela força da hereditariedade ou da tradição ou pela construção da identidade que assume em relação ao seu grupo de inserção. Nesse sentido, a cultura, como elemento que permite acessar o passado escolarizado, considera que, no Brasil, ainda temos desafios a serem superados no que tange à criação e à organização de acervos, bem como ao incentivo à criação de espaços de memória. Caberia ainda questionar: o que e como estamos guardando nossas memórias? Em que medida, com a pesquisa científica, estamos contribuindo com condições para histórias e culturas plurais nas práticas e instituições?

Ao revisitar o passado temos o dever de gerar memória e conhecimento, tensionando novos dizeres na escrita histo-

riográfica. É pela preservação da memória que conseguimos avaliar e projetar novos futuros. A preservação e valorização dela, por meio da constituição e manutenção de acervos, têm despertado o interesse de pesquisa no campo da História da Educação. A temática do arquivo, dos usos e tecnologias que envolvem as práticas decorrentes dessa organização indicam a necessidade de uma discussão nacional sobre o patrimônio histórico e, de modo especial, do patrimônio histórico educativo. A exemplo de tal movimento, podemos citar a organização do Grupo de Trabalho de Patrimônio Histórico Educativo vinculado ao GT de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), à Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) e apoio da Associação Nacional de História (Anpuh – Brasil). No referido GT, além de importante levantamento do patrimônio histórico educativo no país, na Carta de Natal, reitera-se o conceito de Patrimônio Cultural Educativo, afirmando-o como:

O Patrimônio Cultural Educativo constitui-se do legado tangível e intangível relacionado à história da educação e faz referência às dinâmicas de ensino-aprendizagem, de desenvolvimento de ideias e práticas pedagógicas, à memória e ação dos indivíduos em espaços de saber escolarizado. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva, são-lhe atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural. Patrimônio Cultural Educativo são todos os bens salvaguardados em escolas, centros de memória, instituições de ensino técnico e superior, universidades, no território brasileiro que tenha passado por organização tecnocientífica ou por processos visando à apresentação pública de um patrimônio animador da produção de pesquisas (acadêmicas ou não), dinamizador de ações de memória e história das instituições escolares, suas comunidades e territórios, amparo da história e da historiografia da educação no país. São objetos de significação cultural da Educação coleções de materiais pedagógicos, didáticos, voltados ao ensino e aprendizagens de múltiplas disciplinas escolares em vigor ou não, sejam nas áreas de

Humanidades, Ciências Exatas, Biológicas, Linguagens Artísticas, Comunicação e Informação, objetos científicos lotados em laboratórios, museus escolares, centros de memória, acervos escolares e universitários com vistas à história do ensino, da escola, da formação de professores, da educação (Sociedade Brasileira de História da Educação, 2024, n. p).

Legados tangíveis e intangíveis, bens salvaguardados em diferentes espaços e instituições que nos permitem pensar nos objetos histórico-educacionais diversos. Considerando que a produção do conhecimento no campo da História da Educação é interdisciplinar, dialogar com a História, Sociologia, Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia, para citar alguns campos, corrobora o argumento da prática de pesquisa e do ensino de História, mobilizando chaves conceituais que pretendem traduzir contextos e modos como a escolarização se desenvolveu em um determinado espaço e tempo.

A leitura dos trabalhos que compõem esta obra é um convite à reflexão diante da própria constituição do conhecimento histórico, dos ensinamentos e aprendizagens que revisitar nosso passado pode possibilitar; bem como, de análise das idiossincrasias que nos constituem. A escola segue sendo, na nossa percepção, um lugar privilegiado para que a formação humana, social, crítica e cultural aconteça. Isso passa pelo reconhecimento de que uma instituição escolar não se constrói de forma instantânea. Há de se observar o percurso e identificar no processo os sujeitos, as políticas, as manifestações, as organizações e o coletivo que compõem cada trajetória. A educação é feita disso, de experiências e de fazeres de sujeitos sociais. Boa leitura e inspirações para novas pesquisas.

Prof. Dr. José Edimar de Souza
Profª. Dra. Terciane Ângela Luchese
Caxias do Sul, outono de 2025.

Referências

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 17-30, jan./dez. 1996.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Vermelho amargo**. 2. ed. São Paulo: Global, 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SBHE). Carta de Natal (RN) sobre o patrimônio educativo. **Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)**, Natal, 14 ago. 2024. Disponível em: <https://sbhe.org.br/2024/12/23/carta-de-natal-rn-sobre-o-patrimonio-educativo/#:~:text=A%20%E2%80%9CCarta%20de%20Natal%20sobre,pol%C3%ADticas%20que%20visem%20%C3%A0%20sua>. Acesso em: 6 jun. 2025.

WILLIAMS, Raymond. **Sociología de la cultura**. Barcelona, Espanha: Ediciones Paidós Ibérica, 1994.

Sobre os autores

Daiane Dala Zen

Doutora em Educação, mestra em História e professora da rede pública municipal de Flores da Cunha. Historiadora registrada sob o número 14021.135091/2021-01. Desenvolve estudos nas áreas de História das Mulheres, Educação e Ensino de História. Atua como vice-presidenta do Sindicato dos Servidores Municipais de Flores da Cunha (gestão 2023 – 2026). É membra do Grupo de Pesquisa História, Imigração e Memória (GRUPHEIM – UCS), do Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero da Anphurs e do Conselho Municipal de Educação de Flores da Cunha.

E-mail: daiane.dala@edu.floresdacunha.rs.gov.br

Elisângela Cândido da Silva Dewes

Mestra em Educação. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista PROSUC/CAPES. Especialista em Cultura Organizacional e Comunicação. Bacharel em Comunicação Social. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM – UCS); e do projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq, Grupo Escolar no Rio Grande do Sul no século XX. Pesquisa as escolas rurais, imprensa pedagógica, cinema educativo e a cultura material escolar.

E-mail: elisangela.silva@ucs.br

Eveline Fischer

Mestre em Educação. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Vacaria. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

E-mail: efischer1@ucs.br

Fernanda Rodrigues Zanatta

Mestra em Educação. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, na linha de pesquisa História e Filosofia da Educação. Bolsista PROSUC/CAPES. Especialista em Psicopedagogia (Faculdades Integradas de Amparo – SP), em Gestão Escolar (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) e em Gestão Escolar (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora das redes estadual e municipal de ensino no município de Barão. Membro do Grupo de Pesquisa em História, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Integrante da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) e da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Presidente do Conselho Municipal de Educação de Barão. Vice-coordenadora da regional AMVARC da UNCME/RS. Formadora Municipal do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI/SUL). Professora do Curso Normal. Pesquisa escolas normais, grupos escolares, escolas étnicas e culturas escolares. E-mail: frzanatta@ucs.br

Fernanda Lemos

Mestra em Educação. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista PROSUC/CAPES. Especialista em: Neurociências pela Universidade La Salle; em Psicopedagogia Clínica – Institucional e Hospitalar pela Faculdade da Serra Gaúcha (FSG); e em Alfabetização e Letramento (FSG). Licenciada em Pedagogia (UCS). Professora na rede municipal de Caxias do Sul. Coordenadora pedagógica em escola particular para primeira infância. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Sócio-proprietária da Percorerre – entrelaçando saberes. Lattes ID: 8191450748639784. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-1093-9211>. E-mail: flemos@ucs.br

José Edimar de Souza

Doutor com estágio de pós-doutorado em Educação na UNISINOS. Professor da Universidade de Caxias do Sul. Atua na Área de Humanidades, na graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História. É Pesquisador Gaúcho -PqG (Fapergs). É vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Coordena os projetos Grupo Escolar no Rio Grande do Sul no Século XX: culturas e práticas em perspectiva regional (CNPq-Brasil) e Grupo Escolar no Vale do Sinos e na Serra Gaúcha no Século XX: histórias, culturas e práticas (Fapergs).

E-mail: jesouza1@ucs.br

Maria Laura Brito Ortis

Mestra em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. Indígena do Distrito de Iauaretê, do município de São Gabriel da Cachoeira – Amazonas. A etnia Tariano, cujo significado é “filhos do sangue do trovão”, DIAPÓ DIROÁ MASÍ, de origem Aruak, tem hoje a imensa maioria dos Tariana falando a língua Tukano. Meu nome indígena é KUMATAHRO, e minha língua materna é Tukano.

E-mail: mariabrito051979@gmail.com

Mariane Fruet de Mello

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. Especialista em Auditoria e Perícia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria. Licenciada em Formação Pedagógica pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Cruz Alta. Atualmente, é auditora de controles internos na Prefeitura Municipal de Vale Real – RS.

E-mail: marifruett@hotmail.com

Rafael de Souza Pinheiro

Mestre em Educação, na linha de pesquisa História e Filosofia da Educação, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Licenciado em História e Geografia pela UCS. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imi-

gração e Memória (GRUPHEIM). Integrante do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC). Realiza pesquisas sobre História da Educação, sujeitos, instituições, arquivos e acervos escolares. Atualmente, é tutor de ensino a distância na UCS e professor no Colégio Mutirão de São Marcos.
E-mail: rspinheiro@ucs.br

Samanta Vanz

Doutora e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEDU – UCS). Bolsista PROSUC/CAPES. Bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa do CNPq – Nível 1^a. Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM) e membro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE). Participante dos projetos Grupo Escolar no Vale do Sinos e na Serra Gaúcha no século XX: histórias, culturas e práticas; Grupo Escolar no Rio Grande do Sul no século XX: culturas e práticas em perspectiva regional; e Histórias da escola: modos de recompor identidades em contextos de desastres climáticos, coordenados pelo Prof. Dr. José Edimar de Souza (UCS). Professora do curso de Design do Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3883-0224>.
E-mail: svanz1@ucs.br

Terciane Ângela Luchese












É professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Licenciada e Mestre em História. Doutora em Educação. Possui Pós-Doutorado em História da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Pesquisadora 1 D do CNPq.
E-mail: taluches@ucs.br

A Editora

A Editora da Universidade de Caxias do Sul, desde sua fundação em 1976, tem procurado valorizar o trabalho dos professores, as atividades de pesquisa e a produção literária dos autores da região. O nosso acervo tem por volta de 1.600 títulos publicados em formato de livros impressos e 600 títulos publicados em formato digital. Editamos aproximadamente 1.000 páginas por semana, consolidando nossa posição entre as maiores editoras acadêmicas do estado no que se refere ao volume de publicações.

Nossos principais canais de venda são a loja da Educs na Amazon e o nosso site para obras físicas e digitais. Para a difusão do nosso conteúdo, temos a publicação das obras em formato digital pelas plataformas Pearson e eLivro, bem como a distribuição por assinatura no formato streaming pela plataforma internacional Perlego. Além disso, publicamos as revistas científicas da Universidade no portal dos periódicos hospedado em nosso site, contribuindo para a popularização da ciência.

Nossos Selos

- 
-  **EDUCS/Ensino**, relativo aos materiais didático-pedagógicos;
 -  **EDUCS/Origens**, para obras com temáticas referentes às memórias das famílias e das instituições regionais;
 -  **EDUCS/Pockets**, para obras de menor extensão que possam difundir conhecimentos pontuais, com rapidez e informação assertiva;
 -  **EDUCS/Pesquisa**, referente às publicações oriundas de pesquisas de graduação e pós-graduação;
 -  **EDUCS/Literário**, para qualificar a produção literária em suas diversas formas e valorizar os autores regionais;
 -  **EDUCS/Traduções**, que atendem à publicação de obras diferenciadas cuja tradução e a oferta contribuem para a difusão do conhecimento específico;
 -  **EDUCS/Comunidade**, cujo escopo são as publicações que possam reforçar os laços comunitários;
 -  **EDUCS/Internacional**, para obras bilíngues ou publicadas em idiomas estrangeiros;
 -  **EDUCS/Infantojuvenil**, para a disseminação do saber qualificado a esses públicos;
 -  **EDUCS/Teses & Dissertações**, para publicação dos resultados das pesquisas em programas de pós-graduação.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code.

